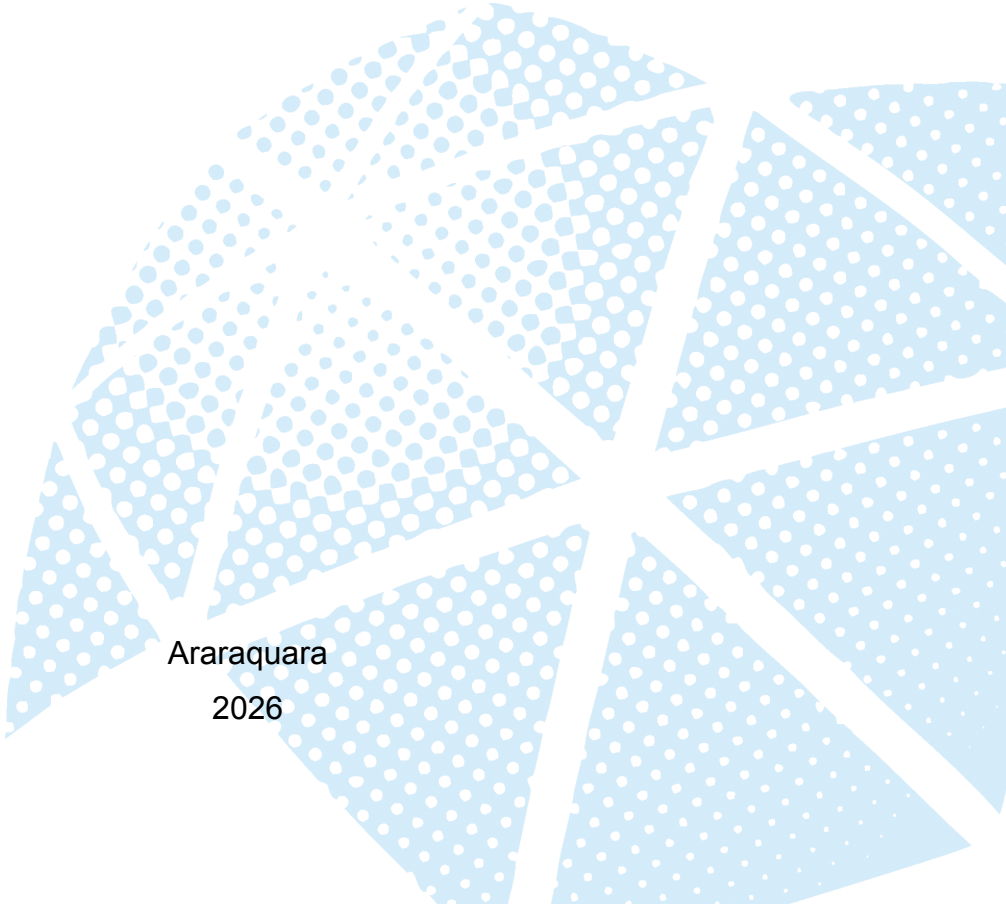


UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA - UNESP
Faculdade de Ciências e Letras - Campus de Araraquara

Mirella Ferreira Perez

**POLÍTICAS LINGUÍSTICAS PARA A CIDADANIA: FOCO NO ENSINO E
APRENDIZAGEM DO PORTUGUÊS COMO LÍNGUA DE ACOLHIMENTO.**

Araraquara
2026



Mirella Ferreira Perez

**POLÍTICAS LINGUÍSTICAS PARA A CIDADANIA: FOCO NO ENSINO E
APRENDIZAGEM DO PORTUGUÊS COMO LÍNGUA DE ACOLHIMENTO.**

Trabalho de Dissertação apresentado à
Universidade Estadual Paulista (UNESP),
Faculdade de Ciências e Letras,
Araraquara, para obtenção do título de
Mestre em Linguística e Língua
Portuguesa.

Área de Concentração:
Ensino e Aprendizagem de Línguas.

Orientadora: Prof. Dra. Sandra Mari
Kaneko Marques

Araraquara

2026

P438p

Perez, Mirella Ferreira

POLÍTICAS LINGUÍSTICAS PARA A CIDADANIA: FOCO NO
ENSINO E APRENDIZAGEM DO PORTUGUÊS COMO LÍNGUA
DE ACOLHIMENTO / Mirella Ferreira Perez. -- Araraquara, 2026

110 p. : tabs., fotos

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (UNESP),
Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara

Orientador: Sandra Mari Kaneko Marques

1. Política Linguística. 2. Língua de Acolhimento. 3. Migrações de
Crise. 4. Cidadania. I. Título.

IMPACTO POTENCIAL DESTA PESQUISA

Buscamos com esta pesquisa dar visibilidade às experiências de migrantes, e destacar a importância da língua portuguesa como instrumento de acesso à cidadania, aos serviços públicos e à participação social. Com isso, ampliamos as reflexões sobre acolhimento e cidadania no contexto migratório de crise, oferecendo subsídios para a elaboração e aprimoramento de políticas linguísticas e práticas pedagógicas voltadas ao ensino do português como língua de acolhimento. Contribuindo assim para a formação crítica de professores e agentes envolvidos em contextos de acolhimento, através da promoção de perspectivas mais inclusivas no ensino de línguas. Por fim, analisamos as políticas linguísticas de acolhimento federais, estaduais e municipais, abrangendo desde contextos locais a nacionais, através do debates sobre direitos humanos, mobilidade humana e acolhimento a migrantes de crise. Assim, esta pesquisa contribui para reflexões sobre redução das desigualdades e fortalecimento de políticas públicas inclusivas.

POTENTIAL IMPACT OF THIS RESEARCH

Through this research, we seek to shed light on the experiences of migrants and highlight the importance of the Portuguese language as a means of accessing citizenship, public services, and social participation. In doing so, we broaden the discussion on reception and citizenship in the context of a migration crisis, providing insights for the development and improvement of language policies and pedagogical practices focused on teaching Portuguese as a host language. We thereby contribute to the critical training of teachers and professionals involved in reception contexts by promoting more inclusive perspectives in language teaching. Finally, we analyze federal, state and municipal language policies for welcoming migrants, covering contexts ranging from local to national, through debates on human rights, human mobility, and the reception of crisis migrants. Thus, this research contributes to reflections on reducing inequalities and strengthening inclusive public policies.

Mirella Ferreira Perez

**POLÍTICAS LINGUÍSTICAS PARA A CIDADANIA: FOCO NO ENSINO E
APRENDIZAGEM DO PORTUGUÊS COMO LÍNGUA DE ACOLHIMENTO.**

Trabalho de Dissertação apresentada à
Universidade Estadual Paulista (UNESP),
Faculdade de Ciências e Letras,
Araraquara, para obtenção do título de
Mestre em Linguística e Língua
Portuguesa.

Área de Concentração: Ensino e Aprendizagem de Língua

Data da defesa: 28/05/2026

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Sandra Mari Kaneko Marques
UNESP - Faculdade de Ciências e Letras - Campus de Araraquara

Prof. Dr. Nildiceia Aparecida Rocha
Universidade Estadual Paulista "Julio de Mesquita Filho" UNESP - FCLAr

Prof. Dr. Nelson Viana
Universidade Federal de São Carlos

Prof. Dr. Rosangela Sanches da Silveira Gileno
Universidade Estadual Paulista "Julio de Mesquita Filho" UNESP - FCLAr

Prof. Dr. Karin Adriane Henschel Pobbe Ramos
Universidade Estadual Paulista "Julio de Mesquita Filho" UNESP - Campus de Assis

Dedico este trabalho aos alunos
migrantes do curso PLAc. Que o território
onde se encontram seja acolhedor.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos aqueles que de alguma forma contribuíram com a minha formação e construção intelectual, seja na pós-graduação ou em outros contextos. Aos meus professores e minha orientadora Sandra, pela paciência e disposição. Aos estudantes para quem lecionei, por confiarem no meu trabalho e compartilharem, tão generosamente, suas histórias e conhecimentos comigo.

Agradeço aos meus amigos e à minha família, que tornam a vida mais leve e prazerosa, mesmo nos momentos mais desafiadores. Para que saibam que em cada conversa, em cada acolhimento e em cada risada, me ajudam a criar condições para crescer.

Agradeço à espiritualidade que me guia e acompanha desde sempre, pela abertura dos caminhos e por me ajudar a compreender meu lugar no mundo.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

“Exu matou um pássaro ontem com uma
pedra que atirou hoje.”

Provérbio lorubá.

RESUMO

As migrações de crise são um tema bastante debatido no cenário geopolítico mundial, e ocorrem por motivos bastante delicados, demandando ações por parte dos países que recebem os migrantes, que busquem acolhê-los em um novo território de maneira digna e humanizada. Tais ações, podem se dar no âmbito social, econômico, jurídico e principalmente linguístico, que é o foco deste estudo. Deste cenário, emerge a necessidade de elaboração de políticas linguísticas que visem ao ensino da língua portuguesa para os migrantes de crise no território brasileiro, e que partam do pressuposto de que a língua é um dos principais meios para constituir-se como sujeitos no mundo e fazer exercício da cidadania. Esta investigação tem como objetivo saber de que maneira se caracterizam as políticas linguísticas de acolhimento institucionais a nível Federal, Estadual e Municipal, bem como analisar as perspectivas de ex-participantes de um curso de Português sobre o impacto das políticas linguísticas na vida dos migrantes de crise. O arcabouço teórico elucida um olhar crítico sobre os aspectos que envolvem alguns dos conceitos acerca da área, como Português como Língua de Acolhimento e Políticas Linguísticas (Santos, 2001; Anunciação, 2017; Camargo, 2019). Ademais, o conceito de território e territorialidade (Haesbaert, 2004; Bizon, 2013; Camargo, 2019) é crucial para a construção desse olhar crítico, assim como o conceito de indesejabilidade (Agier, 2011). Para alcançar os objetivos propostos, esta investigação segue dois caminhos metodológicos, caracterizando-se como uma pesquisa documental (Blandino, 2022) e etnográfica (Minayo, 2002). Realizamos uma busca e análise de documentos institucionais, federais (Brasil), estaduais (São Paulo) e municipais (Araraquara), e entrevistas com alunos, professores, coordenadores e agentes do poder público municipal, envolvidos na operacionalização do curso de português oferecido a migrantes residentes do município. Notamos uma fragilidade significativa no que se refere à institucionalização de políticas linguísticas no país, sobretudo em nível federal, em que o ensino da língua portuguesa aparece de forma pouco estruturada nas políticas migratórias.

Palavras-chave: política linguística; migração de crise; cidadania; língua de acolhimento.

RESUMEN

Las migraciones por crisis son un tema muy debatido en el panorama geopolítico mundial y se producen por motivos muy delicados, lo que exige que los países que reciben a los migrantes tomen medidas para acogerlos en un nuevo territorio de manera digna y humanizada. Dichas medidas pueden darse en los ámbitos social, económico, jurídico y, sobre todo, lingüístico, que es el enfoque de este estudio. De este contexto surge la necesidad de elaborar políticas lingüísticas orientadas a la enseñanza del portugués a los migrantes de crisis en el territorio brasileño, y que partan del supuesto de que la lengua es uno de los principales medios para constituirse como sujetos en el mundo y ejercer la ciudadanía,. La investigación tiene como objetivo conocer de qué manera se caracterizan las políticas lingüísticas de acogida institucional a nivel federal, estatal y municipal, así como analizar las perspectivas de exalumnos de un curso de portugués sobre el impacto de las políticas lingüísticas en la vida de los migrantes de crisis. El marco teórico ofrece una perspectiva crítica sobre los aspectos relacionados con algunos de los conceptos de este campo, como el portugués como lengua de acogida y las políticas lingüísticas (Santos, 2001; Anunciação, 2017; Camargo, 2019). Además, el concepto de territorio y territorialidad (Haesbaert, 2004; Bizon, 2013; Camargo, 2019) es crucial para la construcción de esta mirada crítica, al igual que el concepto de indeseabilidad (Agier, 2011). Para alcanzar los objetivos propuestos, esta investigación sigue dos vías metodológicas, caracterizándose como una investigación documental (Blandino, 2022) y etnográfica (Minayo, 2002). Llevamos a cabo una búsqueda y análisis de documentos institucionales, tanto federales (Brasil) como estatales (São Paulo) y municipales (Araraquara), así como entrevistas con estudiantes, docentes, coordinadores y funcionarios del gobierno municipal, involucrados en la puesta en marcha del curso de portugués que se ofrece a los migrantes residentes en el municipio. Observamos una fragilidad significativa en lo que respecta a la institucionalización de las políticas lingüísticas en el país, sobre todo a nivel federal, donde la enseñanza de la lengua portuguesa aparece de manera poco estructurada en las políticas migratorias.

Palabras Clave: política lingüística; migración de crisis; ciudadanía; lengua de acogida.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Análise Documental	44
Quadro 2 – Público e Questões Norteadoras	45
Quadro 3 – Organização da Análise Documental	46
Quadro 4 – Legislação Migratória Compilada	48
Quadro 5 – Relatório Anual OBMigra (2024)	51
Quadro 6 – Carteira de Políticas Públicas MJSP	52
Quadro 7 – Projeto de Lei Estadual nº 975/2017	53
Quadro 8 – Lei Municipal de Araraquara nº 10.653/22	54
Quadro 9 – Projeto de Lei Municipal nº 0348/2023	54

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACS	Agentes Comunitários de Saúde
ACNUR (UNHCR)	Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados
ALESP	Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo
APS	Atenção Primária à Saúde
Celpe- Bras	Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros
CLDP	Centro de Línguas e Desenvolvimento de Professores
CONARE	Comitê Nacional para os Refugiados
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
LA	Linguística Aplicada
LAc	Língua de Acolhimento
LMC	Legislação Migratória Compilada
LP	Língua Portuguesa
MEC	Ministério da Educação
MJSP	Ministério da Justiça e Segurança Pública
OBMigra	Observatório das Migrações Internacionais
ONG	Organização Não Governamental
PLA	Português Língua Adicional
PLE	Português Língua Estrangeira
QECR	Quadro Europeu Comum de Referência
RAS	Rede de Atenção à Saúde
SUS	Sistema Único de Saúde
VLCO's	Voluntary and Local Charitable Organization

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2. OBJETIVOS E PERGUNTAS DE PESQUISA	19
3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	19
3.1 Português como Língua de Acolhimento (PLAc)	21
3.1.1 Contradições na Área de PLAc	24
3.2 Políticas Linguísticas	27
3.3 Políticas Linguísticas de Acolhimento	29
3.4 Acesso à Língua e Acesso à Cidadania	33
4 METODOLOGIA DE PESQUISA	36
4.1 Caracterização da Pesquisa	36
4.1.1 Pesquisa Documental	38
4.1.2 Pesquisa Etnográfica e Trabalho de Campo	41
5 RESULTADOS	47
5.1 Análise Documental	47
5.2 Análise das Entrevistas	72
5.2.1 Entrevista com alunos	72
5.2.2 Entrevista com as professoras	81
5.2.3 Entrevista com ex-coordenadora do projeto PLAc	87
5.2.4 Entrevista com representante do poder público municipal	95
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	102
REFERÊNCIAS	105
APÊNDICE A - ROTEIRO DAS ENTREVISTAS	110

1 INTRODUÇÃO

No poema *Morte e Vida Severina*, de João Cabral de Melo Neto, acompanhamos a ladainha de Severino, que se desloca do Sertão ao Recife em busca de melhores condições de vida. Por ser igual a tantos e em tudo, para que possamos conhecer em particular sua história, Severino identifica-se como aquele que em nossa presença, emigra. A partir de sua breve e honesta introdução ao personagem que protagoniza o poema, João Cabral nos guia pela narrativa de um território hostil à própria vida, que ceifa qualquer possibilidade de existência pela seca, pela fome, pela emboscada ou pela morte.

A história de Severino, brasileiro e nordestino, retrata, por meio da ficção literária, um cenário real. Através do poema, encontramos um ponto de partida para introduzir e desenvolver a temática deste trabalho, sem perder de vista sua motivação central: a partir da investigação de políticas linguísticas de acolhimento, dar visibilidade às vozes de migrantes de diferentes países, que encontraram no Brasil um lugar para se (re)territorializar (Camargo, 2019; Haesbaert, 2004), seja de forma permanente ou transitória. Nesse percurso, destacamos especialmente os aprendentes do curso de Português como Língua de Acolhimento (PLAc); no município de Araraquara, bem como os sujeitos que, de diferentes maneiras, contribuíram para a continuidade.

De maneira análoga ao cenário brasileiro, o deslocamento de pessoas pelo mundo acontece por diversas razões ao longo de toda a história da humanidade, configurando-se como um fenômeno de extrema importância na medida em que está diretamente ligado aos acontecimentos históricos, políticos, econômicos e sociais de um território. Desses contextos, vemos emergir cada vez mais as migrações de crise (Camargo, 2019) impulsionadas por guerras, condições climáticas, perseguições políticas e religiosas, desastres naturais, e também pela busca de melhores condições de vida, impactando todo o cenário geopolítico mundial. Assim, os países que recebem esses migrantes, devem criar condições para que essas pessoas sejam acolhidas e sua integridade e direitos sejam garantidos, de modo que possam exercer sua cidadania no país de destino e/ou de passagem.

Nesse sentido, observamos no Brasil a elaboração de políticas públicas que tem como objetivo o acolhimento a migrantes de crise em âmbito jurídico, social e linguístico, dada a necessidade de aprender a língua portuguesa. Pela extensão do

território brasileiro e a maneira como os migrantes o ocupam, os municípios que recebem essas pessoas, em geral, promovem e gerem as próprias políticas migratórias de acolhimento de acordo com as demandas que surgem. Em 2018, a cidade de Araraquara vivenciou uma onda de migrantes vindos da Venezuela, criando a necessidade de se promover o ensino da Língua Portuguesa para esse público, em caráter emergencial e intensivo (Portugês [...], 2024). O curso PLAc foi criado nesse contexto através da parceria entre o Centro de Línguas e Desenvolvimento de Professores (CLDP) da Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara (FCLAr), Diretoria de Ensino de Araraquara, Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias e a Prefeitura Municipal.

Especialmente nos anos de 2022 a 2024, a pauta migratória na cidade recebeu bastante atenção, fomentando a elaboração de políticas de acolhimento a migrantes, que iam desde assistência social à aprovação da Lei 10.653 que cria o Conselho Municipal de Políticas Públicas para Pessoa Migrante. Apesar do contexto aparentemente favorável e da longa atuação do projeto ensinando a língua portuguesa a migrantes, o curso de português, já bem estabelecido, passou a ser negligenciado e sofrer interferências em seu funcionamento, por parte de integrantes do poder público municipal envolvidos com a pauta migratória. Como professora atuante no curso, e tendo acompanhado todas essas questões, comecei a questionar em que medida o ensino e aprendizagem da língua portuguesa para migrantes de crise, é de fato encarado como política pública de acolhimento, e qual o nível de compreensão da língua como um instrumento de acesso e transformação social.

Compreendendo que o labor científico e docente não está descolado da realidade social e política, é preciso estabelecer a possibilidade de problematizar contextos de ensino e aprendizagem que não estão de fato comprometidos em transgredir injustiças sociais ou ainda, que as reproduzam (Bizon, 2013; Moita Lopes, 2006). Nesse sentido, a experiência proporcionada pelo projeto, em seus mais diversos aspectos, trouxe a latente percepção de que o contexto migratório de crise é permeado por muitas controvérsias, especialmente tratando-se da elaboração de políticas de acolhimento, de modo que partimos dessa perspectiva para pensar os conceitos teóricos trabalhados.

Como principal guia temos o trabalho de Camargo (2019) que realizou uma investigação bastante similar a esta no município de São Paulo. Em tese, a autora

suscita discussões pertinentes no que diz respeito a todo contexto migratório e políticas de acolhimento, repensando a partir de uma perspectiva política alguns dos termos definidores. De acordo com Sayad (2000) *apud* Camargo (2019) o movimento migratório é marcado por uma natureza de transformação, de modo que imigração e emigração são partes de um único processo de deslocamento. Por esse motivo, a escolha do termo “migrante” representa de maneira mais adequada o dinamismo dos movimentos (Camargo, 2019). Outro termo utilizado pela autora que também aderimos é “migrante de crise”, designando aqueles que se deslocam forçadamente. Ainda que a jurisdição brasileira empregue, em geral, as classificações “refugiados” e “imigrantes”, a autora defende que a natureza das migrações são muito mais amplas, de modo que as referidas classificações não descrevem os movimentos migratórios em sua totalidade. Assim:

Nessa ampliação, são consideradas, no escopo teórico-conceitual da migração de crise, todas as pessoas que se deslocam devido a alguma crise em seu país de origem, tais como pessoas em situação de refúgio, solicitantes de refúgio, com visto humanitário, deslocados ambientais e aqueles que não encontram condições socioeconômicas favoráveis em seus países também. Utilizei o termo migrante de crise, pois, além de indicar a presença de crise nos países de origem dessas pessoas, o termo aponta para a existência de uma crise também no país de destino, frequentemente despreparado para receber os fluxos migratórios, evidenciando, assim, o “caráter bilateral da crise” (CAMARGO, 2019, p. 26)

Outro conceito basilar para o desenvolvimento deste trabalho, igualmente debatido pela autora por um viés político, é o de acolhimento. Por ser o termo que “designa as políticas voltadas aos migrantes de crise” (CAMARGO, 2019, p. 52) é vital lançar um olhar crítico sobre as bases políticas e ideológicas que estruturam as políticas de acolhimento em seus mais diversos desdobramentos. Nesse sentido, apresentamos uma discussão sobre os conceitos estruturantes da abordagem PLAc e os impactos disso no planejamento didático pedagógico, gerando consequentemente uma política linguística de acolhimento precária.

Para pensar Política Linguística, compreendemos essa como um desdobramento de políticas públicas e trabalharemos com os conceitos de horizontalidades (Santos, 2001; Camargo, 2019; Zambrano, 2024) e de

indesejabilidade proposto pelo antropólogo francês Michel Agier. A perspectiva de ambos conceitos, fornece subsídios teóricos e críticos para analisar a elaboração de políticas de acolhimento em geral, e também linguísticas, e sua relação com o pensamento sociopolítico desse fato social, que são as migrações de crise.

Discutiremos o acesso à cidadania por meio do aprendizado da língua portuguesa, a partir de uma perspectiva discursiva de língua e do conceito de territorialidade discutido por Haesbaert (2004) e ampliado por Camargo (2019). Nesse sentido, a natureza social da língua e as interações comunicativas, possibilitam a (re)territorialização de migrantes de crise no Brasil e acesso à cidadania.

Para a realização da investigação, a análise dos dados foi organizada em duas etapas, sendo a primeira delas documental, para mapear as políticas linguísticas direcionadas a migrantes de crise no Brasil, no estado de São Paulo e no município de Araraquara. A análise documental, forneceu subsídios para a identificação e compreensão de quais são as políticas linguísticas no Brasil, e de quais agentes da sociedade costumam partir, contribuindo ainda mais para uma reflexão crítica sobre o tema. Ademais, foram realizadas entrevistas com pessoas que participaram do curso PLAc em momentos e ocupações diferentes, para saber o entendimento que tinham sobre o impacto do ensino e aprendizagem da língua portuguesa no acesso à cidadania nas suas diversas facetas, além de informações importantes para pensar o próprio contexto de língua de acolhimento.

Como forma de tornar o debate sobre as migrações de crise ainda mais atual e urgente, enquanto este trabalho é escrito, a cada dia, novos ataques militares são desferidos contra países do oriente médio e em outros lugares como foi o caso recente da Venezuela. A cada dia um território é destruído, juntamente com as territorialidades que o compõem, retirando das pessoas a possibilidade de permanecer onde desejarem. De acordo com relatório divulgado pelo Observatório das Migrações Internacionais, apenas em 2022 no Brasil foram realizadas 50.355 solicitações de refúgio de 139 países. O mesmo relatório mostra que o cenário atual está sendo responsável pelo maior número de migrações de crise desde a segunda guerra mundial. Diante desse momento sócio-histórico, é necessário pensar as políticas linguísticas de acolhimento de maneira comprometida e integrada ao cenário brasileiro, de modo que seja possível identificar as lacunas que impedem a reterritorialização efetiva dos migrantes de crise.

Esse cenário foi motivador para a constituição desta pesquisa que destaca a necessidade de elaboração de políticas linguísticas que visem ao ensino da língua portuguesa para os migrantes de crise no território brasileiro, considerando a língua como um dos principais meios para constituir-se como sujeitos no mundo, acessando bens culturais e materiais de um país.

2. OBJETIVOS E PERGUNTAS DE PESQUISA

Nesta pesquisa, questionando o lugar da língua portuguesa como política de acolhimento veio a seguinte pergunta: “Como se caracterizam as políticas linguísticas que visam ao ensino e aprendizagem da língua portuguesa para pessoas refugiadas no Brasil, no estado de São Paulo e na cidade de Araraquara?”. Tal questionamento estendeu-se ao estado de São Paulo e também ao município de Araraquara, partindo da hipótese de que cada instância direciona suas políticas de acordo com as demandas que recebe. Assim, o primeiro objetivo desta pesquisa é realizar, por meio de uma análise documental, o mapeamento dessas políticas linguísticas em âmbito federal, estadual e municipal. No que se refere ao segundo questionamento, a segunda pergunta de pesquisa foi formulada da seguinte maneira: “De que maneira a promoção de políticas linguísticas, especialmente na cidade de Araraquara, contribui para a promoção da cidadania de imigrantes e refugiados?”. Assim, o segundo objetivo desta investigação consiste em analisar, por meio de entrevistas com participantes do curso, incluindo alunos e agentes acolhedores, como as políticas linguísticas impactam o acesso à cidadania de migrantes de crise.

Nas seções seguintes, trazemos a fundamentação teórica que serviu como base para a análise de dados, além das reflexões sobre o tema das migrações de crise. A seguir, apresentamos a metodologia com a descrição e caracterização da pesquisa, além de toda a explanação de como foi o processo de análise dos dados. Por fim, a análise dos dados documentais e das entrevistas com participantes do curso PLAc.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Esta investigação, baseia-se em noções teóricas que partem dos estudos em linguística aplicada, e visa a compreensão do processo de aprendizado em língua estrangeira, imbricado na (re)territorialização de migrantes de crise no Brasil e o acesso a cidadania. Dada a natureza social e política das migrações de crise, buscamos aporte teórico em outras áreas que explicam e conceituam aspectos pertinentes à essa questão, como a geografia (Santos, 2001; Hasesbaert, 2004) e a antropologia (Agier, 2011). Nesse sentido, Moita Lopes (2001) elucida a relação que a linguística aplicada estabelece com outras áreas do conhecimento. De acordo com o autor

A LA tem como uma das suas tarefas no percurso de uma investigação mediar entre o conhecimento teórico advindo de várias disciplinas (por exemplo, psicologia, educação, linguística etc.) e o problema de uso da linguagem que pretende investigar. O corpo de conhecimento teórico utilizado pelo linguista aplicado vai depender das condições de relevância determinadas pelo problema a ser estudado; portanto, isto implica o fato de que seja possível que os subsídios teóricos para explicitação de uma determinada questão possam vir de disciplinas outras que a linguística, mesmo quando esta é entendida em um sentido macro (MOITA LOPES, 2001. p, 20)

Na seção, Português como Língua de Acolhimento, traçamos um panorama histórico da área, com o objetivo de explanar algumas ponderações amparadas pelo trabalho de Camargo (2019) sobre os conceitos que estruturam o PLAc. Tais ponderações relacionam-se principalmente à perspectiva etnocêntrica contida no bojo das políticas linguísticas de acolhimento e da necessidade de desvinculá-las do contexto brasileiro. Desse modo, a conceitualização de PLAc e dos termos relacionados à área, são discutidos por um viés político de acordo com as contribuições teóricas dos autores consultados. Esse olhar político impactou significativamente no processo de construção da pesquisa, de modo que foi necessário elaborar uma subseção que desse conta de pensar especificamente algumas contradições presentes na área. Assim, na referida subseção ampliamos o olhar sobre a vulnerabilidade que opera como conceito estruturador das políticas de

acolhimento a migrantes de crise, e também o fato de o Quadro Europeu Comum de Referência funcionar, mesmo no Brasil, como um documento de referência na elaboração de políticas linguísticas de acolhimento.

Em sequência, por intermédio das contribuições teóricas de Calvet (2007) discuto acerca das relações que se estabelecem entre as políticas linguísticas e as estruturas de poder estatais e institucionais. Veremos de que modo entidades sociais que detêm algum tipo de poder, podem influenciar diretamente na materialidade da língua, ou seja, na regulação do uso da língua e sua circulação na sociedade. Desse modo, é possível compreender mais objetivamente as implicações diretas de políticas linguísticas institucionais no âmbito das migrações de crise.

Na seção Políticas Linguísticas de Acolhimento, trabalharemos com a ideia de se “definir e conceituar” a noção de acolhimento por um viés político, partindo do pressuposto de que para acolher, é necessário ter claro o que é e como deve ser feito o acolhimento a migrantes de crise Camargo (2019). Com base na concepção de política linguística como política pública, abordamos a noção de horizontalidades de Milton Santos (2001) para explicar a maneira como são elaboradas e executadas as políticas linguísticas de acolhimento no Brasil. Por fim, o conceito de indesejabilidade de Michel Agier (2011), nos permite explicar de forma clara a razão pela qual as políticas de acolhimento se dão em maior parte nas horizontalidades.

Finalizando o capítulo da fundamentação teórica, na seção Acesso à Língua e Acesso à Cidadania, aprofundamos a relação entre língua e cidadania, a partir de uma perspectiva discursiva, compreendendo a língua como prática social que constitui os sujeitos e media suas formas de agir no mundo. Dessa forma, a discussão proposta na seção sustenta a compreensão de que o acesso à língua é indissociável do exercício pleno da cidadania.

3.1 Português como Língua de Acolhimento (PLAc)

O conceito de Português como Língua de Acolhimento parte de um desdobramento e modalidade do ensino da Língua Portuguesa, a partir de “dinâmicas e processos específicos de ensino diferentes e específicos que irão refletir na abordagem, no planejamento de curso/aula, no material didático e na avaliação de proficiência da língua alvo” (FIORELLI, 2021 *et al.* p. 90). Em artigo, Grosso (2010) conceitua língua de acolhimento (LAc) da seguinte maneira

[...] aproxima-se da definição dos conceitos de língua estrangeira e língua segunda, embora se distinga de ambos. É um conceito que geralmente está ligado ao acolhimento, expressão que se associa ao contexto migratório, mas que, sendo geralmente um público adulto, aprende o português não como língua veicular de outras disciplinas, mas por diferentes necessidade contextuais, ligadas muitas vezes à resolução de questões de sobrevivência urgentes, em que a língua de acolhimento tem de ser o elo de integração afetivo (bidirecional) como primeira forma de integração (na imersão linguística) para uma plena cidadania democrática. (GROSSO, 2010, p. 74. grifo nosso)

A conceitualização de PLAc surgiu em Portugal, em um recorte histórico em que todo o continente Europeu vivencia uma onda migratória, criando um sentimento de diversidade cultural e linguística, culminando na necessidade de políticas que gerenciassem o novo cenário diverso, multicultural e plurilinguístico (Grosso, 2010). No excerto anterior, destacamos um trecho que nos aponta para o pano de fundo político e ideológico que modela a maneira como as políticas linguísticas passaram a operar no continente, especialmente a partir da criação da União Europeia e a reelaboração da concepção contemporânea de Cidadania (Diniz, 2007). Nesse sentido, o exercício da cidadania e a possibilidade de acolhimento a migrantes de crise, passam necessariamente pelo aprendizado de uma língua europeia, nesse caso, o português.

Alguns estudos recentes realizados no Brasil (Camargo, 2019; Bizon, 2013) problematizam a maneira como o termo PLAc é desenvolvido em Portugal, partindo de uma perspectiva de acolhimento que apaga o protagonismo do Outro no próprio processo de (re)territorialização. Assim, para a autora, é importante que se “desvincule” (CAMARGO, 2019) o termo PLAc do seu contexto de elaboração que, produz uma relação de hierarquização no acolhimento a migrantes de crise

[...] é preciso desvincular o termo *língua de acolhimento* do contexto político-linguístico português, que condiciona o acesso a direitos à conclusão dos cursos oferecidos no programa *Português para Todos* e obtenção de certificação em língua portuguesa. O programa também conta com cursos de português técnico destinados às áreas de comércio, restauração, cuidados de beleza e construção civil. Dessa forma, o programa implicitamente pré-determina aquilo que o Outro pode ser no

novo território, ou seja, impõe uma territorialização ao Outro, o que pode vir a se configurar como uma territorialização precária. (CAMARGO, 2019, p. 54)

A partir dessa discussão, compreendemos que o termo Língua de Acolhimento extrapola a ideia de uma metodologia para o ensino da língua portuguesa. O conceito é constituído por pressupostos políticos e ideológicos que orientam as políticas de acolhimento e influenciam diretamente as práticas de ensino, bem como as possibilidades de inserção social dos migrantes. Desse modo, a forma como o acolhimento linguístico é concebido pode favorecer ou restringir o acesso a direitos e os processos de (re)territorialização. Nesse contexto, a língua portuguesa assume um papel central, por constituir um dos principais meios pelos quais os migrantes podem participar da vida social, acessar serviços e exercer sua cidadania.

Algumas outras considerações são feitas por Camargo, (2019) no que diz respeito aos quesitos propostos por Grosso, (2010) que buscam a caracterização do público para o qual está direcionado o ensino de PLAc, dada a heterogeneidade que normalmente compõe as aulas. Tais quesitos, vão desde temas relacionados ao nível de conhecimento da língua alvo a aspectos socioculturais imbricados no processo de aprendizagem, e “variação socioeconômica” (GROSSO, 2010, p.67-68). Essa caracterização não é exclusividade do PLAc e pode também estar presente em contextos de Português Língua Adicional (PLA) e Português Língua Estrangeira (PLE) (Lopez 2016, *apud* Camargo, 2019, p. 56). A autora também problematiza algumas asserções no texto de Grosso (2010), no que diz respeito à “variação de conhecimento da língua materna e da cultura dos migrantes. Essa perspectiva teria um cunho “essencialista” em relação ao Outro, de acordo com Camargo (2019).

Adicionado a isso, cabe também pensar a questão da heterogeneidade na sala de aula de PLAc quanto à evasão que ocorre nos cursos, seguindo a premissa de não pensar o ensino, em qualquer âmbito, desvinculado do contexto social em que ocorre. Como já abordado anteriormente, são muitas as variáveis que permeiam as vivências de migrantes de crise, muitas delas relacionadas às urgências pelo acesso à cidadania como a busca por trabalho e serviços de saúde e educação. Diante disso, é possível observar a evasão por razões como trabalho, acessibilidade, já que muitos migrantes dependem dos serviços de transporte público para ir às aulas, cuidado com pessoas da família, entre outros. Do mesmo modo, as razões que

levam à evasão não estão descoladas da realidade social e subjetiva dos aprendentes. Assim, a permanência nos cursos também é atravessada por questões de gênero, faixa etária, condições de saúde mental e física, cultura e também as próprias condições impostas pelo contexto migratório de crise. Todos esses aspectos devem ser estruturantes para se pensar políticas linguísticas de acolhimento, já que toda a elaboração teórica e conceitual referente a abordagens de ensino reverberam no aprendizado.

Por fim, o conceito de PLAc é, para além de uma abordagem de ensino e aprendizagem, uma área de estudo das ciências humanas, bastante recente. Nesse sentido, reiteramos as críticas já tecidas por estudiosas brasileiras da área (BIZON, 2013; ANUNCIAÇÃO, 2017, CAMARGO, 2019) pela necessidade de se repensar conceitos que a estruturam através de um olhar político, dado que as migrações de crise são um fato social atravessado por muitos aspectos que não só linguísticos. Por essa razão, elaboramos, na subseção seguinte, algumas questões relacionadas a esses conceitos basilares, presentes não somente na área de estudos em PLAc, mas também no olhar social que se tem sobre migrantes de crise. Temos como objetivo contribuir com algumas das reflexões críticas já elaboradas pelas autoras, e também compartilhar, em certa medida, o processo de elaboração teórica desta investigação, que se deu em grande parte pelas percepções da prática em sala de aula.

3.1.1 Contradições na Área de PLAc

Antes de tudo, intenciona ser crítica em relação às práticas didático-pedagógicas e políticas de acolhimento que não transgridam e/ou reproduzam dinâmicas de poder e dominação em qualquer âmbito. Nesse sentido, foram muitos os fatores que culminaram na necessidade de expor em uma única subseção, algumas contradições que pairam sobre o conceito de PLAc, e consequentemente reverberam no acolhimento aos migrantes de crise em sala de aula. Assim, esses múltiplos fatores partiram de reflexões pautadas na prática docente, na troca de experiências com demais professores da área e também de leituras pertinentes ao tema.

De antemão, é importante explicar o porquê localizamos como contraditórias algumas das questões discutidas neste capítulo. Essa escolha se deve ao fato de

que tais questões fazem parte da conceituação basilar do Português como Língua de Acolhimento, e fornecem subsídios metodológicos para o trabalho didático pedagógico do professor. Entretanto, esses conceitos são pouco críticos no que diz respeito às perspectivas políticas e ideológicas que os circundam, e reproduzem dinâmicas de dominação através do ensino de língua, prejudicando o acolhimento aos migrantes de crise no novo território.

Diante disso, o primeiro ponto a ser discutido neste capítulo é a questão da Vulnerabilidade no contexto de ensino e aprendizagem de língua de acolhimento. É evidente que um cenário de crise humanitária, que força os habitantes de um local a se desterritorializarem (Haesbaert, 2004), é permeado por situações que expõem essas pessoas a vulnerabilidades diversas, de modo que muitas das políticas de acolhimento a migrantes de crise se pautam na ideia de mitigá-las. Entretanto, as políticas de acolhimento estão, por vezes, permeadas pelo “discurso da falta” (Camargo, 2019) de modo que “A representação dos migrantes de crise como incompletos reduz o acolhimento à benevolência e ao amparo circunstancial, conferindo ao agente acolhedor o papel de determinar o que o Outro necessita para prover-lhe” (CAMARGO, 2019, p. 53).

Essa perspectiva que pré-determina o migrante de crise como vulnerável e incompleto nas políticas de acolhimento, impacta o planejamento didático-pedagógico das aulas de Língua Portuguesa destinadas ao público em questão, na medida em que reproduz um discurso acerca das “necessidades comunicativas dos estudantes” e que tais necessidades devem ser contempladas através do ensino e aprendizagem de língua. Em artigo, (Grosso, 2010) traz algumas considerações que definem e elaboram o conceito de Língua de Acolhimento “coadjuvada pela proposta do *Quadro Europeu Comum de Referência*” (GROSSO, 2010, p. 63) e no capítulo 5 “*Integração e necessidades comunicativas*”, a autora discorre sobre o uso da língua no domínio profissional, situado pela própria como sendo uma das principais necessidades:

Ao se operacionalizar a língua de acolhimento em conteúdos de ensino e aprendizagem, o seu âmbito ultrapassa largamente o domínio profissional; contudo, o nível de integração passa por essa área, as necessidades comunicativas estão ligadas a tarefas que divergem da cultura de origem, sendo desconhecidas quando correspondem a um novo tipo de trabalho ou a uma nova maneira de o realizar. A atividade laboral distribui-se pelo

comércio, restauração, construção civil, ensino, serviços de limpeza, decoração, saúde, medicina, enfermagem, além de outras, como as profissões ligadas à indústria e à agricultura. Ou ainda o aparecimento de outro tipo de atividade laboral (centros de acupuntura, escolas de artes marciais, como no caso da comunidade chinesa). (GROSSO, 2010, p. 69. grifo nosso)

Destacamos alguns trechos do parágrafo em questão, que nos mostram um olhar bastante enviesado em relação à maneira como se pensa o acolhimento a migrantes de crise através do ensino e aprendizagem da LP no contexto português, que é justamente onde surge a conceitualização de PLAc. Esse olhar, que molda a maneira como é pensado o acolhimento, está permeado pela ideia do migrante de crise como aquele que “deixa seu espaço de afetos” motivado “pela própria sobrevivência e pela melhoria das condições de vida” (GROSSO, 2010, p. 66). Ao elaborar o conceito de acolhimento sob a perspectiva de “Integração”, há uma exigência implícita de que a pessoa que chega compreenda o funcionamento local e seja capaz de adequar-se. Nessa lógica, a aprendizagem da língua portuguesa é orientada para o exercício de determinadas funções laborais, frequentemente sem considerar sua formação, suas experiências profissionais e sua bagagem cultural. Assim, o que vemos é uma política linguística que retira desses sujeitos a possibilidade de participação sobre o próprio processo de (re)territorialização (Haesbaert, 2004; Camargo, 2019). Ainda que o acesso ao trabalho e a direitos básicos sejam questões urgentes na vida dessas pessoas, elaborar políticas de acolhimento pautadas unicamente em solucioná-las pode caminhar justamente para a reprodução das lógicas de dominação, especialmente quando não há participação ativa dos sujeitos a quem tais políticas se direcionam.

Outra questão já mencionada anteriormente e que apresenta certas contradições, é o uso do Quadro Europeu Comum de Referência (QECR) para pensar o planejamento didático pedagógico no contexto de PLAc, mesmo no Brasil. De fato, é importante que existam documentos de referência em política linguística que auxiliem e norteiem o trabalho docente. No entanto, é fundamental que a leitura e a compreensão desses documentos e dos conceitos que os orientam não estejam descoladas da realidade social e dos contextos de aplicação. Para aprofundar a reflexão destacamos outro trecho de Grosso (2010)

a qual se integra numa abordagem orientada para a acção, na medida em que considera antes de tudo o utilizador e o aprendente de uma língua como actores sociais, que têm que cumprir tarefas (que não apenas relacionadas com a língua) em circunstâncias e ambientes determinados, num domínio de actuação específico. (CONSELHO DA EUROPA, 2001, p. 29 *apud* GROSSO, 2010, p. 63)

Ainda que o QECR disserte que o aprendente possui necessidades que extrapolam o uso da língua e propõe uma abordagem que orienta a ação do sujeito no mundo, é preciso ter em mente que esse documento é produto de um contexto social, histórico e político, elaborado por agentes também localizados social, histórica e politicamente. Assim, o que devemos nos questionar como agentes acolhedores é, no contexto de LAc, qual sujeito está sendo formado e quais tipos de ações espera-se que esse sujeito desempenhe? Essas ações, de fato, emancipam esses sujeitos da condição de vulnerabilidade ou apenas mantêm lógicas de dominação? Por fim, quais critérios orientam a definição das necessidades desses aprendentes e, sobretudo, quem define quais são essas necessidades?

Como professores no contexto de ensino e aprendizagem de PLAc, é importante estarmos atentos aos posicionamentos políticos e ideológicos em torno da temática de migrações de crise, presente na sociedade em que vivemos e o quanto disso ressoa na formação e prática docente. A atuação em sala de aula é permeada por escolhas que se pautam não apenas na formação teórica e técnica, mas também nos valores que nos são transmitidos sobre todos os acontecimentos que se dão socialmente. Assim, para que o acolhimento de migrantes de crise não seja realizado de maneira precária (Camargo, 2019) é preciso perguntar-se qual é o olhar que a sociedade brasileira tem para essas pessoas e de que maneira isso reverbera na criação de políticas de acolhimento, em especial as políticas linguísticas, bem como na atuação da professora em sala de aula.

3.2 Políticas Linguísticas

As possibilidades de pensar políticas linguísticas são bastante amplas e atravessam diversos aspectos da relação entre língua e sociedade, estando presentes desde as relações interpessoais até decisões institucionais. Por ser

multifacetada, as abordagens de estudo sobre o tema também são bastante diversas, contemplando os inúmeros enquadramentos das políticas linguísticas (Calvet, 2007). De um modo geral, podemos dizer que uma política linguística é qualquer decisão, implícita ou explícita de regulação de uso da língua.

A partir das contribuições de Calvet, é possível compreender a política linguística como um campo intrinsecamente ligado às estruturas de poder, sobretudo no âmbito estatal e institucional. Ao definir a política linguística como o conjunto de decisões que regulam as relações entre língua e sociedade, o autor evidencia que essas escolhas não são neutras, mas orientadas por interesses políticos, sociais e ideológicos. Nesse sentido, quando pensamos em políticas linguísticas institucionais, referimo-nos à competência de determinadas instâncias, como o Estado ou órgãos com autonomia política, para formular diretrizes e garantir a implementação de ações por meio de mecanismos concretos de planejamento (CALVET, 2007, p. 20-21).

O autor também faz a distinção entre política linguística e planejamento linguístico e, ao estabelecer essa distinção, desloca o debate de uma perspectiva meramente técnica para uma compreensão mais ampla, na qual estão em jogo decisões estruturais que refletem interesses, disputas e projetos políticos. Trata-se, portanto, de escolhas conscientes acerca de quais ações sobre língua devem ser promovidas, reguladas ou marginalizadas, e em que condições isso ocorre.

Pensando a partir da ótica do plurilinguismo, Calvet evidencia que quando essas políticas são formuladas em âmbito institucional, especialmente pelo Estado ou por entidades dotadas de poder e autonomia política, elas passam a desempenhar um papel decisivo no desenvolvimento da referida questão. Nesse contexto, não apenas se definem os usos sociais das línguas, mas também se intervém sobre suas formas, consolidando padrões, normatizações e modos de circulação. Essa atuação institucional confere materialidade às políticas linguísticas, transformando decisões abstratas em práticas concretas que impactam diretamente a vida dos sujeitos. Dessa forma, compreendemos que tais políticas estão longe de serem neutras, pois operam na produção de hierarquias linguísticas, legitimando determinados usos e saberes enquanto relegam outros à invisibilidade ou à marginalização. Assim, pensar políticas linguísticas em sua dimensão institucional implica reconhecer seu papel na construção de inclusões e exclusões, bem como na definição de quem tem voz, acesso e legitimidade em uma determinada sociedade.

Ao deslocar essa discussão para o campo das migrações de crise, as políticas linguísticas são também dispositivos fundamentais de acesso, ou de restrição, à cidadania. Assim, mesmo que diferentes atores sociais como universidades, ONGs e coletivos, possam propor ações e até delinear políticas linguísticas, é o Estado que detém, em grande medida, os recursos necessários para transformar propostas e demandas sociais em políticas públicas estruturadas e contínuas. Desse modo, a forma como se estruturam as políticas linguísticas de acolhimento em âmbito institucional, revela uma escolha política que impacta diretamente a forma como os migrantes acessam os bens simbólicos e materiais de um país.

Na seção seguinte, aprofundaremos a discussão sobre políticas linguísticas de acolhimento, tomando como foco específico o contexto das migrações de crise. A partir do quadro teórico delineado esta parte do trabalho, buscaremos compreender de que maneira essas políticas se configuram, quais concepções as orientam e como se articulam.

3.3 Políticas Linguísticas de Acolhimento

Nesta seção, abordaremos o tema das políticas linguísticas partindo da noção de acolhimento para Camargo (2019) e da perspectiva dessa como um desdobramento das políticas públicas para migrantes de crise, dado o objetivo de análise desta investigação que consiste em saber de que maneira as ações para o acolhimento e (re)territorialização de migrantes de crise no âmbito do ensino e aprendizagem da língua portuguesa impactam no acesso à cidadania dessas pessoas. A partir disso, trataremos essas políticas do ponto de vista das horizontalidades abordado por Santos (2001), atravessadas pelo conceito de indesejabilidade tratado pelo antropólogo Michel Agier. De acordo Chagas (2021):

“Em uma das apreensões possíveis, as políticas linguísticas são compreendidas como especialidade das políticas públicas e, assim, operadas e efetivadas por instituições como o Estado e os governos, as empresas e associações, dentre outras entidades e corporações que têm a possibilidade de interferência em uma dada situação da sociedade” (CHAGAS, 2021. p, 57)

O principal ponto de partida para pensar a noção de política pública é compreender como e para que essas políticas existem, pois é dessa compreensão que deriva a conceituação que fundamenta sua elaboração, neste caso, das políticas linguísticas. Partiremos, então, do princípio de que é necessário definir a noção de acolhimento (CAMARGO, 2019) a partir de uma perspectiva política e crítica. De acordo com a autora

[...] faz-se premente discutir e conceituar o entendimento de acolhimento contido no bojo das políticas voltadas aos migrantes de crise. Considerando que acolhimento é o termo que designa as políticas voltadas aos migrantes de crise, defendo uma acepção do termo atrelada a política e direitos e não aos discursos de fraternidade que autoriza o lugar do voluntariado nesse contexto e compreendem o Outro fundamentalmente como vulnerável, como aquele que não tem, a quem tudo falta. (CAMARGO, 2019, p. 52)

O pensamento de Camargo (2019) desloca o debate sobre acolhimento do campo da benevolência para o campo dos direitos. Ao afirmar que o termo precisa estar atrelado a uma dimensão política e não aos discursos de fraternidade, a autora problematiza o enquadramento humanitário que, sob a aparência de cuidado, autoriza a centralidade do voluntariado e reforça uma lógica assistencialista. Nessa perspectiva, o acolhimento deixa de ser compreendido como garantia de direitos e passa a operar como concessão, sustentado por uma representação do migrante de crise como sujeito essencialmente vulnerável. Tal posicionamento é fundamental, pois evidencia que o modo como se define “acolhimento” não é neutro. Os conceitos organizam práticas, legitimam atores e estruturam relações de poder, nesse sentido, o migrante é frequentemente posicionado como aquele que recebe, e não como um agente de transformação social e sujeito de direitos.

Como visto na seção anterior, esse discurso “essencialista e totalizador” que paira sobre o contexto migratório e que compreende os migrantes de crise como vulneráveis, advém de uma perspectiva social mais ampla, atrelada a uma posição etnocêntrica que apaga

suas vivências, suas agências, seus saberes e seus conhecimentos - que, cabe ressaltar, não integram os repertórios daqueles que os enxergam

como um conjunto de lacunas a serem preenchidas. (DINIZ; NEVES, 2018, p. 101 *apud* CAMARGO, 2019, p. 53)

Nesse sentido, a autora propõe uma noção de acolhimento que se realize “multilateralmente” influenciando a elaboração das políticas linguísticas, pautadas na ideia dos migrantes de crise como “agentes de transformação social, em vez de serem definidos predominantemente por sua vulnerabilidade” (CAMARGO, 2019, p. 55). Para ela, acolhimento “se constrói no diálogo possível entre os agenciamentos verticais e horizontais - sem no entanto, apagar as tensões e relações de poder inerentes a qualquer diálogo” (BIZON; CAMARGO, 2018, p. 716 *apud* CAMARGO, 2019, p. 54). Outra contribuição recente para essa discussão, parte de Zambrano, (2024) que fala sobre a possibilidade de se pensar a elaboração de políticas linguísticas pautadas em uma perspectiva decolonial, alinhando-se ao pensamento de Camargo, na medida em que pensa uma política de acolhimento desprendida das lógicas de dominação impostas pelos processos colonizadores, engendrando “posturas e atitudes capazes de transgredir e influenciar pensamentos outros contra a invisibilização de sujeitos historicamente marginalizados” (ZAMBRANO, 2024, p. 5).

Ambas autoras trabalham com o conceito de verticalidades e horizontalidades, do geógrafo Milton Santos (2001) para explicar como se dão as políticas de acolhimento no Brasil, de modo que a maior parte delas ocorre no âmbito das horizontalidades, ao qual daremos maior enfoque. De acordo com Santos (2001), as horizontalidades correspondem aos “espaços banais”, nos quais “todos os atores são considerados na sua contiguidade”.

são espaços que sustentam e explicam um conjunto de produções localizadas, interdependentes, dentro de uma área cujas características constituem, também, um fator de produção. Todos os agentes são, de uma forma ou de outra, implicados, e os respectivos tempos, mais rápidos ou mais vagarosos, são imbricados. Em tais circunstâncias pode-se dizer que a partir do espaço geográfico cria-se uma solidariedade orgânica, o conjunto sendo formado pela existência comum dos agentes exercendo-se sobre um território comum. (SANTOS, 2001, p. 53)

Nesse sentido, as políticas linguísticas elaboradas nas horizontalidades são aquelas “informais, produzidas pela sociedade civil” (SANTOS, 2001 *apud*

CAMARGO, 2019, p. 51), ao passo que as políticas verticais atendem aos interesses de grandes corporações e são elaboradas, sobretudo, por essas instâncias (Santos, 2001). Essa distinção permite compreender por que, no contexto das migrações de crise, diversas ações de acolhimento são frequentemente conduzidas por iniciativas da sociedade civil, como a questão do trabalho voluntário e a própria criação do curso de Português como Língua de Acolhimento (PLAc) em Araraquara, vinculado a uma instituição religiosa. Sobre isso Fiorelli (2022) demonstra “como a omissão de ações governamentais para a promoção de cursos de língua e culturas brasileiras incide tais obrigações sobre várias instituições não governamentais e pastorais” (FIORELLI, 2022, p. 20).

Essa configuração evidencia que, em contextos migratórios marcados por crises e pela insuficiência ou ausência de políticas públicas institucionalizadas, a gestão das demandas de acolhimento tende a deslocar-se do Estado para a sociedade civil e para instituições não governamentais. Assim, a predominância de políticas linguísticas horizontais — muitas vezes sustentadas pelo voluntariado — não apenas revela lacunas na atuação do estado, mas também insere o acolhimento em uma lógica assistencial. Esse movimento, ao mesmo tempo em que produz respostas concretas às urgências migratórias, reforça uma dinâmica em que o acolhimento é exercido fora do âmbito das garantias plenas de direitos, aproximando-se de formas de gestão que operam pela via da ajuda e da tutela. É precisamente nesse ponto que as reflexões de Agier (2011) contribuem para aprofundar a análise.

A partir de cenários extremos provocados pelas migrações de crise, como campos de refugiados e zonas de fronteira, Agier (2011) fala sobre a ajuda humanitária nesses contextos operando como uma espécie de governo, dada a insuficiência ou ausência de respostas estatais efetivas às migrações de crise. O autor elucida que a ausência dos governos diante das migrações de crise, deve-se a estratégias políticas de segregação dessas populações, de modo que, tanto as ações humanitárias quanto os espaços que essas populações ocupam, são entendidos como dispositivos de gestão da mobilidade humana, pois ao mesmo tempo em que oferecem certo tipo ajuda, delimitam a circulação dos migrantes, restringem seu acesso aos territórios de destino e contribuem para a manutenção de processos de segregação e de suspensão de direitos. Outro ponto levantado pelo antropólogo é que o gerenciamento das migrações fundamenta-se no discurso da

vulnerabilidade, já discutido anteriormente, o qual sustenta e justifica as políticas humanitárias. Nesse sentido, a ajuda fundamenta-se na representação do indivíduo como uma vítima absoluta, de modo que esse processo tende a despolitizar os sujeitos, transformando cidadãos em "corpos sem nome".

Atrelado a isso, Agier também discute acerca dos mecanismos de controle, que atuam em uma relação simbiótica à do cuidado. Segundo ele, no contexto atual não existe cuidado sem controle, e as organizações humanitárias tornaram-se responsáveis pela gestão de espaços e populações mantidos à distância da sociedade normal. A essa relação simbiótica, Agier dá o nome de governo humanitário, baseando-se na ideia de que a intervenção humanitária não se limita ao cuidado, mas atua como um mecanismo de controle e segregação de populações consideradas indesejáveis, nesse caso, migrantes de crise.

O cenário descrito pelo autor, é, como dito anteriormente, a manifestação extrema das migrações de crise e ainda assim, não se distancia muito do que ocorre no Brasil. Apesar das políticas de acolhimento institucionalizadas, a visão do migrante de crise como vulnerável e indesejável, está presente no pensamento hegemônico que permeia a maioria das sociedades. Como exemplo, relembramos o ato anti-imigração, ocorrido em 2017, na Avenida Paulista (Portal G1, 2017), promovido por um parlamentar do estado de São Paulo que lidera um movimento denominado Marcha Contra a Lei de Migração. Além disso, as políticas atuais promovidas por diversos países, nos mostram uma postura que tende mais à segregação que ao acolhimento, de modo que, no campo das relações, as possíveis políticas de acolhimento esbarram no pensamento social que constrói contextos de xenofobia e exclusão dos migrantes de crise.

A institucionalização de políticas linguísticas de acolhimento pode funcionar como uma possibilidade de (re)territorialização efetiva, dado que o PLAc é uma área de estudo consolidada e que promove reflexões a respeito do ensino e aprendizagem da língua portuguesa por migrantes de crise, a partir do ponto de vista teórico e crítico, avaliando as relações sociais imbricadas nesse contexto específico de ensino e tentando transgredir as estruturas políticas que reproduzem injustiças sociais e dinâmicas de dominação. Assim, compreender o pensamento ideológico acerca da questão migratória na sociedade brasileira é de extrema importância para superar possíveis resquícios do pensamento hegemônico de segregação que, por vezes, reverberam na elaboração de políticas linguísticas.

3.4 Acesso à Língua e Acesso à Cidadania

Partindo da compreensão discursiva sobre Linguagem, compreendemos que a língua exerce uma função social na medida em que opera como mediadora das ações dos sujeitos no mundo, configurando-se como uma prática social. Nessa concepção, a linguagem permite ao ser humano comunicar-se em diferentes situações e com os mais diversos propósitos. Em razão disso, forma-se um processo de interlocução no qual os sentidos constroem-se dialogicamente, na interação com o outro (LIMA, 2018). Nesse sentido, a concepção de língua como território simbólico, fundamentada em uma perspectiva discursiva, possibilita sua articulação com o conceito de território proposto por Haesbaert (2004). Se a linguagem é o espaço em que os sentidos se constroem dialogicamente e cada sujeito exerce sua condição de existência social, ela também constitui um campo de disputas e pertencimento, operando não apenas como meio de comunicação, mas também como um espaço de inscrição identitária e de exercício da cidadania.

O conceito de desterritorialização é igualmente importante para pensar o acesso à cidadania de migrantes de crise, pois aborda a relação estabelecida entre sujeito e território (Haesbaert, 2004; Bizon 2013, Camargo, 2019). De acordo com Haesbaert, o território pode ter naturezas distintas, de modo que as ações desempenhadas nele também terão. As acepções principais de território para o geógrafo são as seguintes

- política (referida às relações espaço-poder em geral) ou jurídico-política (relativa também a todas as relações espaço-poder institucionalizadas): a mais difundida, onde o território é visto como um espaço delimitado e controlado, através do qual se exerce um determinado poder, na maioria das vezes - mas não exclusivamente - relacionado ao poder político do Estado.
- cultural (muitas vezes culturalista) ou simbólico-cultural: prioriza a dimensão simbólica e mais subjetiva, em que o território é visto, sobretudo, como o produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido.
- econômica (muitas vezes economicista): menos difundida, enfatiza a dimensão espacial das relações econômicas, o território como fonte de

recursos e/ou incorporado no embate entre classes sociais e na relação capital-trabalho, como produto da divisão “territorial” do trabalho, por exemplo. (HAESBAERT, 2004, p. 40)

Em certa medida, podemos asseverar que todas essas acepções são importantes para este trabalho, já que o conceito de cidadania está totalmente atrelado ao pertencimento dos sujeitos em relação ao seu território, em que vemos atuar todas essas forças políticas, culturais e econômicas. A noção de cidadão vincula-se à criação de Estado Nação, que atribui de maneira simbólica, a condição de existência dos sujeitos às ações que desempenham institucionalmente (Lewcowicz *et al.*, 2006, *apud* Diniz, 2007, p. 364). Sobre essa questão, Diniz acrescenta que "a articulação simbólica do Estado-nação também se faz através da língua nacional" (DINIZ, 2007, p. 364). Desse modo, falar a língua do território constitui parte fundamental do processo de construção da cidadania. Inegavelmente, tal pensamento gera políticas linguísticas assimilacionistas e segregadoras, como é o caso do já citado programa *Português para Todos*, que indiretamente apaga as identidades dos migrantes no país (Camargo, 2019). Em hipótese alguma, o conhecimento da língua portuguesa deve constituir um requisito para que os migrantes tenham seus direitos garantidos e exerçam plenamente sua cidadania.

Nesse sentido, o aprendizado de uma língua estrangeira envolve não apenas a apreensão de regras gramaticais, mas também, e sobretudo, das estruturas e dos valores da sociedade que se manifestam na língua. Ainda que pensemos o ensino da língua portuguesa no contexto migratório de crise por uma perspectiva não assimilacionista e de integração, bem como a estruturação de políticas linguísticas pautadas na decolonialidade (Zambrano, 2024), os migrantes de crise enfrentam diversas situações em que o conhecimento da língua portuguesa aparece como elemento primordial para o acesso a direitos, como a inserção no mercado de trabalho e o acesso aos serviços de saúde. Muitas vezes, essas situações funcionam como justificativa para a reprodução de preconceito e segregação. Por essa razão, as políticas de acolhimento devem visar a garantia de direitos sociais (sentido funcional) bem como a “apropriação ou identificação cultural (sentido simbólico) (Haesbaert, 2004; Camargo, 2019). Sob essa perspectiva

[...] é possível estarmos territorializados em sentido funcional, como por meio do acesso a direitos sociais assegurados a brasileiros e migrantes,

enquanto estamos desterritorializados em sentido simbólico, como quando a língua e a “cultura interacional” (MAHER, 1998), que marcam nosso pertencimento a uma sociedade, precisam se hibridizar, por exemplo. [...] Ao se desterritorializarem vindos de seus países para o Brasil, os migrantes buscam uma territorialização concreta e simbólica nesse novo lugar e uma das maneiras de efetivarem esse processo é pela aprendizagem da língua portuguesa. (CAMARGO, 2019, p. 51)

Nesse ponto, a contribuição de Camargo (2019), ao dialogar com Haesbaert (2004) e Bizon (2013), é fundamental, já que os processos de “des(re)territorialização” são contínuos e indissociáveis. A aprendizagem da língua portuguesa insere-se, portanto, nesse movimento, configurando-se como uma das vias possíveis de reterritorialização e acesso à cidadania.

Por fim, se é pela linguagem que o sujeito apreende a realidade e se constitui na relação com o outro, negar ou precarizar o acesso à língua significa restringir a possibilidade de participação plena na vida social. Desse modo, acessar a língua é acessar o território — simbólica e politicamente, é ter a possibilidade de participar dos processos institucionais, e também das redes de sociabilidade; é compreender documentos oficiais, e produzir sentidos no cotidiano; é reivindicar direitos e, ao mesmo tempo, produzir pertencimento. Por essa razão, o ensino da língua portuguesa, no contexto migratório de crise, deve ser concebido como política pública estruturante e não como ação voluntarista. Não se trata de condicionar a cidadania ao domínio linguístico, mas de reconhecer que o acesso qualificado à língua amplia as possibilidades de exercício da cidadania.

Na seção seguinte, apresentaremos a descrição de como está organizado o processo metodológico desta investigação, a fim de trazer maior compreensão sobre a natureza desta pesquisa e também como forma de auxiliar na compreensão da análise dos dados.

4 METODOLOGIA DE PESQUISA

Nesta seção, descrevemos o processo metodológico da pesquisa desde a sua caracterização até a organização da análise dos dados. Ela está organizada da seguinte forma: na primeira parte, apresentamos uma discussão por meio de alguns pressupostos teóricos que caracterizam e classificam a presente investigação, trazendo um foco especial para os dois segmentos que embasam a coleta de dados, a parte Documental e a Etnográfica. Na parte da pesquisa documental, fazemos uma breve apresentação do que é uma pesquisa documental e a descrição de como foram selecionados e analisados os documentos pertinentes para esta pesquisa. No que diz respeito à pesquisa de campo, de base etnográfica, repetimos o processo de caracterizá-la e também descrever de que maneira essa parte da investigação foi executada.

4.1 Caracterização da Pesquisa

Definir as características de uma pesquisa científica é uma tarefa bastante complexa, pois implica um exercício reflexivo por parte do pesquisador acerca de seu objeto de estudo e do próprio fazer científico. Para tanto, é importante ter o conhecimento das ferramentas que possibilitam o desenvolvimento da investigação, independentemente da área em que esteja situada.

De acordo com Minayo (2002), as sociedades ocidentais elegeram o método científico como a possibilidade principal para basear a construção da realidade, estabelecendo “uma linguagem fundamentada em conceitos, métodos e técnicas para compreensão do mundo, das coisas, dos fenômenos, dos processos e das relações” (MINAYO, 2002, p.10). Ainda de acordo com a autora, apesar da normatividade presente nos métodos científicos, nos deparamos com alguns conflitos referentes à cientificidade das ciências sociais comparadas às ciências da natureza, e isso ocorre por diversos motivos. Nessa perspectiva, a autora questiona qual seria a maneira mais adequada para explorar, cientificamente, a realidade social baseando-se em princípios e não em procedimentos. Para ela:

A cientificidade, portanto, tem que ser pensada como ideia reguladora de alta abstração e não como sinônimo de modelos e normas a serem

seguidos. A história da ciência revela não um “a priori”, mas o que foi produzido em determinado momento histórico com toda a relatividade do processo de conhecimento. (MINAYO, 2002, p. 12)

Ao questionar uma concepção que associa ciência à aplicação mecânica de procedimentos previamente estabelecidos, a autora desloca a noção de cientificidade de um campo normativo e rígido para uma perspectiva processual e não linear. Esse posicionamento na área das ciências sociais é bastante pertinente, dado que o objeto de estudo não é externo e/ou neutro, mas constituído por sujeitos, relações e processos historicamente situados, dos quais o próprio pesquisador faz parte. Além disso, essa perspectiva leva em consideração o caráter histórico e específico do objeto de estudo, na medida em que reconhece as particularidades dos processos e das relações sociais, marcados pela transitoriedade, pelo movimento constante e pelas especificidades do contexto em que se inserem (MINAYO, 2002). Assim, é inegável que quando nos propomos a realizar uma investigação na área das ciências humanas, há um recorte da realidade-objeto a ser analisada. Um recorte histórico, político, territorial e no caso desta pesquisa, de ensino e aprendizagem de língua. Assim, após algumas reflexões acerca do desenvolvimento científico na área das ciências humanas, passamos a situar a presente investigação no que diz respeito à sua metodologia.

Dado o dinamismo que marca as relações humanas, seja individual ou coletivamente, o objeto das ciências sociais é essencialmente qualitativo (MINAYO, 2002). Assim é possível caracterizar a presente investigação em dois aspectos: sua abordagem metodológica de natureza qualitativa e o fato de estar inserida na área das ciências sociais. De acordo com Paiva (2019, p.13), a pesquisa qualitativa “acontece no mundo real com o propósito de compreender, descrever e algumas vezes explicar fenômenos sociais, a partir de seu interior, de diferentes formas”. Nesse sentido, alinhada à perspectiva de Minayo (2002), uma abordagem qualitativa adequa-se aos objetivos e perguntas propostos na pesquisa, pois parte de um recorte social que são das migrações de crise no Brasil.

Ainda de acordo com Gil (2008), as pesquisas nas ciências sociais podem assumir diferentes finalidades, distinguindo-se entre aquelas motivadas predominantemente pelo interesse intelectual, denominadas “puras” e aquelas que se orientam pela aplicação do conhecimento em contextos específicos, “aplicadas”.

Embora a pesquisa aplicada mantenha estreita relação com a pesquisa pura, pois se apoia em seus avanços teóricos, sua característica central reside na preocupação com a utilização prática dos conhecimentos produzidos e com suas consequências na realidade. Nesse sentido, o presente estudo aproxima-se da definição de pesquisa aplicada, proposta por Gil (2008), uma vez que procura examinar em quais aspectos as políticas linguísticas impactam no cotidiano de migrantes de crise e de que maneira interferem no exercício da cidadania. Ao investigar os efeitos concretos dessas políticas nos processos de (re)territorialização simbólica e funcional, a pesquisa estrutura-se no campo teórico e da compreensão analítica sobre uma realidade específica.

4.1.1 Pesquisa Documental

A principal característica que determina a pesquisa documental é o uso de documentos como fonte para a coleta de dados, podendo ser textos escritos ou não (Lakatos; Marconi, 2003). De acordo com as autoras, é possível trabalhar a partir de três variáveis com as fontes documentais: primários ou secundários; contemporâneos ou retrospectivos e ainda, escritos ou não. Embora as categorias propostas pelas autoras sejam bastante vastas quanto aos possíveis tipos de documentos, acreditamos que seja válido trazer outros exemplos para pensar a pesquisa documental como uma maneira de, principalmente, realizar uma leitura sobre como as sociedades se relacionam com determinados assuntos.

Com o intuito de ampliar a aceção de pesquisa documental, Blandino (2022) utiliza como exemplo o estudo de Prior (2003), que busca compreender a relação que o ser humano estabeleceu com a morte ao longo dos séculos, observando as mudanças em túmulos e cemitérios. Tais recursos configuram-se também como fonte documental, pois comunicam algo sobre um contexto histórico específico. Nesse sentido, a utilização da pesquisa documental como fonte de coleta de dados pode ser uma maneira bastante dinâmica de se compreender os fenômenos que ocorrem em torno de determinado tema, visto que “quaisquer objetos podem contribuir para uma pesquisa documental” (BLANDINO, 2022, p. 58). Outro ponto sobre a pesquisa documental levantado pelo autor, refere-se à importância e às vantagens desse tipo de pesquisa nas ciências sociais, como por exemplo a

possibilidade de conhecimento do passado, por meio de dados gerados à época dos fatos; investigação dos processos de mudança social e cultural, por exemplo, a partir de túmulos, [...] e a obtenção de dados a um menor custo, sem causar possíveis constrangimentos aos sujeitos participantes. (GIL, 2008, p. 153-154, apud BLANDINO, 2022, p. 58).

Somado a isso, o autor ainda discorre sobre o fato de que a pesquisa documental é, por vezes, negligenciada em detrimento de outras técnicas de levantamento de dados, especialmente aquelas envolvendo pessoas, de modo que ocupa um lugar secundário e complementar. Essa maneira de operacionalizar as pesquisas científicas passou a ser mais comum a partir da década de 40, partindo de uma série de justificativas para a não utilização de documentos como fonte de dados McCulloch (2004, apud Blandino, 2022). Entre essas justificativas, destacamos a crença de que os documentos poderiam apresentar limitações quanto à sua confiabilidade, uma vez que muitos deles eram produzidos com finalidades administrativas, políticas ou institucionais específicas, o que poderia introduzir vieses na interpretação dos dados. Damos destaque a essa questão, pois os documentos escolhidos para análise nesta pesquisa enquadram-se como documentos oficiais, produzidos principalmente a partir de uma perspectiva jurídica. Tal escolha partiu da compreensão de que documentos como esses não ocupam um lugar meramente descritivo, pois não são analisados isoladamente de seu contexto de produção. Diante disso, o pesquisador deve ter uma postura crítica diante das fontes documentais e realizar sua leitura levando em consideração os demais elementos da pesquisa, como a fundamentação teórica e outras fontes de dados, se houver. Reforçando essa ideia, o aspecto que mais nos interessa dentre os diversos que a pesquisa documental pode apresentar, diz respeito ao documento como um reflexo do contexto em que é elaborado, exercendo da mesma maneira, influência sobre ele. Sobre isso, Prior (2003, apud Blandino, 2022) afirma que esse tipo de fonte deve levar em consideração o conteúdo, a composição e principalmente seu uso, para o autor

os documentos não são somente relatos ou descrições de pessoas, objetos ou situações, mas em si mesmos, eles são agentes, atuando sozinhos ou com outros agentes, nos mais diversos contextos (PRIOR, 2003, apud BLANDINO, 2022, p. 65)

Sob essa perspectiva, os documentos passam a ser compreendidos como elementos que integram redes de relações sociais e institucionais, influenciando diretamente as práticas e decisões que se desenvolvem em torno deles. Assim, ao analisar documentos oficiais relacionados às políticas migratórias, torna-se possível não apenas identificar o conteúdo normativo que eles apresentam, mas também compreender como tais documentos contribuem para a formulação de políticas públicas, para a definição de categorias institucionais e para a maneira como determinados grupos sociais como os migrantes de crise, são representados institucionalmente.

Diante das asserções trazidas por Blandino (2022), compreendemos que os documentos utilizados no presente trabalho contemplaram as perguntas e objetivos de pesquisa, de modo que foram empregados para análise de dados os seguintes documentos: Legislação Migratória Compilada (LMC); Relatório Anual OBMigra (2024); Relatório Refúgio em Números (2025), Projeto de Lei Estadual nº 975/2017 e Lei Municipal nº 10.653/22. Além disso, ao longo do processo de escrita, percebemos a necessidade de trazer recursos que retratassem de maneira mais concreta as situações enfrentadas por migrantes de crise no Brasil. Por isso, utilizamos também matérias de portais on-line como o G1 e o poema *Morte e Vida Severina* de João Cabral de Melo Neto. Pontuamos que esses documentos não compõem a análise, mas corroboram com exemplificações dos aspectos discutidos, especialmente na fundamentação teórica, tornando mais concreto o raciocínio .

4.1.2 Pesquisa Etnográfica e Trabalho de Campo

A pesquisa de base etnográfica caracteriza-se como sendo uma investigação realizada com o intuito de compreender, de maneira mais aprofundada, algum aspecto que atravessa a realidade dos sujeitos a partir de sua própria perspectiva. É o “estudo de um grupo ou povo” e apresenta algumas especificidades quanto a sua execução (Gehardt; Silveira, 2009, p. 41). Além disso, esse tipo de investigação está intimamente relacionado ao contato que o pesquisador estabelece com os participantes da pesquisa e com o cenário em que ela se desenvolve, buscando sempre evidenciar e não intervir nas perspectivas dos sujeitos, ainda que, muitas

vezes, o pesquisador seja atravessado ou esteja também inserido no contexto em que a investigação é realizada.

Estabelecendo um paralelo com o que foi discutido na introdução e os objetivos que buscamos alcançar, o delineamento etnográfico deste trabalho é o que permite trazer as vozes dos alunos migrantes que participaram do curso PLAc e agentes acolhedores que atuaram no projeto e no poder público, envolvidos na pauta migratória. Nesse sentido, a etnografia apresenta-se como um recurso metodológico que rompe com o silenciamento dos sujeitos inseridos nesse contexto, alinhando-se política e ideologicamente ao que foi discutido na fundamentação teórica, na medida em que enxergamos nessa prática de escuta realizada por meio das entrevistas, uma forma de acolhimento e de posicionar esses sujeitos como agentes de transformação e produção de conhecimento.

Além disso, o posicionamento do pesquisador frente a esse tipo de investigação é de extrema relevância, já que ele não ocupa um lugar neutro e integra o processo da coleta de dados, exigindo o exercício constante de reflexividade sobre a sua prática como pesquisador, sua postura e possíveis impactos da sua presença no contexto em que atua. Assim, reconhecer-se como parte do contexto investigado, implica assumir que o rigor metodológico não reside na aplicação mecânica de modelos, mas na explicitação dos caminhos percorridos, isso porque, a interpretação dos dados etnográficos é atravessada pela dinamicidade das relações humanas, que por sua vez, estão permeadas pelos acontecimentos históricos, institucionais e territoriais (Minayo, 2002).

Assim, o delineamento etnográfico desta pesquisa está relacionado às escolhas técnicas e epistemológicas coerentes com sua fundamentação teórica, permitindo articular os conceitos de língua, território e cidadania desenvolvidos na fundamentação teórica, evidenciando que o acesso ao acolhimento se dá, no âmbito das políticas públicas, e através das práticas cotidianas que configuram o acolhimento e a participação social dos migrantes de crise. Do mesmo modo, a inserção como professora e pesquisadora no contexto, também compõe o delineamento etnográfico da pesquisa, dada a relação estabelecida no contexto de ensino e aprendizagem e com as pessoas que compunham esse cenário, de modo que todos os atravessamentos que se sucederam no projeto impactaram também o envolvimento com ele e com a pesquisa.

Outro ponto importante sobre a pesquisa etnográfica, é a realização do trabalho de campo, que de acordo com Minayo (2002) exige do pesquisador algumas articulações para que a investigação seja executada de forma coerente. Para a autora, o trabalho de campo configura-se como aquele em que o pesquisador realiza um recorte “em termos de espaço, representando uma realidade empírica a ser estudada a partir das concepções teóricas que fundamentam o objeto de investigação” (MINAYO, 1992 *apud* MINAYO, 2002, p. 53). Nesse sentido, o pesquisador deve, a partir do seu tema de interesse, ter como principal guia uma fundamentação teórica bem estruturada, para assim realizar de maneira responsável, o câmbio desses sujeitos que ocupam primordialmente o espaço em que a investigação ocorre, para objetos de estudo, de modo que

Partindo da construção teórica do objeto de estudo, o campo torna-se um palco de manifestações de intersubjetividades e interações entre pesquisador e grupos estudados, propiciando a criação de novos conhecimentos. (MINAYO, 2002, p. 54)

Sobre isso, a autora ainda argumenta que o elo entre o trabalho de campo e a fundamentação teórica possibilita uma ampliação na visão que se tem sobre os dados obtidos, levando a uma “reformulação dos caminhos da pesquisa, através das descobertas de novas pistas” (MINAYO, 2002, p. 62). Diante disso, esta investigação esteve a todo momento comprometida com o ideal de que os migrantes de crise devem protagonizar as decisões e elaboração de políticas de acolhimento, de modo que o conhecimento construído nesta pesquisa, não foi sobre, mas sim *com* (Borges *et al.* 2024) os migrantes de crise e agentes acolhedores.

Um aspecto que não poderíamos deixar de discutir, é o *afeto* envolvido na pesquisa etnográfica e trabalho de campo, compreendendo-se por afeto: afetar e ser afetado pelo contexto e pelas pessoas (Favret-Saada, 2005). Para a autora, quando nos permitimos ser atravessados pelas “intensidades específicas” (Favret-Saada, 2005, p. 159) no trabalho de campo, criamos uma aproximação com os sujeitos que protagonizam o contexto, e eles são igualmente afetados pela nossa presença e pelas nossas ações. No caso desta investigação, o trabalho de campo teve início antes mesmo da idealização e elaboração do projeto de pesquisa, já que o trabalho com os migrantes em sala de aula e essa troca de afetos já era realizada, bem como

o contato com os agentes acolhedores inseridos no poder público municipal. Desse modo, ainda que a pesquisa apresente um delineamento específico, propondo-se a responder perguntas específicas, os atravessamentos advindos da experiência em sala de aula, ecoam em vários aspectos da pesquisa, ainda que não estejam enquadrados nos moldes propostos.

No que diz respeito aos afetos gerados pelo campo, deixar-se afetar nesse caso, implica a compreensão de que as migrações de crise não são um fato social distante, mesmo que não olhemos para ele. O posicionamento diante desse objeto de estudo provoca reflexões profundas sobre o momento histórico que enfrentamos, sobre o que são políticas de acolhimento e a necessidade de pensá-las por um viés político e crítico, bem como a prática docente, e principalmente sobre criar espaços, simbólicos ou concretos (Haesbaert, 2004; Camargo, 2019) que se baseiem na perspectiva de que a (re)territorialização é um direito dos migrantes de crise.

Por fim, aclaramos que do ponto de vista ético, foram assegurados os princípios de consentimento livre e esclarecido, confidencialidade e preservação das identidades dos participantes, mediante o uso de pseudônimos, de acordo com as exigências do comitê de ética local. Igualmente, foram feitos os devidos esclarecimentos sobre o que se pretendia investigar e compreender através das entrevistas, respeitando a relação de troca que se estabelece na pesquisa etnográfica e no trabalho de campo (Minayo, 2002). Essa preocupação torna-se ainda mais relevante considerando que se trata de migrantes de crise, cujas trajetórias são frequentemente marcadas por vulnerabilidades sociais e institucionais.

Compreendemos assim, que o ensino e aprendizagem da língua portuguesa no contexto migratório de crise é um fato social complexo e exige um olhar atento para a questão, em seus mais diversos desdobramentos. Por essa razão, a pesquisa desenvolveu-se a partir das duas perspectivas descritas anteriormente: documental e de campo. Na primeira fase, a pesquisa seguiu uma coleta de dados documentais com o objetivo de mapear em âmbito federal, estadual e municipal quais as políticas linguísticas existentes voltadas ao ensino e aprendizagem da língua portuguesa para migrantes de crise, partindo assim, do macro para micro. Os documentos analisados estão listados no quadro a seguir:

Quadro 1 - Análise Documental

Documentos Federais	• Legislação Migratória Compilada, 2021 • Relatório Anual OBMigra, 2024 • Relatório Refúgio em Número 10ª edição 2025 • Carteira de Políticas Públicas MJSP
Documentos Estaduais	• Projeto de Lei nº 975/2017
Documentos Municipais	• Lei nº 10.653/22

Fonte: Elaboração própria.

Para o mapeamento de políticas linguísticas, realizamos na análise documental uma busca por termos que estivessem relacionados à elaboração de políticas linguísticas de acolhimento direcionadas aos migrantes de crise no Brasil. No que diz respeito aos Websites, as buscas foram feitas manualmente e com o auxílio da inteligência artificial NotebookLM.

Na segunda fase de coleta de dados em campo, foram realizadas entrevistas através da plataforma Meet do Google, com participantes do projeto PLAc. No total, foram feitas seis entrevistas com pessoas que faziam parte diferentes segmentos no projeto e que, por meio do lugar ocupado, puderam trazer perspectivas singulares acerca do ensino da língua portuguesa como política pública de acolhimento aos migrantes. A entrevista seguiu um formato semi-estruturado (LÜDKE; ANDRÉ, 2012), e as questões foram elaboradas com o intuito de captar a contribuição que cada um dos participantes poderia oferecer, de modo que a organização das questões, de acordo com os objetivos da pesquisa ficou da seguinte forma:

Quadro 2 - Público e Questões Norteadoras das Entrevistas

Ex alunos do curso PLAc	BLOCO 1: Como essas pessoas pensam na <u>língua como um instrumento importante para sua integração</u> na sociedade brasileira BLOCO 2: Pensando em situações práticas, experiências e vivências, em quais momentos/situações o <u>conhecimento da língua ajudou ou atrapalhou?</u> Por exemplo: na busca por trabalho, serviços de saúde/educação/lazer/segurança. Também, quais tipos de serviços essas pessoas buscam mais, quais meios elas costumam circular, se trabalha e/ou estuda.
-------------------------	---

	BLOCO 3: O <u>nível de conhecimento da língua portuguesa já foi motivo de impedimento na busca por serviços</u> (ou mesmo de socializar) oferecidos pelo município?
Professoras do curso PLAc Coordenadora do curso PLAc	Qual a <u>perspectiva</u> de pessoas que trabalham na organização e execução da parte didático-pedagógica acerca das políticas linguísticas para refugiados, e como o ensino e aprendizagem da língua portuguesa pode impactar no acesso à cidadania de imigrantes e refugiados.
Ex coordenadora da Secretaria de Direitos Humanos de Araraquara	Qual a <u>perspectiva</u> de pessoas que trabalham na organização e execução da parte de política pública municipal acerca das políticas linguísticas para refugiados, e como o ensino e aprendizagem da língua portuguesa pode impactar no acesso à cidadania de imigrantes e refugiados.

Fonte: Elaboração própria

Com o objetivo de contextualizar a organização da entrevista realizada com os alunos do curso de Português como Língua de Acolhimento (PLAc), descrevemos, de forma sucinta, o processo de elaboração das questões que orientaram sua construção. Tomando como ponto de partida o questionamento que motivou esta pesquisa, definimos como estratégia de investigação a escuta de pessoas refugiadas que participaram de processos de ensino e aprendizagem da língua portuguesa, por se entender que suas experiências poderiam oferecer elementos para responder à questão de pesquisa. Assim, o questionamento que se seguiu foi: “O que eu preciso saber sobre o impacto do ensino e aprendizagem da língua portuguesa no acesso à cidadania, o que essas pessoas podem me ensinar ou me responder?”. Para isso, foi necessário ir em busca de uma definição de cidadania que abarcasse a questão de direitos, e também como é operacionalizada a cidadania no caso das migrações de crise, impactando o acesso a direitos e serviços no Brasil. A partir disso, alguns questionamentos mais gerais em torno da questão iam surgindo e tornando-se bastante diversos uns dos outros, resultando na necessidade de dividir as questões em blocos. Tal divisão ocorreu de maneira bastante orgânica, conforme refletia sobre cada questão percebendo que elas poderiam se ramificar, de modo que no bloco 1, as questões possibilitariam

compreender como os participantes percebiam a língua em relação à sua inserção e como foi a experiência de cada um no aprendizado da LP. No bloco 2, a ideia era compreender como se dá a relação entre língua e o acesso à direitos e serviços, e por fim, no bloco 3 se a língua já foi motivo de discriminação ou exclusão social. Dessa maneira, foi possível extrair com o máximo de aprofundamento e organização cada um dos aspectos em que língua e cidadania podem estar relacionados. No que diz respeito às entrevistas com as pessoas que participaram na organização do projeto, o intuito era conhecer as perspectivas e concepções sobre Língua de Acolhimento, e principalmente como essas pessoas apreendem a relação entre cidadania e língua.

Para facilitar a visualização da análise dos dados, apresentamos, no quadro a seguir, as perguntas de pesquisa, os objetivos da investigação e os respectivos instrumentos de coleta de dados.

Quadro 3 - Organização da Análise dos Dados

Objetivos	Pergunta de Pesquisa	Dados
Realizar, através de uma análise documental, o mapeamento de políticas linguísticas em âmbito federal, estadual e municipal.	Quais são as políticas linguísticas que visam ao ensino e aprendizagem da língua portuguesa para pessoas refugiadas no Brasil, no estado de São Paulo e na cidade de Araraquara?	Documentos de domínio público nas esferas municipal, estadual e federal
Analisar de que maneira as políticas linguísticas impactam no acesso à cidadania de pessoas refugiadas no Brasil.	De que maneira a promoção de políticas linguísticas, em especial, na cidade de Araraquara contribui para a promoção da cidadania de imigrantes e refugiados na cidade?	Entrevistas com participantes (alunos, docentes, coordenadora)

Fonte: Elaboração própria

Na seção seguinte, trazemos a exposição e análise dos resultados obtidos, estabelecendo relação com a fundamentação teórica e os objetivos desta investigação.

5 RESULTADOS

5.1 Análise Documental

Considerando as contribuições teóricas explanadas na subseção Pesquisa Documental, pautadas no trabalho de Blandino (2022), trazemos maiores esclarecimentos sobre os documentos adotados como fonte de dados para esta investigação. Mais uma vez, reiteramos as motivações que culminaram nesta pesquisa, pois elas foram igualmente importantes na escolha dos tipos de documentos que utilizamos. Tendo em vista os acontecimentos em torno do curso PLAc no município de Araraquara, já explanados na introdução, e os questionamentos sobre política linguística de acolhimento no Brasil, o uso de documentos oficiais que abordam a questão migratória no país apresentaram-se como a maneira mais adequada na compreensão do olhar institucional para o aprendizado da língua portuguesa como política de acolhimento e como um direito dos migrantes de crise. Nesse sentido, a interpretação dos documentos em conjunto com as entrevistas e a fundamentação teórica, trouxe uma compreensão bastante sólida sobre a questão migratória de crise no Brasil.

A etapa de análise documental vincula-se ao primeiro objetivo desta investigação que é saber, institucionalmente, quais as políticas linguísticas existentes em âmbito federal, estadual e no município de Araraquara, direcionadas a migrantes de crise. Nesse sentido, foram analisados documentos que instituem e/ou mapeiam as políticas de acolhimento direcionadas às questões migratórias no Brasil. No que diz respeito ao critério utilizado na seleção dos documentos, priorizamos aqueles que são basilares na estruturação em políticas de acolhimento como leis e relatórios produzidos por órgãos que gerenciam questões migratórias no Brasil, de modo que o mesmo critério foi utilizado na seleção dos documentos federais, estaduais e municipais.

Por fim, realizamos, nos documentos selecionados, a busca por termos-chave relacionados aos objetivos da pesquisa, analisando o contexto em que eram empregados e o número de ocorrências identificadas. Os termos definidos para essa etapa foram: Português como Língua de Acolhimento, Cidadania, Política Linguística e Ensino de Língua. Os excertos selecionados para análise foram aqueles em que os termos pesquisados apareciam em contextos relacionados ao ensino da língua

portuguesa e à temática das migrações, de modo que ausência desses termos em determinados documentos também foi considerada um dado analítico relevante.

Durante a análise documental, observou-se ainda a recorrência de termos correlatos. Por exemplo, ao buscar "Política Linguística", foram encontrados excertos contendo apenas o termo "linguística"; da mesma forma, na busca por "Português como Língua de Acolhimento", identificaram-se ocorrências de "idioma português" e "língua portuguesa". Embora esses termos não correspondessem exatamente aos descritores inicialmente estabelecidos, os excertos em que aparecem apresentavam informações relevantes para a investigação e, por esse motivo, foram incluídos nos quadros de análise. Para facilitar sua leitura, os termos pesquisados — sejam eles os descritores originais ou seus correlatos — aparecem destacados em negrito, enquanto os trechos sublinhados evidenciam os aspectos discursivos e os sentidos produzidos no contexto em que esses termos estão inseridos. A seguir, temos os dados documentais selecionados, organizados em quadros, bem como uma breve descrição sobre cada documento, seguido da análise dos dados.

Quadro 4 - Legislação Migratória Compilada

Termos e Ocorrências	Excertos
PORTUGUÊS COMO LÍNGUA DE ACOLHIMENTO - 1 (termos correlatos)	Art 6º da Resolução Nº 1 de 13 novembro de 2020: Dispõe sobre o direito de matrícula de crianças e adolescentes migrantes, refugiados, apátridas e solicitantes de refúgio no sistema público de ensino brasileiro. “As escolas devem organizar procedimentos para o acolhimento dos estudantes migrantes, com base nas seguintes diretrizes: [...] VI - <u>oferta de ensino de português como língua de acolhimento</u>, visando a inserção social àqueles que detiverem pouco ou nenhum conhecimento da língua portuguesa” (p.275) PORTARIA NORMATIVA Nº 22, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016: Dispõe sobre normas e procedimentos gerais de tramitação de processos de solicitação de <u>revalidação de diplomas de graduação estrangeiros e ao reconhecimento de diplomas de pós-graduação stricto sensu</u> (mestrado e doutorado), expedidos por estabelecimentos estrangeiros de ensino superior. CAPÍTULO III, Art. 15 As provas e os exames a que se referem os arts. 13, § 3º, e 14, <u>deverão ser ministrados</u>

	<u>em português</u>, organizados e aplicados pela instituição revalidadora, salvo nos casos em que a legislação indicar a organização direta por órgãos do MEC. (p.263) PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº5, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2018: Dispõe sobre o procedimento de reconhecimento da condição de apatridia e da naturalização facilitada dela decorrente. CAPÍTULO IV DA NATURALIZAÇÃO, Art 16: “Aquele que tiver reconhecida sua condição de apatridia poderá requerer a naturalização ordinária, desde que: [...] IV- <u>tenha capacidade de se comunicar em língua portuguesa</u>, consideradas suas condições, comprovada por meio do <u>Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa (Celpe-Bras)</u>, emitido pelo Ministério da Educação, independente do nível alcançado.
POLÍTICA LINGUÍSTICA - 1 (termo correlato)	Preâmbulo do Plano de Ação do Brasil: “Um Roteiro Comum para Fortalecer a Proteção e Promover Soluções Duradouras para as Pessoas Refugiadas, Deslocadas e Apátridas na América Latina e no Caribe em um Marco de Cooperação e Solidariedade”. CAPÍTULO TERCEIRO: Soluções Integrais, Complementares e Sustentáveis: Programa Mobilidade Laboral: Item e) <u>Fomentar programas de capacitação profissional e vocacional, e de adaptação cultural, social e linguística</u>. (p.510)

Fonte: Elaboração Própria

A Legislação Migratória Compilada (LMC) é um documento federal que reúne de forma sistematizada todas as normas nacionais e internacionais sobre o tema da Migração e organiza-se da seguinte maneira:

[...] em ordem cronológica e por áreas temáticas assim distribuídas: Legislação Migratória Geral; Naturalização e Apatridia, Refúgio; Imigração Laboral; Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas; Assistência Emergencial e Acolhida Humanitária; e Medidas de Enfrentamento à Pandemia. Neste último caso, convém ressaltar que há normativos compilados que não são propriamente migratórios, mas que foram listados, pragmaticamente, pela importância dos efeitos migratórios que encerram, de interesse dos operadores da seara migratória, que são a razão de ser desta publicação. (BRASIL, 2021, p. 5)

A partir da organização do documento, notamos um esforço do Estado brasileiro em sistematizar e tornar acessível o conjunto de normativas que regulam a questão migratória no país. Ao reunir normas nacionais e internacionais e distribuí-las cronologicamente e por áreas temáticas, o documento não apenas facilita a consulta técnica, por parte dos agentes acolhedores envolvidos na pauta migratória e estudiosos do tema, mas também revela as múltiplas dimensões pelas quais a migração pode ser juridicamente enquadrada.

Compreendemos que conhecer as leis nacionais de migração é a maneira mais eficaz para saber de que maneira a questão migratória é tratada em termos de política pública, e quais os recursos jurídicos que o Governo Federal dispõe para o acolhimento a migrantes no Brasil.

Quadro 5 - Relatório Anual OBMigra (2024)

Termos e Ocorrências	Excertos
PORTUGUÊS COMO LÍNGUA DE ACOLHIMENTO - 1 (termo correlato)	“Essas características reforçam a necessidade de intervenção das três esferas de poder no sentido de, para além da acolhida e regularização, formular e corrigir <u>políticas públicas que assegurem a inserção adequada desses contingentes de imigrantes, garantindo acesso ao idioma português</u> , aos serviços públicos básicos, como educação, saúde e benefícios sociais, bem como a moradia e trabalho digno” (p. 50)

fonte: elaboração própria

Em sua décima primeira edição, o Relatório Anual OBMigra apresenta dados das cinco macrorregiões do Brasil ao longo dos anos de 2022, 2023 e primeiro semestre de 2024, e traz um levantamento robusto sobre o desenvolvimento das migrações em cada uma das regiões do país. O documento é uma referência sobre dados migratórios no Brasil, de modo que também representa uma fonte de dados confiável para o presente estudo.

Quadro 6 - Carteira de Política Pública MJSP

Termos e Ocorrências	Excertos
ENSINO DE LÍNGUA - 1 (termo correlato)	“Ainda que esta legislação garanta uma série de direitos para as pessoas migrantes, refugiadas e apátridas, independentemente da situação migratória, observa-se que o acesso está atravessado por certas variáveis, como questões raciais, de gênero e nacionalidade, dentre outros aspectos, como: [...] <u>Dificuldade de comunicação devido à língua e a falta de suporte no território;</u>”

fonte: elaboração própria

A Carteira de Políticas Públicas consiste em um levantamento abrangente que reúne informações gerais sobre as políticas desenvolvidas pelas unidades do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP). A gestão dessas políticas é realizada pela Comissão Técnica do Comitê de Governança Estratégica (CT-CGE), operando como suporte executivo ao Comitê de Governança Estratégica (CGE) do MJSP, instituído em 28 de janeiro de 2022. As políticas públicas são organizadas em um documento com o objetivo de possibilitar seu acompanhamento, avaliação e a adequada distribuição de recursos orçamentários. Essa organização busca contribuir para processos de tomada de decisão fundamentados em evidências sobre determinadas questões sociais, e a otimização do uso de recursos e o fortalecimento da transparência na gestão pública. Vale esclarecer que escolhemos especificamente essa carteira de políticas públicas porque o Ministério da Justiça e Segurança Pública é o órgão que preside o CONARE, de modo que todos os aspectos envolvendo as migrações de crise no Brasil, passam por esse ministério.

Atualmente, essa Carteira de Políticas Públicas reúne um conjunto de 39 políticas, estruturadas de forma setorial, ou seja, vinculadas às respectivas unidades do MJSP, responsáveis por cada área temática. A unidade que utilizamos na análise documental foi da Secretaria Nacional de Justiça (Senajus) que atua nas atribuições relacionadas, principalmente à cooperação jurídica internacional, tanto em matéria civil quanto penal. Também é responsável pela promoção e execução de ações

vinculadas à Política Nacional de Migrações, especialmente no que se refere a temas como nacionalidade, processos de naturalização, regime jurídico e gestão migratória. A secretaria também atua na implementação da Política Nacional para Refugiados, bem como no desenvolvimento de iniciativas relacionadas à Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas.

Quadro 7 - Projeto de Lei Estadual nº 975/2017

Termos e Ocorrências	Excertos
ENSINO DE LÍNGUA – 1 (termo correlato)	“Artigo 3º – São diretrizes da atuação do Poder Público na implementação da Política Estadual para a População Migrante: [...] V - divulgar informações sobre os serviços públicos estaduais direcionados à população migrante, <u>com distribuição de materiais acessíveis em diversas línguas</u> ,” (p. 2)
POLÍTICA LINGUÍSTICA - 2 (termo correlato)	Artigo 2º – São princípios da Política Estadual para a População Migrante: [...] IV - <u>repudiar e prevenir a xenofobia, o racismo, a intolerância religiosa, étnica, cultural, política, linguística, de gênero, etária e todas as formas de discriminação</u> ; (p. 2) Artigo 4º – <u>Será assegurado o atendimento qualificado à população migrante no âmbito dos serviços públicos estaduais, consideradas as seguintes ações administrativas: [...] b) interculturalidade e cultura linguística</u> , com ênfase nos equipamentos que realizam maior número de atendimentos à população migrante;” (p. 3)

fonte: elaboração própria

Este documento trata-se de um projeto de lei estadual e tem como objetivo instituir em São Paulo, uma política para a população migrante que reside no território. O documento apresenta os objetivos do projeto de lei e ações prioritárias para se realizar o acolhimento a migrantes no estado, e encontra-se em tramitação na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP). Foi o documento de referência encontrado para análise no âmbito estadual.

Quadro 8 - Lei Municipal de Araraquara nº 10.653/22

Termos e Ocorrências	Excertos
PORTUGUÊS COMO LÍNGUA DE ACOLHIMENTO - 1	Art. 2º O Conselho Municipal de Políticas Públicas para Pessoa Imigrante será integrado por representantes do Poder Público e da Sociedade Civil, <u>observando-se a seguinte composição: [...]</u> b) 1 (um) representante, com seu respectivo suplente, do <u>Centro de Línguas e Desenvolvimento de Professores da UNESP Araraquara - Português como Língua de Acolhimento</u> - Centro Línguas Unesp; (p. 1)

fonte: elaboração própria

Quadro 9 - Projeto de Lei municipal nº 0348/2023

Termos e Ocorrências	Excertos
POLÍTICA LINGUÍSTICA – 2 (termo correlato)	<u>Os imigrantes e refugiados trazem consigo diversos desafios para a gestão pública como um todo. Dentre estes desafios listamos eles: barreiras linguísticas: enfrentam dificuldades para se comunicar em um novo idioma, dificultando o acesso a serviços públicos e empregos; pela presença desse elemento específico previsto na lei.</u>
PORTUGUÊS COMO LÍNGUA DE ACOLHIMENTO - 1 (termo correlato)	Art. 4º São ações prioritárias na Implementação da Política Municipal de Atendimento ao Refugiado e Imigrante, a serem realizadas pelos órgãos municipais componentes do Comitê de Execução e Acompanhamento da Política Municipal de Atendimento ao Refugiado e ao Imigrante [...] VIII <u>promover cursos de português para imigrantes e refugiados</u> , de modo a auxiliar a superação de barreiras linguísticas, permitindo comunicação eficaz, acesso a oportunidades de trabalho e participação mais ativa na vida comunitária

fonte: elaboração própria

No que concerne ao município de Araraquara, encontramos a lei 10.653/00 que tem como principal objetivo dispor as políticas públicas voltadas aos migrantes que residem na cidade. Além disso, foram elaborados alguns materiais de auxílio à busca por serviços no município, como por exemplo o Guia do Imigrante, um guia instrutivo produzido em Português, Inglês, Espanhol e Árabe. Apesar de não ser um

documento que cria ou estabelece políticas linguísticas, ele é fruto de um contexto em que se pensa a língua como instrumento de acolhimento e acesso.

Por fim, o Relatório Refúgio em Números 10ª edição (2025) é um documento que fornece dados específicos sobre refúgio no Brasil, especialmente no que diz respeito às medidas que o Conare tem diante das demandas migratórias. Sua primeira edição foi publicada em 2016, e traz dados estatísticos relevantes para compreensão sobre os desdobramentos das migrações de crise no país. Em sua introdução, o relatório explica o método de mapeamento das políticas públicas direcionadas a esse contexto, e consideramos relevante expor em razão dos objetivos da pesquisa. Assim, podemos observar que os dados sobre políticas públicas para as migrações de crise partem de uma base, principalmente municipal.

No que se refere às políticas públicas para pessoas imigrantes, solicitantes de refúgio e refugiadas o anuário associou suas análises a informações relevantes captadas pela Pesquisa de Informações Básicas Municipais – MUNIC 2018 (IBGE, 2019) sobre como os municípios, no contexto das transformações que se processavam nos últimos anos, atuavam junto às pessoas solicitantes e refugiadas para a promoção de políticas locais de acolhimento e integração (BRASIL, 2025, p. 7)

Esse documento em específico não apresentou nenhuma informação sobre política linguística de acolhimento e por essa razão, trouxemos apenas uma breve descrição sobre o que é e como foi elaborado, sem a necessidade de expor os termos em quadro. A seguir, passaremos para análise dos dados documentais, discutindo, primeiramente, os documentos federais, o projeto de lei estadual e, finalmente, a lei municipal.

De modo geral, o que podemos perceber através da análise dos documentos oficiais sobre políticas migratórias no Brasil, é que o ensino da Língua Portuguesa como política de acolhimento ocupa um lugar bastante negligenciado, especialmente quando tratamos daquelas elaboradas em âmbito federal, enquanto que nos estados e municípios a preocupação pela oferta do ensino da língua é mais presente. Essa percepção partiu da comparação entre as legislações federal, municipal e o projeto de lei do estado de São Paulo que analisamos, além das leituras que embasaram a fundamentação teórica, como os trabalhos de Camargo (2019) e Zambrano (2024),

que investigam as políticas linguísticas de acolhimento no município de São Paulo e no estado de Roraima respectivamente.

Em uma escala federal, podemos observar que o Brasil possui uma legislação bastante extensa e abrangente quanto aos diversos aspectos que envolvem as questões migratórias de modo geral. Nesse sentido, existem leis e diretrizes específicas que tratam das migrações de crise, ancoradas principalmente na constituição federal, que assegura a todos, brasileiros ou não, os mesmos direitos e acessos. Diante disso, são muitos os desdobramentos que ocorrem a partir da criação dessas leis, e que prescrevem ações e políticas de acolhimento direcionadas ao público em questão, nas mais diversas áreas como saúde, educação e trabalho, bem como ações de enfrentamento à xenofobia e exploração. Apesar de uma lei de migração bastante desenvolvida e do aparato jurídico que o Brasil dispõe a favor do acolhimento a migrantes de crise, são escassas as ações que visam ao ensino e aprendizagem da língua portuguesa como um direito. Ao pesquisar os termos Língua, Língua de Acolhimento e Acolhimento na LMC, deparamo-nos com uma única Resolução que fala sobre o ensino de português como língua de acolhimento no contexto da educação básica. É possível notar que a legislação migratória brasileira aborda, institucionalmente, as migrações de crise a partir de uma ótica jurídica, visando a (re)territorialização funcional desses migrantes, deixando de lado a parte simbólica. Chama atenção também, a ausência de termos como Política Linguística ao longo de um documento tão extenso como a LMC, indicando uma dupla desvalorização através da não elaboração do tema: em primeiro lugar, a desvalorização do ensino e aprendizado da língua portuguesa como política de acolhimento e a desvalorização da área como ciência e produtora de conhecimentos que impactam o pensamento em torno de políticas públicas.

Outro ponto importante que merece atenção no que diz respeito à abordagem jurídica sobre as migrações de crise, é a ambivalência entre uma legislação robusta e que aborda o acolhimento a migrantes de crise visando o acesso a direitos, e a garantia desses direitos na prática. Muitos são os fatores que contribuem para a segregação dessas pessoas. Para citar alguns, a própria burocracia imposta pelas leis, bem como a falta de conhecimento, somada ao despreparo daqueles que deveriam se posicionar como agentes acolhedores, aparecem como condicionantes dessa segregação. Além disso, o olhar social que se tem perante as migrações de crise, seja no Brasil ou em outros países, caminha principalmente por duas

perspectivas: ou permeado por preconceitos e rejeição à presença desse Outro que chega, ou pelo olhar da benevolência que classifica o Outro como vulnerável (Camargo,2019). Nesse sentido, a elaboração jurídica esbarra em questões sociais, políticas e ideológicas que exercem mais força sobre a maneira como será operacionalizado o acolhimento, ficando na maioria das vezes, a cargo de outras instituições que não são o Estado (Agier,2011 ;Fiorelli,2022).

Ainda na LMC, ao buscar por termos como “Português” e “Linguística”, vemos manifestados aspectos segregadores em portarias normativas, decretos e planos de ação internacionais voltados a migrantes de crise. Como já problematizado na fundamentação teórica, bem como na caracterização da pesquisa documental, a elaboração de políticas de acolhimento está sempre permeada por questões sociais e ideológicas, de modo que o aparato jurídico e documental criado para gerir as migrações de crise pode trazer em seu bojo estruturas segregadoras. Como exemplo, citamos as portarias interministeriais nº 22, de 13 de dezembro de 2016 e nº 5, de 17 de fevereiro de 2018, que dispõem respectivamente sobre as normativas para revalidação de diploma e sobre os procedimentos para solicitar a naturalização facilitada.

Em ambos os casos, exige-se a proficiência em língua portuguesa por meio de, no caso da revalidação de diploma, avaliação aplicada em língua portuguesa por alguma instituição de ensino superior, e para a naturalização, a aprovação no exame Celpe-Bras. Tal ação, remete-nos à questão levantada por Camargo (2019) sobre o programa Português para Todos, que atrela a garantia de direitos ao cumprimento dessas normas, dificultando o acesso a serviços básicos que esses migrantes deveriam ter, sem a necessidade de transpor qualquer barreira. Ainda sob a perspectiva de Camargo (2019), no preâmbulo de um plano de ação para proteção de pessoas refugiadas na América Latina e Caribe, como parte das soluções para inserção dos migrantes de crise, propõe-se um programa de Mobilidade Laboral que fomenta programas de capacitação laboral. De certo modo, essa ideia também remete ao já mencionado programa Português para Todos, que, determina ao outro o que ele pode ser e fazer no novo território, descredibilizando sua trajetória laboral e intelectual. Esse tipo de ação, encontra respaldo nas citadas anteriormente, que barram ou dificultam o acesso de migrantes de crise através de exigências burocráticas, alimentando um ciclo que relega essas pessoas a espaços de pouca ou nenhuma ação social.

Assim como na LMC, a Carteira de Políticas Públicas do MJSP é um documento de extrema importância quando pensamos sobre políticas de acolhimento aos migrantes de crise, pois muitas das medidas e ações adotadas para lidar com essas demandas, partem desse documento. De igual forma, o que se percebe são políticas linguísticas que reconhecem a língua como uma barreira de acesso a direitos e serviços, e estabelece o direito do migrante de ter um intérprete para auxiliar quando necessário. Apesar do reconhecimento que se dá ao aprendizado da LP e a importância desta para o acesso à cidadania, o Estado brasileiro não possui em suas políticas de acolhimento, nenhuma diretriz institucional para o ensino e aprendizagem da LP. Nesse sentido, evocamos o QECR como um documento que, apesar de ser passível de análise crítica de um ponto de vista político e ideológico, é um documento que assume um compromisso institucional e estabelece normas para que o ensino e aprendizagem da língua possam ocorrer. Reforçamos com isso a ideia de que não basta abrir as portas, mas criar condições para que os migrantes de crise se reterritorializem, seja em âmbito funcional, seja simbólico.

Quanto aos relatórios analisados, encontramos esclarecimentos acerca de diversos temas pertinentes ao contexto migratório, e, assim como nos documentos federais analisados anteriormente, tanto o Relatório Anual OBMigra quanto o Relatório Refúgio em Números, não apresentam informações específicas sobre política linguística de acolhimento. Nesse sentido, dada a natureza que esses documentos possuem, de fazer o levantamento e divulgação dos dados relacionados à questão migratória no Brasil, para esta pesquisa, eles reforçam o que foi analisado nos outros documentos federais, de modo que a falta de informações sobre o ensino e aprendizagem da língua portuguesa para migrantes de crise, indica a não existência de ações federais institucionalizadas voltadas para esse contexto específico. Ressaltamos ainda, que esses relatórios trazem muitos dados sobre educação entre migrantes que moram no Brasil, abordando principalmente a escolarização dessas pessoas, bem como a área de atuação laboral. Chamamos atenção para isso, pois seria importante a realização de um levantamento sobre o acesso ao aprendizado do português, já que, uma das formas de elaboração de políticas públicas é através do conhecimento científico produzido sobre determinada questão, de modo que, saber de que forma os migrantes de crise acessam esse aprendizado, com quais objetivos e como é esse processo, seria um passo

importante para se pensar políticas linguísticas de acolhimento. Na sequência, serão analisados os dados documentais em âmbito estadual e municipal, seguindo os mesmos critérios adotados na análise dos documentos federais.

Seguindo um raciocínio de análise que parte de uma perspectiva macro para micro, analisaremos o Projeto de Lei Estadual nº 975/2017, que visa a instituição de políticas para a população migrante no estado de São Paulo. Esse projeto possui uma forma de operar as políticas de acolhimento bastante similar à legislação federal, de modo que, o que se aborda sobre questões linguísticas no contexto migratório estadual, está mais relacionado a divulgação de informações em diferentes línguas, o atendimento a esse público através de uma abordagem intercultural e plurilíngue, bem como a prevenção e combate à xenofobia. Assim, vemos repetir-se, em outra escala, a estruturação de políticas de acolhimento que não trazem em sua base uma preocupação com a oferta de cursos de língua portuguesa para migrantes de crise.

Vale esclarecer que este projeto de lei teve como base a lei de migração do município de São Paulo 16.478 de 8 de julho de 2016, que, por ser o local onde se encontra a maior parte da população migrante no país, estabeleceu a partir das demandas apresentadas, iniciativas próprias de gerenciamento das questões pertinentes às migrações no município. Nesse sentido, identificamos um movimento ascendente na elaboração de políticas de acolhimento, partindo das especificidades que ocorrem nos municípios e influenciando as esferas estaduais e federais.

Antes de dar prosseguimento à análise dos dados, trazemos uma breve elucidação ao fato de que, embora não trate especificamente do ensino da língua portuguesa para o público migrante, essas políticas propostas nas leis, são ações afirmativas de acolhimento aos migrantes. Entretanto, o acesso ao aprendizado formal da LP deve ser encarado como um direito também previsto nas leis e ofertado gratuitamente, já que os atendimentos em órgãos públicos com a possibilidade de suporte por um intérprete, ou o acesso a informações através de materiais produzidos nas línguas maternas dos migrantes, configuram situações pontuais do cotidiano, ao passo que as relações que se estabelecem diariamente, além de todos os atravessamentos culturais, sociais e econômicos pelos quais essas pessoas passam, exigem maior autonomia no uso da língua.

Na sequência, analisamos três documentos municipais que contam um pouco sobre a trajetória do projeto PLAc, a partir de sua inserção nas políticas de

acolhimento municipais e do envolvimento do poder público com o curso de português. Dois desses documentos já foram previamente expostos em quadros, sendo eles a Lei 10.653/2022 e o projeto de lei 0348/2023. Além disso, traremos também a indicação nº 5398/2021 como uma forma de analisar a construção discursiva desses documentos que, em certa medida, conversam entre si e apontam algumas inconsistências na elaboração e execução das políticas de acolhimento.

Por fim, percebendo a necessidade de ampliar a compreensão sobre as dinâmicas que atravessam a implementação dessas políticas no âmbito local, recorreremos também a um relato de experiência sobre o projeto PLAc. A inclusão desse tipo de material justifica-se pelo seu potencial de aclarar algumas das inconsistências identificadas nos documentos municipais, uma vez que oferece uma perspectiva situada, construída a partir da vivência dos sujeitos diretamente envolvidos no projeto. Nesse sentido, os relatos configuram-se como uma fonte de dados relevante, pois permitem expandir o olhar analítico para além do que está formalmente registrado, contribuindo para uma leitura mais aprofundada e crítica sobre a elaboração e a execução das políticas de acolhimento.

A lei municipal de Araraquara nº 10.653/22 é o documento em vigor que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Políticas Públicas para Pessoas Migrantes e prevê a participação de membros do Centro de Línguas e Desenvolvimento de Professores da Unesp de Araraquara em sua composição. Observamos, com isso, que a elaboração das políticas públicas de acolhimento a migrantes de crise no município incorpora, em sua concepção, a língua portuguesa como um direito imprescindível nos processos de (re)territorialização desses sujeitos.

Nesse sentido, a presença da universidade pública no conselho pode sugerir uma abertura para a inclusão de perspectivas técnico-científicas na formulação das ações afirmativas para o acolhimento, contribuindo para a elaboração de políticas mais sensíveis às demandas sobre o ensino e aprendizagem da língua portuguesa. A inclusão da universidade, por meio do projeto PLAc, na concepção da política municipal certamente representa um avanço. No entanto, como será discutido ao longo da análise, é necessário problematizar em que medida essa previsão se concretiza na prática, especialmente no que se refere à continuidade e à institucionalização das ações voltadas ao ensino de Português como Língua de Acolhimento.

Na leitura do projeto de lei municipal nº 0348/2023, que propõe a institucionalização da “Política Municipal de Atendimento ao Refugiado e ao Imigrante”, observamos que a questão linguística aparece como a primeira dificuldade enfrentada pelos migrantes e também pelo município, na realização do acolhimento a essa população. Esse destaque inicial evidencia o reconhecimento, por parte do poder público, de que a língua constitui uma barreira central no acesso a serviços, direitos e formas de participação social. Do mesmo modo, no capítulo III, que trata sobre as ações que a política municipal de atendimento deve desempenhar, o projeto prevê a oferta de cursos de português como uma estratégia no enfrentamento dos desafios decorrentes dessas barreiras linguísticas, apontando a língua portuguesa como ferramenta de mediação entre o sujeito migrante e o novo território em que está inserido. Além disso, o referido projeto ainda traz a criação do Comitê de Execução e Acompanhamento da Política Municipal de Atendimento ao Refugiado e ao Imigrante, que tem por objetivo

I – implantar, executar, monitorar e avaliar as ações da Política Municipal de Atendimento ao Refugiado e ao Imigrante; e

II – Instituir o Cadastro Municipal de Refugiados e Imigrantes, requisito indispensável para o atendimento do refugiado e do imigrante pelas políticas públicas municipais (ARARAQUARA, 2023)

Podemos verificar uma tentativa do poder público municipal de estruturar, em nível institucional, as políticas de acolhimento no município. Ao prever a criação de um comitê responsável não apenas pela execução, mas também pelo monitoramento e avaliação das ações, essa proposição indica um progresso no sentido de conferir maior organização e acompanhamento das políticas públicas voltadas à população migrante, o que, em princípio, pode contribuir para sua continuidade e efetividade.

Ainda sobre o projeto de lei, posterior à Lei nº 10.653/22, observa-se uma contradição significativa ao analisar que não há qualquer menção à participação do CLDP ou da Unesp na composição do Comitê, mesmo prevendo a oferta de cursos de língua portuguesa para a população migrante do município. Tal ausência chama a atenção, sobretudo quando se considera a trajetória consolidada da universidade

como um dos principais agentes de acolhimento em Araraquara, atuando diretamente por meio do CLDP, na oferta desses cursos.

Embora o documento reconheça a língua como um instrumento fundamental para o acesso a direitos e à cidadania, sua construção discursiva parece desarticulada das práticas já existentes. Nesse sentido, a análise do projeto de lei torna-se relevante não apenas pelo seu conteúdo, mas também por evidenciar algumas lógicas que orientam a formulação das políticas públicas no âmbito municipal. Ao não incorporar institucionalmente a participação do Centro de Línguas, o documento revela uma fratura entre a elaboração das políticas e sua execução, além de contribuir para a invisibilização do papel da universidade como um dos pilares na implementação das ações de acolhimento.

Essa inconsistência presente nas políticas de acolhimento, aponta uma fragilidade na articulação entre os diferentes atores envolvidos na temática migratória, sugerindo que, embora haja reconhecimento normativo da importância da dimensão linguística, ainda estão presentes lacunas no que diz respeito à integração efetiva dos agentes que historicamente sustentam essas iniciativas no município. É de extrema importância que o ensino de língua no contexto de acolhimento seja encarado como uma política em si, e não apenas como um projeto de extensão universitária. Resgatando o que foi discutido na fundamentação teórica sobre a definição de língua, compreendemos que a elaboração e implementação de políticas linguísticas devem estar ancoradas à perspectiva científica e crítica sobre o ensino e aprendizagem do português como língua de acolhimento.

A análise conjunta dos documentos municipais evidencia uma contradição entre as políticas de acolhimento formalmente instituídas e sua efetivação na prática. Essa incoerência torna-se ainda mais evidente quando analisamos a Indicação nº 5398/2021, de autoria de uma vereadora do município, que reconhece a necessidade de elaboração e fortalecimento de políticas públicas voltadas à pauta migratória em Araraquara. Entre as medidas propostas, o item dois da Indicação trata especificamente da criação de um convênio entre a Prefeitura Municipal e a UNESP, bem como da implementação de bolsas para os estudantes que atuam, como professores, no projeto PLAc, apontadas como condição indispensável para a continuidade do curso de português.

Outro ponto significativo e que chama atenção, é a construção discursiva dos documentos municipais, ao longo do tempo. O projeto PLAc e a própria UNESP

aparecem como agentes importantes na construção das políticas de acolhimento do município, a princípio, mas passam gradativamente por um processo de apagamento institucional. Essa constatação contrasta com a realidade identificada nesta pesquisa, na qual o curso de português, principal ação voltada ao ensino da língua no contexto do acolhimento, sofreu um processo de precarização, comprometendo sua continuidade e sua institucionalização. Desse modo, os documentos municipais revelam uma ruptura entre o reconhecimento institucional da importância do ensino de português como política de acolhimento e as condições concretas oferecidas para sua manutenção. A precarização do curso PLAc evidencia que o compromisso assumido no plano normativo não se traduz, necessariamente, em ações capazes de garantir a continuidade e a institucionalização dessa política linguística. A seguir, um trecho da Indicação municipal

II – Criação do Convênio em Parceria com Município de Araraquara e a UNESP (FCLAr)

Indico criação do Convênio em parceria com o Município de Araraquara e a UNESP (FCLAr) para ampliação de bolsas de iniciação científica ou PET (Programa de Educação Tutorial) para garantir a continuidade do Português como Língua de Acolhimento, o PLAC/PÓLEN. Vale mencionar, que a última turma formada em Araraquara contou com aproximadamente 100 pessoas. (ARARAQUARA, 2021)

No documento também está presente uma série de considerações que justificam a necessidade de bolsas para os estudantes do projeto, e ressalta o fato do trabalho dos professores/estudantes ser realizado por voluntariado, evidenciando ainda, a importância da formação acadêmica dos profissionais que atuam nesse contexto de ensino e aprendizagem

Considerando que para desenvolver esse trabalho de sensibilização da língua e inserção de um estrangeiro em uma nova cultura é necessário preparo acadêmico destes voluntários e que a repercussão do seu trabalho gerará também a diminuição da desigualdade social, uma vez que o estrangeiro, ao dominar o português tem mais desenvoltura e acesso a espaços distintos e ao mercado de trabalho (ARARAQUARA, 2021)

No trecho, há um reconhecimento de que o ensino de língua portuguesa no contexto de acolhimento não é uma atividade espontânea ou meramente assistencial, mas uma prática que exige formação específica e preparo acadêmico por parte dos envolvidos. Ao destacar a necessidade de qualificação dos voluntários, o texto aponta, ainda que de forma sutil, para a complexidade do trabalho docente nesse contexto, que envolve não apenas o ensino da língua, mas também a mediação cultural e o acompanhamento de processos de reterritorialização.

O documento também reforça a centralidade da língua nos processos de redução das desigualdades enfrentadas pelos migrantes, ao relacionar o domínio da língua portuguesa à ampliação do acesso a diferentes espaços sociais. Ainda assim, as atividades ligadas ao ensino da língua no contexto migratório de crise ancoram-se na perspectiva de um projeto de extensão universitária, evidenciando uma tensão entre o reconhecimento da importância e da complexidade desse trabalho e a ausência de sua devida institucionalização e valorização como política linguística, comprometendo a continuidade e a qualidade das ações desenvolvidas no âmbito das políticas de acolhimento.

O curso PLAc consolidou-se, desde 2018, como uma das principais estratégias de acolhimento no município, especialmente diante da chegada expressiva de migrantes venezuelanos, configurando-se como um espaço para o ensino da língua portuguesa, integração social e mediação cultural. Nesse sentido, a presença do curso ultrapassa o caráter estritamente educacional, configurando-se como um importante agente na promoção do acesso a direitos e na (re)territorialização desses sujeitos. A articulação entre o poder público e a universidade pública pode trazer contribuições notáveis para a formulação de políticas de acolhimento. Um exemplo disso é o *Guia do Imigrante*, documento elaborado com o objetivo de orientar migrantes em Araraquara quanto aos seus direitos fundamentais e acesso a serviços públicos essenciais.

O material, traduzido para o espanhol (Imagem 1), inglês (Imagem 2) e árabe¹, também detalha os procedimentos necessários para a regularização migratória, pedidos de refúgio e obtenção de documentos de identidade e trabalho. Além das questões burocráticas, a cartilha informa sobre o funcionamento do sistema público de saúde, as etapas do ensino escolar e os programas de assistência social e segurança alimentar. Há também um foco importante na proteção jurídica,

¹ A versão em árabe do Guia do Imigrante está em um arquivo Word e não foi publicada.

oferecendo esclarecimentos sobre como denunciar a xenofobia, trabalho escravo e a violência contra grupos vulneráveis. Por fim, o guia incentiva a participação política e cultural no município e fornece uma lista detalhada de contatos e endereços úteis. Ademais, foram distribuídos cartazes (Imagem 3) em pontos estratégicos da cidade, com o telefone e endereço da Secretária de Direitos Humanos.

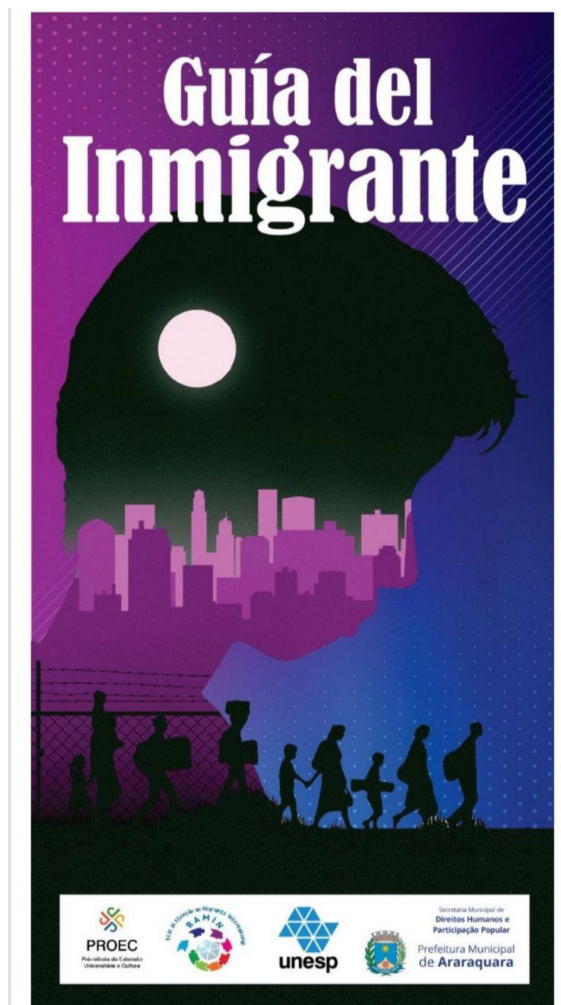


Imagem 1 - Guia del Inmigrante.

Fonte: RIBEIRO, R. T.; SILVEIRA, R. S. da; ALENCASTRO, A. B.; SIVIERO, L. A. (2022)



Imagem 2 - Immigrant Guide.

Fonte: RIBEIRO, R. T.; SILVEIRA, R. S. da; ALENCASTRO, A. B.; SIVIERO, L. A. (2022)

acolhimento, mas como sujeitos participantes desses processos. Ao mesmo tempo, tais ações também influenciam a maneira como a população local percebe o fenômeno migratório, tensionando visões possivelmente estigmatizadas e abrindo possibilidades para a construção de uma perspectiva mais informada e sensível às dinâmicas que envolvem o acolhimento.

Mesmo com a implementação dessas políticas linguísticas voltadas à população migrante, observa-se uma divergência significativa entre o que é previsto no plano legal e sua efetiva execução. A precarização das políticas linguísticas de acolhimento manifesta-se, sobretudo, na descontinuidade de ações, na falta de suporte estrutural ao curso e na ausência de diretrizes mais sólidas que garantam sua manutenção e expansão. Mesmo com uma legislação robusta e uma base curricular, a educação, em qualquer segmento, sofre com um profundo sucateamento. Diante disso, percebendo a necessidade de situar a análise documental no campo prático em que as políticas de acolhimento ocorrem, apresentamos um relato sobre situações vivenciadas no curso de Português como Língua de Acolhimento em Araraquara, e que, de certo modo trarão contribuições significativas para a análise e também percepções acerca das dinâmicas que precarizam as políticas linguísticas de acolhimento.

Para orientar o uso do relato, utilizamos como referencial as bases da pesquisa narrativa (Barkhuizen *et al.*, 2014). Esse tipo de investigação enfatiza que a narrativa não é apenas um dado, mas uma ferramenta poderosa para compreender as identidades de professores e alunos, já que o enfoque principal é sobre o ensino e aprendizagem de língua. Nesse sentido, ao mobilizar o relato de experiência no âmbito do projeto PLAc, buscamos evidenciar como essas identidades se constroem em meio às práticas de acolhimento, às relações institucionais e às condições concretas de atuação docente. Assim, o relato contribui para explicitar dimensões do cotidiano que atravessam o fazer pedagógico e que dialogam diretamente com as políticas linguísticas analisadas, permitindo uma leitura mais crítica sobre seus efeitos, limites e possibilidades no contexto investigado.

De acordo Barkhuizen *et al.* (2014), existem algumas categorias da pesquisa narrativa que operam como um guia para o pesquisador, fornecendo abordagens estruturadas e exemplos concretos de como as histórias podem ser utilizadas como dados ou como meio de apresentar descobertas. Dentre as cinco categorias

apresentadas, compreendemos que os Estudos de Caso Autobiográfico enquadram de forma mais adequada o relato que apresentaremos, já que auxiliam o pesquisador a conectar suas próprias experiências de vida com teorias acadêmicas, permitindo que sua trajetória pessoal sirva como base para a produção de conhecimento. Sobre isso, o autor argumenta: “O fato de os estudos autobiográficos normalmente envolverem uma análise adicional da narrativa autobiográfica parece torná-los mais prontamente aceitos como estudos de pesquisa.” (Barkhuizen *et al.*, 2014, p. 9)²

Sob a perspectiva de Bruner (1993) o autor argumenta que a narrativa é uma das possibilidades de organização e construção do pensamento, e se ancora na construção de histórias, mobilizando critérios de verossimilhança para produzir sentido (Bruner, 1993 *apud* Barkhuizen *et al.*, 2014). Nesse contexto, o pensamento narrativo ganha destaque por sua centralidade na experiência humana, sendo considerado uma forma primordial por meio da qual os sujeitos compreendem e significam o mundo. O autor aponta ainda que é crescente o reconhecimento, especialmente nas ciências sociais, da importância do pensamento narrativo como um meio potente de aproximar a pesquisa da complexidade e do realismo das experiências humanas.

Embora esta pesquisa não se configure como uma pesquisa narrativa, ela traz em si elementos narrativos. Isso se deve ao tipo de dados que utilizamos, pois as entrevistas captam não apenas a perspectiva, mas também a história dos atores envolvidos com o curso PLAc. Além disso, há intencionalidade de contar a história que atravessa a constituição, o desenvolvimento e as transformações do projeto ao longo do tempo, evidenciando continuidades, rupturas e tensões que marcam sua relação com o poder público. Ao dar espaço a essas vozes e experiências, a análise incorpora uma dimensão temporal e contextual que permite compreender, de maneira mais aprofundada, como as políticas linguísticas de acolhimento são vivenciadas, negociadas e, por vezes, precarizadas no cotidiano. Pretendo então, ao trazer a minha experiência como professora voluntária no projeto, criar um espaço em que os fatos possam ser expressos e modificados em reflexões e ações.

Voltando-nos para a questão do abismo que há entre a elaboração e o cumprimento das leis na prática, trazendo mais uma vez à tona o lugar que o curso

² Tradução nossa. No original: The fact that autobiographical studies typically involve additional analysis of the autobiographical narrative seems to make them more readily accepted as research studies.

passou a ocupar a partir de determinado período e também como passou a ser ocupado, explico: além da postura de negligência em relação ao curso, pelas razões já expostas na introdução deste trabalho, o curso PLAc operou como uma espécie de palanque na promoção do governo municipal em vigência naquele momento. Tal afirmação, parte de percepções que se deram na convivência com os agentes do poder público ao longo do ano de 2024, bem como o fato de que após a entrada de outro partido no governo municipal, grande parte das ações que estavam sendo realizadas cessaram. Como forma de elucidar essas percepções, trazemos três acontecimentos que se deram no contexto do curso e que traduzem bem alguns pontos já discutidos na fundamentação teórica, e na análise dos dados documentais.

O primeiro acontecimento que explanamos aqui, já brevemente mencionado na introdução, ocorreu no ano de 2024 e está ligado a falta de diálogo que havia em relação ao corpo docente do curso. Em determinada ocasião em que uma das professoras não pôde comparecer e não havia professores substitutos, um dos representantes da Secretaria de Direitos Humanos informou que seria gravada uma entrevista para a divulgação do curso e que a ausência de uma professora, culminando também na ausência dos alunos seria “ruim para a imagem do governo”, além de falas desrespeitosas com outros integrantes que compunham o corpo docente do projeto. Reiteramos que não houve qualquer aviso prévio sobre a realização da entrevista, que foi gravada no horário das aulas.

Era muito comum que os agentes do poder público responsáveis pela pauta migratória no município realizassem diversas ações voltadas ao acolhimento e à integração dos migrantes. Entretanto, apesar da existência de um comitê que prevê a participação dos migrantes nas decisões de políticas públicas, muitas dessas ações eram pensadas a partir da ótica da vulnerabilidade, dando lugar à benevolência e a ajuda humanitária, problematizadas por Camargo (2019) e Agier (2011). Uma situação que exemplifica esse tipo de postura em relação às migrações de crise, se deu também no curso PLAc, quando um representante da Secretaria de Direitos Humanos entrou na sala para informar que haviam conseguido doações de roupas através da parceria com uma escola privada da cidade, gerando constrangimento e desconforto nos estudantes através da fala “doações de roupas para imigrantes”. Ainda que ações nesse âmbito sejam válidas e em alguma medida possam sim ser um auxílio, a abordagem que se tem diante das pessoas para quem se destinam essas ações não deve, em hipótese alguma basear-se na ideia de que

eu sei o que o Outro precisa, sem uma reflexão crítica do próprio pensamento sobre migrações de crise.

Por fim, vale relatar também que, no ano de 2025, o projeto enfrentou muitas instabilidades na sua estruturação, em razão da mudança no governo municipal. A maneira como o projeto passou a operar mudou drasticamente, começando pela alteração da escola onde as aulas aconteciam, mudando do Núcleo de Educação de Jovens e Adultos “Irmã Edith” (NEJA) para a Escola Técnica Estadual “Anna de Oliveira Ferraz” (ETEC). Essa mudança provocou diversas situações nas quais, quando as professoras do curso PLAc chegavam ao local para dar aula, eram impedidas de entrar na escola, pois ela estava sendo organizada para provas de concurso e vestibular, sem, novamente, qualquer aviso prévio. Outra questão que passou a ser recorrente, foi o fato de que os estudantes não receberam a certificação do curso, que era oferecida pela coordenadoria dos direitos humanos do município, de modo que o esvaziamento das aulas se deu gradativamente e em larga escala.

Diante desse cenário evidenciado pela análise documental, faz-se premente que o ensino da língua portuguesa seja reconhecido e estruturado como uma política pública de acolhimento a nível federal, estadual e municipal, e que tais políticas sejam elaboradas a partir de uma perspectiva crítica sobre o olhar que a sociedade brasileira tem em relação às migrações de crise. Além disso, com a análise documental e o resgate da maneira como o curso PLAc foi abordado, foi possível reconhecer de maneira mais concreta como se dá a hierarquização nessas relações e as problemáticas de se tratar políticas de acolhimento como ação benevolente (Camargo, 2019).

A concepção de cidadania deve ir além do acesso a direitos e serviços e levar em consideração, principalmente, a participação social e política nas decisões das pautas migratórias. Mais do que possibilitar a comunicação cotidiana, o acesso à língua representa uma condição fundamental para a participação social, para a construção de pertencimento e para a efetivação da cidadania dos migrantes de crise no Brasil.

Além disso, em muitos casos, observa-se até mesmo o reconhecimento, em nível discursivo, da importância da língua no processo de integração dos migrantes, mas sem que isso se traduza em ações concretas e sistematizadas, ou seja, há uma intenção política pouco consolidada que não se desdobra em planejamento efetivo.

O resultado dessa falta de planejamento se traduz em iniciativas pontuais, descontínuas e, frequentemente, dependentes de agentes não estatais, reforçando o caráter ainda incipiente das políticas linguísticas de acolhimento no Brasil de maneira geral.

5.2 Análise das Entrevistas

As entrevistas foram pensadas e elaboradas com o intuito de trazer maior compreensão sobre o impacto da LP no contexto de migrações de crise no Brasil. Assim, entrevistamos pessoas que participaram no projeto PLAc em segmentos diferentes, com o objetivo de compreender suas perspectivas acerca de Políticas Linguísticas nesse contexto de ensino e aprendizagem. Nas seções seguintes, apresentamos uma breve contextualização das entrevistas e descrição dos participantes.

5.2.1 Entrevista com alunos

Nas entrevistas com os alunos foram selecionadas três pessoas, sendo duas venezuelanas e outra de nacionalidade afegã. As participantes Marta³ e Mayra⁴ são venezuelanas e chegaram em Araraquara durante o mesmo período, no ano de 2018, tendo participado do curso PLAc juntas. Ambas participantes receberam visto humanitário e desde então residem no Brasil, realizando formações técnicas diversas em instituições como o Senac. A participante Luiza⁵, de nacionalidade afegã, está no Brasil desde 2024 e trabalha na área da Tecnologia da Informação em uma empresa do interior paulista. Sua formação acadêmica se deu no país de origem e ela reside no município de Araraquara junto com sua família tendo participado no curso PLAc nos anos de 2024 e 2025, e atualmente realiza um curso de português para estrangeiros oferecido pelo Instituto Federal de São Paulo.

A partir do relato de suas experiências, identificamos excertos envolvendo a concepção da língua como um meio de interação sociocultural e o quanto ela é

³ nome fictício atribuído pela pesquisadora

⁴ nome fictício atribuído pela pesquisadora

⁵ nome fictício atribuído pela pesquisadora

imprescindível para acessar bens e serviços. Assim, foi possível captar de maneira bastante clara na fala das participantes, as situações em que o uso e/ou necessidade da língua foi importante para garantir o acesso.

Algumas das situações que se destacaram por recorrência na fala das ex-alunas, estavam relacionadas principalmente à busca por trabalho e acesso à saúde, especialmente em consultas médicas e compreensão do funcionamento de lugares como hospitais e postos de saúde. Nos excertos a seguir, temos alguns exemplos, com nossos destaques, sobre a importância de aprender a língua portuguesa:

(Marta) “Aí aprender a língua é muito muito importante para você se desenvolver até no até no dia-a-dia, na procura de um emprego. Porque assim eh aí você não fica perdido toda hora.[...]” (excerto 1, Marta)

(Marta) “[...] Mas assim, é, falando no dia a dia, a gente aprende algumas coisas, mas o formal tem que fazer o curso. Porque você não vai uma entrevista a falar da maneira que você fala no dia a dia.” (excerto 2, Marta)

(Mayra) “Olha, que eu não saio muito de casa, estou indo para o curso [...] Eu acho mesmo para quando se for fazer entrevista de emprego. É muito essencial você saber falar”. (excerto 3, Mayra)

(Luiza) “é muito importante porque precisamos conversar com pessoas e sim importante para resolver nossos problemas, então a gente precisa falar português, né [...] é muito importante também para trabalhar, encontrar trabalho. É muito importante que a gente sabe português [...] É difícil encontrar trabalho, se você não consegue falar português. Podemos falar que é impossível encontrar trabalho. Por exemplo, minha irmã, ela fez psicologia, bacharelato no psicologia. É, porque ela não sabia português por até agora ela não encontrou nenhum trabalho [...] por isso, ela está fazendo aula de português. Assim que ela aprender português, por exemplo, até nível intermediário, ela vai depois ela vai conseguir aplicar para algumas vagas no psicologia, porque especialmente psicologia precisa mais conversar, muita comunicação e precisa conversar com pessoas.” (excerto 4, Luiza)

Nos excertos apresentados, podemos observar em diversos momentos menções à língua como um instrumento essencial na busca por trabalho. Nesse

sentido, cabe refletirmos sobre as ocupações laborais como um meio de estar inserido socialmente, seja através do convívio com outras pessoas no dia-a-dia, da possibilidade de mobilidade econômica pelo consumo de bens e serviços privados, e também social, permitindo o acesso aos ambientes de lazer, de produção de conhecimento, dentre outros aspectos que compõem de forma direta ou indireta o que chamamos de cidadania.

Por meio dos relatos das participantes, percebemos também o uso da língua como um marcador identitário: a percepção de que são estrangeiros ocorre pelo sotaque, e ao negar o espaço aos migrantes reforça-se nesses sujeitos, a crença de que é preciso “falar bem” ou que não se pode “falar de qualquer jeito”, ou ainda “alcançar o nível intermediário”, produzindo um senso de inadequação, seja para ocupar aquela vaga ou quaisquer outros espaços.

Duas pesquisas divulgadas pela CNN Brasil apontam para o fato de que o desemprego é a maior dificuldade enfrentada entre refugiados no Brasil. A pesquisa mais recente, realizada pela ONG Visão Mundial, revela que 67,4% dos imigrantes vivendo no país não possuem trabalho em razão dos processos burocráticos e da dificuldade que essas pessoas encontram para regularizar a documentação, juntamente com os empecilhos para a revalidação de diploma (CNN Brasil, 2024). Já a pesquisa divulgada em 2022 pela CNN e realizada pela ONG Estou Refugiado em parceria com o instituto Qualibest expõe uma porcentagem de 66% de refugiados que alegam ser o desemprego, o maior problema enfrentado por eles (CNN Brasil, 2022).

A experiência de interiorização pode divergir bastante de acordo com a região para onde os refugiados escolhem ir ou são direcionados. No município de Araraquara, onde as participantes chegaram em 2018 e 2024, e residem até os dias atuais, o acolhimento aos imigrantes e refugiados é realizado de maneira bastante comprometida, especialmente no que diz respeito a regularização de documentos e assistência social, e ainda assim essas pessoas encontram dificuldades para se inserir no mercado de trabalho, fato que nos leva a questionar quais são as possíveis razões que justificam tais enfrentamentos.

Evocando novamente o antropólogo francês Michel Agier (2011), empregam-se esforços na criação de mecanismos que mantêm a segregação de pessoas refugiadas, especialmente os campos de refugiados e regiões de fronteira:

“A diversificação no formato dos campos, a ampliação das zonas de fronteira, o aumento do controle das populações em deslocamento - tudo isso hoje em dia contribui para a divisão do mundo em duas grandes categorias cada vez mais reificadas: de um lado, um mundo limpo, saudável e visível, do outro, o resto do mundo remanescente, sombrio, enfermo e invisível.”⁶ (AGIER, 2011, p. 4)

Embora o Brasil não possua campos de refugiados e tenha criado ao longo dos anos uma imagem de país receptivo por meio da criação de políticas públicas de acolhimento, vide LMC, ao mesmo tempo elaboramos dispositivos de segregação que residem e circulam através de discursos preconceituosos e ações que cerceiam a presença dos migrantes de crise nos espaços. Nesse sentido, a língua pode simultaneamente funcionar como mecanismo de inclusão e segregação. Um exemplo disso pode ser a já mencionada exigência da língua portuguesa em processos para a revalidação de diploma com a aplicação de provas em língua portuguesa, criando barreiras para conquista de um emprego na área de formação.

Há também o enfrentamento à xenofobia no momento de buscar um emprego, especialmente na entrevista em que o contato e a comunicação são estabelecidos de maneira bastante direta. No relato a seguir, podemos observar isso na experiência de uma das entrevistadas:

(Mayra) “Ou mesmo em uma entrevista, hoje em dia eu falo até que bem, mas às vezes as pessoas perguntam: de onde você é? Que você fala meio com um acento estranho. Aí que eu falo e eles parecem: nossa você é estrangeira. Falam: é? ai que legal. Às vezes as pessoas não gostam: ai que você é venezuelana. E aí já excluem o currículo. Eu não trabalho por causa disso, é difícil eu achar um trabalho” (excerto 5, Mayra)

(Mayra) “[...] Voltei a procurar e numa das entrevistas, pra trabalhar num shopping, que foi indicação de uma amiga. Aí, ele falou: “Ah, você é venezuelana?” Eu falei: “Sou, sou venezuelana sim”. Aí ele ficou meio assim: “Nossa, outra” mas: “Aí falei, mas tem algum problema eu ser

⁶ Tradução nossa. No original: “The diversification in the forms of camp, the widening of frontier zones, the increased control of wandering populations - all this today adds up to consolidating a partition between two great world categories that are increasingly reified: on the one hand, a clean, healthy and visible world; on the other, the world’s residual ‘remnants’, dark, deceased and invisible.” (Agier, 2011, p. 4)

estrangeira?" Aí ele falou: "Não, não, é que a gente já tem uma aqui, então". Aí eu me levantei, nem esperei terminar. Eu me levantei, eu estendi a mão assim, "Muito obrigada pela sua atenção, mas eu tô saindo da entrevista, não precisa me contratar." Porque eu me senti tão rejeitada do jeito que ele falou por ser estrangeira, eu fiquei: "Nossa". Aí acabou me desanimando [...] Mas é muito ruim você ir na entrevista com uma vontade de achar um emprego e as pessoas falam: "Ah, você é estrangeira, você não pode trabalhar aqui, a gente não contrata estrangeiro". Aí acaba desanimando." (excerto 6, Mayra)

(Luiza) "pediram para minha irmã para ir na entrevista duas vezes, né? Depois ele falou que "Não, então, se você usa véu, a gente não vai aceitar você". A gente não queria aceitar você porque você usa véu" (excerto 7, Luiza)

A partir das falas, observa-se que a identidade "Estrangeira" é constituída através do contato com o outro, que possui, em certa instância, um poder que é exercido e reafirmado através de seu discurso, nesse caso, o poder de ser cidadão nacional, de dominar o idioma local permitindo a ele fazer observações sobre o sotaque estrangeiro, e claro, não contratar uma pessoa por ela ser estrangeira. No caso da participante Luiza, a condição para que se possa ocupar uma vaga de emprego, depende de abandonar um elemento crucial da cultura afegã e da religião muçulmana que é o uso obrigatório do *hijab* para mulheres. Em ambos os casos, é possível notar que a ocupação em vagas de emprego perpassa outros aspectos sociais que não só o conhecimento da língua portuguesa, como ideologias preconceituosas e assimilacionistas que descredibilizam e oprimem o Outro, retirando a possibilidade de uma (re)territorialização simbólica e funcional (Camargo, 2019).

Para finalizar essa questão, destacamos que nas relações de trabalho no contexto migratório de crise, estão circunscritas algumas dinâmicas de dominação às quais os migrantes se submetem diariamente em vista das necessidades de sobrevivência. Como exemplo, relembramos o caso do congolês Moïse Kabagambe, espancado até a morte após cobrar dois dias de atraso no seu pagamento (PORTAL G1, 2022). Outro caso é o do senegalês Ngagne Mbaye, que trabalhava como vendedor ambulante no Brás e foi assassinado pela Polícia Militar de São Paulo durante a Operação Delegada, enquanto tentava salvar sua mercadoria.

(FRONTEIRAS CRUZADAS, 2025)

Diante disso, percebemos que para as políticas de acolhimento funcionarem de fato, é preciso haver um manejo das relações sócio-culturais estabelecidas cotidianamente, minando os micro poderes que segregam os migrantes de crise a lugares de vulnerabilidade e violência. Assim, destacamos os cursos de PLAc como um espaço que não somente ensina a língua portuguesa, mas que também possibilita a criação de uma rede de apoio entre migrantes e, por isso, amplia e reforça o senso de comunidade entre essas pessoas. Além disso, é muito comum que nos cursos de PLAc estejam presentes representantes do poder público, e também que os professores tenham conhecimentos que possam auxiliar os estudantes a denunciar abusos nas relações de trabalho ou ir em busca de melhores condições pela exigência de seus direitos.

Passando para outros aspectos que se destacaram na fala das participantes, notamos diversas menções em relação ao acesso à saúde e como é importante conseguir se comunicar com os profissionais dessa área. Antes de comentar a fala das participantes, trazemos uma nota técnica lançada pelo Ministério da Saúde em 2024, direcionada a gestores e profissionais da saúde com o objetivo de orientá-los no atendimento de pessoas migrantes e refugiadas. O documento traz diversos dados sobre a população de migrantes, refugiados e apátridas no Brasil e reitera o direito de acesso à saúde que essas pessoas têm. O documento também menciona que a língua é uma das principais dificuldades que pessoas de outros países apresentam no momento de buscar pelos serviços de saúde, de modo que considera a questão e faz recomendações aos gestores e profissionais da saúde, sobre como mitigar esse problema:

7.6. Disponibilizar para as equipes de saúde recursos multilíngues nos materiais de orientação sobre o funcionamento dos serviços da APS, dos serviços disponíveis no SUS, materiais de apoio impressos ou eletrônicos que facilitem a comunicação nos atendimentos, nos idiomas predominantes das populações migrantes da região.

7.7. Estimular o uso de aplicativos multilíngues e de tradução pelos profissionais da RAS, incluindo os Agentes Comunitários de Saúde (ACS), fundamentais para o elo do serviço com o território, considerando a limitação dessas ferramentas, que facilitam a comunicação, mas não traduzem aspectos culturais, sendo sempre recomendável a criação de

estratégias locais para a oferta de serviços de mediação cultural nos dispositivos da saúde.

7.8. Ofertar qualificação para todas e todos os trabalhadores da saúde em diferentes línguas, podendo ser realizadas parcerias com escolas e universidades locais e regionais.

Nas recomendações para equipes de atendimento:

8.10. Disponibilizar material orientativo multilíngue na unidade de saúde com orientações sobre os horários de funcionamento, os atendimentos e os procedimentos ofertados na unidade, publicizando o calendário vacinal, as orientações sobre locais e horários de dispensação de medicamentos, bem como orientações durante os atendimentos sobre tratamentos, prescrições, exames, alimentação saudável e hábitos de vida diários, entre outras.

8.12. Estimular e elaborar formas de comunicação que facilitem a compreensão entre profissional de saúde e a pessoa migrante, preconizando pela segurança do paciente e o atendimento qualificado.

É notável que há um esforço por parte do governo federal de criar estratégias que visam a garantia de acesso de pessoas refugiadas aos seus direitos. No entanto, a partir da fala das ex-alunas, percebemos que há um esforço muito maior da parte delas de serem compreendidas e pouca ação por parte dos profissionais de compreendê-las.

A Organização Mundial da Saúde (OMS), define a saúde como um estado de bem-estar físico, mental e social, compreendendo que o ambiente e as vivências também contribuem para a construção de uma vida saudável ou enferma. Assim, considerando que a migração forçada constitui, por si só, uma forma de violência e que as razões que levam a esse deslocamento violam, em diferentes instâncias, os direitos humanos, impactando negativamente a saúde das pessoas refugiadas, é fundamental que os profissionais da saúde estejam preparados para realizar seu acolhimento.

(Mayra) “Então, ela ajuda, né? Que, por exemplo, quando ia no postinho, eu não falava nada, quem falava era a minha mãe. Então, quando ele perguntava o que que sua filha tem? Ai minha mãe tinha que se virar.”
(excerto 6, Mayra)

(Marta) “complicado, porque como eu falei, você precisa aprender para poder ter acesso. Porque assim, se você chega no meu caso, eu vou chegar num hospital, por exemplo, falando espanhol, poderia ser que tem uma pessoa que possa me entender. Mas se não tem ninguém para me entender, eles não vão saber o que que eu eu tô precisando.[...] Então, é importante saber a língua e entender, porque não é só saber, é entender o que a pessoa está falando.” (excerto 7, Marta)

(Marta) “Eu acho que é todos os aspectos. Porque no curso, por exemplo, eu fui muito bem acolhida no Senac, eu precisava falar isso. Mas você precisa saber se expressar. Fazendo o curso, no trabalho, mas no médico, por exemplo, você vai no médico, você precisa expressar o que você está sentindo. Então são perspectivas diferentes, mas que juntas são importantes todas.” (excerto 8, Marta)

(Luiza) “Eu acho que por exemplo, a gente nós somos humanos, a gente um dia a gente vai ficar, por exemplo, é doente. Se a gente não consegue falar português, a gente não vai conseguir falar para o doutor sobre a nossa dor ou não vai conseguir resolver nenhum problema” (excerto 9)

Em artigo, Marques *et al.* (2024) trazem à luz algumas pesquisas acerca da saúde de pessoas imigrantes no Brasil e argumentam que a questão da língua e das diferenças culturais são os principais problemas enfrentados por essas pessoas quando acessam à saúde:

A incapacidade de se comunicar de forma adequada em português gera sentimentos de desconfiança, dependência dos familiares, sofrimento e arrependimento entre os migrantes. Isso pode agravar ainda mais sua vulnerabilidade no processo de saúde-doença (LIMA MARQUES; DUTRA; STURZA; MARTINI, 2024, p. 7)

Outro ponto de extrema relevância e que está ligado ao que foi debatido e analisado anteriormente, relaciona a saúde aos aspectos laborais. As autoras argumentam que devido às condições precárias de trabalho nas quais pessoas refugiadas encontram-se muitas vezes, a necessidade de acesso aos serviços de saúde torna-se recorrente:

Além disso, os desafios enfrentados pelos migrantes no âmbito da saúde também tem relação com o exercício laboral. Nesse sentido, os migrantes enfrentam maiores riscos e são mais suscetíveis a acidentes de trabalho, fatalidades e hospitalizações devido às condições precárias de segurança e higiene no local de trabalho. Isso resulta em um maior número de casos de invalidez parcial ou total e doenças ocupacionais. Além de realizarem os trabalhos mais perigosos, com maior incidência de incidentes, os migrantes frequentemente sofrem violações de seus direitos trabalhistas por parte de empregadores. (PADILHA, 2013 apud LIMA MARQUES; DUTRA; STURZA; MARTINI, 2024, p. 7)

Por fim, há que se atentar para outros aspectos que chamam atenção na entrevista com as ex-alunas, e que vão além do que se compreende de imediato sobre cidadania. Vemos escapar entre as palavras de falas que se pretendem objetivas e pragmáticas, até mesmo pelas questões colocadas, a dimensão subjetiva dos sujeitos diante do acontecimento que é a mudança de território e o reconhecimento de si como imigrante. Na fala de uma das participantes, ela menciona com frequência o fato de que não conhecer a língua a fez sentir-se perdida em diferentes momentos:

(Marta) “Porque assim, você você fica perdido no começo. Aí fica assim sem entender nada do que as pessoas estão falando. Aí aprender a língua é é muito muito importante para você se desenvolver. até no até no dia-a-dia, na procura de um emprego. Uhum. É É aprender é tudo. Porque assim eh aí você não fica perdido toda hora.” (excerto 10, Marta)

(Marta) “É, eu me lembro que quando eu saí da Venezuela para o Brasil, eu nem imaginava que eu tinha que aprender outra outra língua. Era muita coisa na minha cabeça e quando eu cheguei no Brasil é que eu percebi, não sei, eu tô perdida. Eu preciso aprender” (excerto 11, Marta)

(Marta) “Porque é importante você saber, tanto como eu falei antes, eh é importante você saber seus direitos, mas saber também quais são os seus deveres também. Então para não ficar assim perdido.” (excerto 12, Marta)

Em outro momento da entrevista, a mesma participante relata ter passado os primeiros dias isolada em casa, em razão de não conseguir se comunicar, tendo sua saúde mental prejudicada

(Marta) “Porque assim, quando na semana que eu cheguei aqui, eu fiquei assim, trancada na casa, não saía nem nada. Mas aí eu fui ficando doente, ficando com depressão.” (excerto 13, Marta)

Diante disso, e para finalizar a análise das entrevistas com as ex-alunas, vemos se estabelecer um ciclo que amarra os migrantes de crise às mais diversas situações de precariedade e abandono. Compreendemos que a reterritorialização de pessoas refugiadas e o acesso dessas pessoas à cidadania, depende de fatores que estão além da criação de políticas públicas. Garantir direitos a essas pessoas consiste, principalmente, no manejo dessas políticas, que se dão nas microesferas da sociedade, no combate ao racismo e xenofobia presentes nas estruturas sociais, que criam barreiras na compreensão de que a mudança de território e o título imposto de “refugiado”, não apaga ou diminui as capacidades, conhecimentos e vontades dessas pessoas. Assim, o ensino e aprendizagem da língua portuguesa, surge como uma ferramenta de abertura de caminhos para uma das possibilidades de ser e agir no mundo.

Na seção a seguir, trazemos a exposição e discussão das entrevistas com duas professoras que atuaram no projeto PLAc em diferentes momentos, estabelecendo relação com o que foi trabalhado na fundamentação teórica e também com as demais entrevistas.

5.2.2 Entrevista com as professoras

A ideia de realizar entrevistas com as professoras que participaram do projeto partiu da percepção de que, diante da elaboração de políticas públicas de acolhimento aos imigrantes e refugiados em Araraquara, o curso de língua portuguesa ocupava um lugar inconsistente e negligenciado, especialmente na relação com agentes do poder público municipal. Assim, conhecer a perspectiva dos professores sobre o ensino da LP como uma política pública de acolhimento e a importância dela para o acesso à cidadania é de extrema importância, dado que, esses profissionais atuam diretamente com os estudantes e conhecem suas histórias, necessidades e também conquistas.

As duas professoras participantes atuaram no projeto PLAc em momentos

diferentes, enquanto eram estudantes na FCLAr, na graduação e pós-graduação. Ambas realizaram pesquisas na área do Português como Língua Estrangeira e também português como Língua de Acolhimento. Nesse sentido, consideramos que as perspectivas das professoras acerca do tema abordado nesta pesquisa, trazem contribuições em diversos aspectos, dada a experiência tanto no âmbito da prática docente, quanto no âmbito da pesquisa.

A seguir, estão alguns excertos da entrevista com uma das professoras, em que destacamos principalmente a perspectiva dela acerca da língua, como um instrumento de acesso à cidadania, e também o lugar do voluntariado em cursos de português como língua de acolhimento. No primeiro momento, quando indagada sobre o impacto da língua no acesso à cidadania:

(Marina)⁷ “A gente vê a língua como uma ferramenta, como um instrumento para poder se relacionar, para poder agir no mundo também. Então, entendendo que tudo tem linguagem e as relações humanas também tem uma certa linguagem nessa camada também de um cidadão inserido em uma sociedade. É muito mais difícil você ter acesso a essas questões sem ter o linguístico ou sem ter alguém que te apoie com o linguístico.” (excerto 1 - Marina)

Com relação à importância de cursos como o PLAc, a professora apresentou a seguinte perspectiva:

(Marina) “Eu acho que é importante em, em vários níveis. Um deles para além do conhecimento linguístico aí que a gente já já tem em mente meio subentendido, né, sendo professores, é, eu acho que também possibilita um um espaço de vivência dentro do país. É um momento em que eles podem interagir com outras pessoas, sejam elas como ah, de comunidades parecidas ou não. [...] Então acho que isso também criava um espaço para eles fazerem, é, terem esse contato social dentro do país. [...] E Sim, eu acho que em um nível talvez de formação mesmo, então ter uma nova língua, não só pela questão da da vivência no país, mas aí por uma questão profissional também. [...] E, no geral, isso traz maior tranquilidade, talvez, uma estabilidade no sentido de ter a confiança para se relacionar e também esse momento de de troca, de interação que talvez se assemelhe a uma troca normal, comum ou corriqueira, cotidiana do do país de origem, né?

⁷ Nome fictício atribuído pela pesquisadora.

Então, possibilita também esses momentos de de interação.” (excerto 2 - Marina)

A partir das falas da professora entrevistada, observamos seus apontamentos que partem, além do conhecimento técnico oriundo da formação em Letras, da experiência docente em um curso de português como língua de acolhimento. Podemos perceber o fazer pedagógico e a reflexão da prática docente permeados pelo contexto social dos alunos, de modo que cursos com o PLAc impactam significativamente na formação de professores. A seguir, mais um trecho da entrevista em que a professora relata sobre a sua experiência e a relevância do projeto em sua formação:

(Marina) “É um contexto que a gente vê que tem também bastante cuidado, bastante carinho envolvido. [...] Nesse sentido, as aulas me faziam super bem, eu gostava de planejar, gostava de pensar as necessidades e eu acho que todo esse trabalho analítico também contribuiu bastante para para minha formação, de de tirar um pouco o foco do que eu quero, do que eu acho legal, do que eu acho importante para direcionar o que o meu aluno precisa. E acho que isso, claro, no contexto de língua de acolhimento, tem mais peso. O que ele precisa é mais urgente, é mais necessário. Então, eu preciso priorizar aquilo. Mas esse olhar também moldou todas as aulas e os cursos que eu faria depois por essa pequena mudança de perspectiva.” (excerto 3 - Marina)

Outro ponto importante levantado pela professora, é o lugar do voluntariado que permeia as políticas de acolhimento no contexto de refúgio, não apenas de professores, mas de outros profissionais também. Tal colocação, veio através da pergunta de quem deveria ser responsável pela criação e manejo de políticas linguísticas de acolhimento:

(Marina) “Também somos profissionais que estamos nos formando, nos capacitando, então o professor ficar só nesse lugar de voluntariado também pesa um pouco.” (excerto 4 - Marina)

Trabalhar com pessoas em situação de vulnerabilidade, torna-se uma tarefa bastante desgastante quando não se encontra suporte. É comum que o espaço da sala de aula e a relação com colegas e professores, sejam vistos pelos estudantes

como um lugar onde eles possam compartilhar suas experiências, sejam elas positivas ou negativas. De fato, a sala de aula proporciona esse ambiente acolhedor. No entanto, ele não pode e não deve ser o único. Assim, cabe retomarmos o que foi discutido sobre a saúde da população refugiada e a necessidade de atendimento psicológico dessas pessoas. Além disso, profissionais que atendem essa população, sejam eles professores, assistentes sociais, profissionais da saúde, também precisam de assistência e condições de trabalho que não sejam adoecedoras e que não os sobrecarreguem. Ademais, o trabalho voluntário no contexto das migrações de crise está profundamente atrelado a visão da benevolência, já discutida na fundamentação teórica e análise documental Camargo (2019).

Michel Agier (2011, p.2), aponta para o fato de que a necessidade de criação e manejo de políticas de acolhimento, contribui para a visão que se tem dos migrantes de crise como indesejáveis:

“Os resultados dessa “violência contra si mesmos” exigem tratamento de emergência, afirmam os representantes das VLCOs médicas: trata-se de uma nova forma de sofrimento que justifica uma nova mobilização de voluntários. Mais vidas para salvar! Mais longas discussões recomeçam sobre a utilidade de tais ações em relação aos seus custos: “Quem pagará pelos kits de sobrevivência?”, pergunta um representante eleito. As organizações de caridade condenam tal cinismo e lançam grandes campanhas para arrecadar fundos para salvar aqueles relegados da condição humana da extinção. Uma coordenação de VLCOs é estabelecida com o nome de “Emergência Sem Fim”. (Agier, 2011 p.2)⁸

Nessa mesma premissa, Camargo (2019) alerta que a imagem do migrante de crise construída sob a ótica da vulnerabilidade e incompletude, faz com que as ações de acolhimento girem em torno da ideia de caridade e benevolência, especialmente quando o poder público se isenta da responsabilidade de acolher:

“Colocando de outra forma, essa hierarquização inviabiliza o diálogo

⁸ Tradução nossa. No original: The results of this 'violence against themselves' require emergency treatment, say the representatives of the medical VLCOs: this is a new form of distress that justifies a new deployment of volunteers. More lives to save! But long discussions start up again on the usefulness of such actions in relation to their costs: 'Who will pay for the survival kits?' asks one elected representative. The charitable organizations decry such cynicism and launch great campaigns for funds to save those relegated from the human condition from dying out. A coordination of VLCOs is established with the name of 'Endless Emergency'. (Agier, 2011 p.2)

intercultural necessário em políticas pautadas em uma perspectiva de Direitos Humanos que considere os migrantes como sujeitos de direito. Sem o diálogo intercultural, alimenta-se a falsa ideia de que abrir as portas ao Outro já é acolher” (Camargo, 2019, p. 53)

A reflexão apresentada pela autora é essencial para compreendermos os limites das políticas de acolhimento quando estas são estruturadas a partir de uma lógica assistencialista. Ao afirmar que a hierarquização das relações inviabiliza o diálogo intercultural, a autora chama atenção para o fato de que, quando os migrantes são compreendidos apenas sob a perspectiva da vulnerabilidade, passam a ocupar uma posição subordinada nas relações sociais estabelecidas no território de chegada. Nessa lógica, o acolhimento deixa de ser pensado como uma política baseada em direitos e passa a ser interpretado como um gesto de generosidade atrelado a pessoas e não instituições governamentais.

No contexto desta pesquisa, essa discussão torna-se particularmente relevante, uma vez que os dados analisados indicam que muitas ações voltadas ao acolhimento de migrantes de crise são estruturadas a partir de iniciativas pontuais, frequentemente ligadas à lógica da ajuda humanitária ou do voluntariado. Embora essas ações possam desempenhar um papel importante em situações emergenciais, elas não substituem a responsabilidade do Estado na formulação e implementação de políticas públicas estruturadas, capazes de garantir o acesso efetivo a direitos.

Por fim, retomando a fala da professora, da mesma maneira que abrir as portas não significa acolher, apenas criar políticas públicas, sem o manejo delas, faz com que o acolhimento se dê de maneira precária, tanto para quem precisa do acolhimento, neste caso a população refugiada, quanto os profissionais que atuam na execução das políticas de acolhimento. Assim, “[...] não podemos esperar que a sala de aula de PLAc dê conta de proporcionar todos os instrumentos necessários aos processos de reterritorialização dos migrantes de crise” (Camargo, 2019, p. 59).

A seguir, vemos alguns trechos da entrevista com a segunda professora, na qual damos destaque à sua experiência no projeto PLAc. Em dado momento, ela fala sobre como se davam as aulas no período da pandemia e relata que os estudantes solicitavam algumas temáticas específicas em relação à vida cotidiana e

à cultura no Brasil

(Andressa)⁹ “Eles traziam espontaneamente, na verdade, né? Eu não precisava nem perguntar. [...] algumas temáticas que eles queriam que trabalhassem nos plantões de dúvidas. Aí eu levava isso em consideração também e trazia os interesses deles para esses plantões de dúvidas.”
(excerto 4 - Andressa)

Destacamos essa fala, pois é possível perceber os estudantes/migrantes sendo ativos no processo de ensino e aprendizagem. Através da vivência e percepções que se acumulam no dia-a-dia, as necessidades no novo território se manifestam e são debatidas no espaço da sala de aula. Além disso, esse relato remete a um dos principais aspectos que caracterizam o conceito de língua de acolhimento em Grosso (2010) que é exatamente o trabalho com temas do cotidiano e urgências que se apresentam a esses migrantes.

Mais adiante, a professora conta sobre a participação de profissionais de outras áreas, que deram contribuições no projeto atuando em rodas de conversa que versavam a cada semana sobre um tema diferente relacionados ao acesso a direitos e serviços:

(Andressa) “Então, por exemplo, a gente fez acesso à saúde. A gente fala um pouquinho de como é o acesso à saúde em Araraquara e no Brasil de forma geral. Porque, como tinham alunos de diferentes regiões, né, do Brasil. Então, a gente traz até mais dicas do acesso à saúde, ao trabalho, à educação, para que eles tivessem consciência, eles, elas, né, de que eles tinham direito a esses acessos no Brasil, né? Então, a gente começou a fazer essas rodas de conversa” (excerto 5 - Andressa)

(Andressa) “Aí eu estava como uma professora, tinham outros professores também de português que atuavam, mas tinha também advogada, que ajudava a gente nas rodas de conversas, então, profissionais de outras áreas. Aí, tendo isso em consideração, a gente pensou em fazer essas rodas de conversa no lugar dos plantões (de dúvida), versando cada semana sobre uma temática de acesso a direitos desses alunos, né, desses

⁹ Nome fictício atribuído pela pesquisadora.

estudantes, desses imigrantes. Então, por exemplo, a gente fez acesso à saúde. A gente fala um pouquinho de como é o acesso à saúde em Araraquara e no Brasil de forma geral, porque como tinha alunos de diferentes regiões, né, do Brasil. E a gente acabou falando também de um outro direito do trabalho, que é a especialidade dessa advogada. Então, ela ajudou muito a gente nessa parte.” (excerto 6 - Andressa)

De certo modo, essa fala mantém a mesma ideia da anterior no que diz respeito ao trabalho com temas que tratam do acesso a serviços e direitos. Nesse caso, com a presença de profissionais de outras áreas atuando no esclarecimento de questões diversas, pertinentes ao contexto migratório e para esses estudantes. Sob essa perspectiva, vale retomar a fala da professora Marina sobre a questão do voluntariado, que, por vezes, resulta na sobrecarga dos professores envolvidos no projeto. Além de serem responsáveis pelo ensino da língua portuguesa, esses profissionais frequentemente assumem demandas relacionadas ao processo de inserção dos estudantes no novo território, esclarecendo dúvidas sobre diferentes aspectos da vida cotidiana. Essa realidade evidencia que, diante da insuficiência de políticas públicas de acolhimento em outras áreas, o professor passa a suprir demandas que deveriam ser atendidas por uma rede institucional mais ampla. Até certo ponto, é basilar que o professor de Língua de Acolhimento tenha conhecimento sobre questões referentes a imigração e sobre o funcionamento das instâncias sociais, que possa ser relevante para os alunos. No entanto, esses conhecimentos, que advém, muitas vezes, de outras áreas de estudo e de atuação, inevitavelmente apresentaram limitações.

5.2.3 Entrevista com ex-coordenadora do projeto PLAc

Partindo dos objetivos propostos nesta pesquisa de realizar uma investigação sobre políticas linguísticas, compreendemos que trazer a perspectiva de pessoas com arcabouço teórico sobre ensino e aprendizagem no contexto de acolhimento é de extrema importância, sobretudo porque o de estudo campo exige não apenas conhecimento técnico, mas também uma postura crítica diante das dimensões sociais, políticas e ideológicas que atravessam o ensino de línguas. Nesse sentido, a formação acadêmica e intelectual, especialmente na área da Linguística Aplicada,

está totalmente atrelada ao desenvolvimento dos recursos analíticos para compreender o papel da língua nos processos de reterritorialização, bem como a reflexão de práticas pedagógicas que dialoguem com a realidade dos sujeitos migrantes.

Além disso, a reflexão teórica contribui para problematizar concepções simplistas de acolhimento que, muitas vezes, reduzem o ensino de língua a uma função instrumental, desconsiderando seu potencial como prática social e política. Assim, ao articular formação e reflexão, torna-se possível qualificar o debate sobre políticas linguísticas, ampliando a compreensão sobre suas implicações e fortalecendo a construção de ações mais consistentes, críticas e comprometidas com a promoção da cidadania.

Por essa razão, consideramos que, para além das professoras que atuaram como voluntárias no projeto, seria igualmente enriquecedor trazer a visão de quem esteve responsável pela formação docente desses profissionais, e da coordenação pedagógica do projeto, estabelecendo o diálogo entre a universidade e as outras instituições responsáveis pelo acolhimento dos migrantes no município. Diante disso, as questões levantadas nessa entrevista foram as mesmas que levamos às professoras, com o intuito de abordá-las através do olhar de outra profissional da área. Assim, em relação à sua experiência com PLAc, a participante traz algumas considerações principalmente sobre questões metodológicas de se ensinar o português como língua de acolhimento

(Tânia)¹⁰ - Porque na verdade, qual a diferença metodologicamente falando? De se ensinar português, no caso, né, de português, para estrangeiros ou pensando como língua estrangeira, ou ensinar no contexto de língua de acolhimento. E ela (referindo-se a outra professora) observou e que eu verifiquei na nossa prática, né, como como professor e como coordenadora de todos esses anos, é que os temas são mais, do dia a dia, do cotidiano [...] como eu vou ao médico, né, que perguntas eu faço, como eu expresso as questões de dores, como eu consigo falar na escola sobre a inserção do meu filho na escola, como eu consigo fazer os trâmites de regularizar o estudo que eu fiz lá fora. Como que eu consigo alugar uma casa, por exemplo. [...] então, a temática, a gente percebe que é muito diferente de temáticas de pensar língua como língua estrangeira (excerto 1 Tânia)

No excerto anterior, a participante tece algumas considerações que distinguem o ensino de PLAc do ensino de PLE, ancorada em uma pesquisa que foi

¹⁰ Nome fictício atribuído pela pesquisadora

desenvolvida por uma das professoras do projeto, bem como em sua própria prática como coordenadora. Ao enfatizar a centralidade de temas cotidianos, como acesso à saúde, educação, moradia e regularização documental, natamos que o ensino de português como língua de acolhimento está diretamente vinculado às demandas concretas da vida dos migrantes no novo território.

Tal diferenciação aponta para uma dimensão fundamental entre as duas abordagens, de modo que o PLAc se estrutura a partir das necessidades práticas e simbólicas dos sujeitos em processo de (re)territorialização, visando principalmente a emancipação desses sujeitos através do aprendizado da língua portuguesa. Nesse sentido, a escolha dos temas trabalhados nas aulas de PLAc não é apenas pedagógica, mas também política, pois deve estar comprometida com a promoção da autonomia e do acesso a direitos. Além disso, o relato reforça a importância da experiência docente articulada à reflexão teórica na construção de práticas mais situadas e responsivas. Ao observar, na prática, as demandas que emergem dos próprios alunos, a participante evidencia um movimento de escuta e adaptação que se distancia de modelos tradicionais de ensino de língua, aproximando-se de uma perspectiva mais crítica e contextualizada, característica do campo da Linguística Aplicada.

Outro aspecto relevante levantado sobre questões metodológicas no PLAc, diz respeito à relação afetividade e as temáticas trabalhadas nesse contexto específico de ensino e aprendizagem

(Tânia) - Quando a gente pensa português como língua de acolhimento, é muito importante. Eu acho que é um dos pilares para se pensar as temáticas, a afetividade, a emocionalidade, as temáticas a emocionalidade e consequentemente no metodológico tem que estar vinculado a essas duas questões. Então eu não posso trabalhar, por exemplo, uma metodologia apenas comunicativa intercultural. Eu preciso também humanitária, também humanística, também pensar questões de humanidade para inserir esse sujeito. Também tem questões sociais, também questões de lei. [...] Então ele (o sujeito migrante) não tá apenas num processo de interculturalidade, mas de transculturalidade, que ele leva para o seu dia a dia a cultura do país onde ele tá vivendo, né? Então assim, na minha experiência, eu observo metodológica, temática, nível de conteúdo, essas duas diferenças (entre PLE e PLAc). (excerto 2 Tânia)

O excerto apresentado dialoga diretamente com a concepção de afeto mobilizada na metodologia desta pesquisa, sobretudo ao evidenciar que a afetividade e a emocionalidade não são elementos afastados, mas estruturantes

tanto das práticas pedagógicas quanto das relações estabelecidas no contexto de ensino de PLAc. Ao afirmar que essas dimensões devem estar vinculadas às escolhas metodológicas e temáticas, a participante reforça a ideia de que o ensino de língua, nesse contexto, não pode ser dissociado das experiências vividas pelos sujeitos migrantes, o que converge com a perspectiva de Favret-Saada (2005) sobre a necessidade de “deixar-se afetar” no trabalho de campo.

Nesse sentido, assim como na pesquisa etnográfica o professor se permite ser atravessado pelas especificidades do contexto de ensino, inserindo-se também em uma relação de troca, na qual afetar e ser afetado constitui parte fundamental do processo de construir a língua de acolhimento como política pública. A fala da participante amplia essa compreensão ao indicar que tais atravessamentos demandam uma abordagem metodológica que deve ir além de modelos tradicionais ou engessados de ensino, incorporando dimensões sociais e políticas. Isso reforça a ideia de que tanto o fazer científico quanto o fazer pedagógico, nesse contexto, exigem um engajamento que ultrapassa o técnico, implicando uma postura ética e sensível diante das realidades vividas pelos migrantes.

Ainda sobre a questão da afetividade e a importância dela no planejamento didático, resgatamos a discussão trazida na fundamentação teórica sobre posicionar-se criticamente em relação ao contexto social que influencia a prática docente, presente na elaboração das políticas de acolhimento à migrantes de crise. A ênfase da participante na afetividade e na emocionalidade como pilares metodológicos contribui para ampliar a reflexão sobre quais agentes sociais definem as “necessidades” dos aprendentes e os impactos disso no trabalho em sala de aula. Ao trazer a prática como elemento orientador no planejamento didático, o excerto sugere que essas “necessidades” não devem ser impostas por documentos normativos ou por uma lógica externa, mas construídas a partir da escuta dos próprios sujeitos migrantes e de suas vivências no território. Dessa forma, o planejamento didático em PLAc assume um caráter crítico e situado, no qual o professor atua como mediador de processos que visam não apenas o desenvolvimento linguístico, mas a efetiva (re)territorialização e emancipação dos sujeitos.

A próxima questão trazida foi com relação ao curso PLAc em Araraquara como uma política migratória de acolhimento, e como a participante percebia a criação dessa política.

(Tânia) - Eu vejo como políticas emergenciais. A nossa surgiu como uma política, como uma ação emergencial. Porque a gente, eu não era especialista, eu tinha pouca leitura, nenhuma prática (falando especificamente sobre PLAc). Fomos atrás teórica e metodologicamente para entender a área, entender o campo, literalmente no aprender fazendo mesmo. Depois a gente foi para o fazendo aprendendo. [...] É, e eu vejo que isso se replica em todo o Brasil [...] eu vejo que são questões emergenciais, surgiu a necessidade, a demanda. Então, o que que a gente faz com isso? [...] Eu vejo como algo muito positivo, porque há ações. São poucas, mas elas existem. Mas são muito incipientes, muito poucas. (excerto 3 Tânia)

A fala da participante explicita um traço recorrente nas políticas linguísticas de acolhimento no Brasil: seu caráter emergencial e reativo. Ao afirmar que o curso PLAc surgiu como uma “ação emergencial”, construída inicialmente sem base teórica consolidada e desenvolvida a partir do “aprender fazendo”, o excerto evidencia que muitas dessas iniciativas nascem da urgência das demandas, e não de um planejamento institucional prévio. Esse movimento confirma o que foi discutido na fundamentação teórica e na análise documental, no sentido de que o Estado frequentemente não antecipa políticas estruturadas para o acolhimento linguístico, deixando lacunas que são preenchidas por iniciativas locais, muitas vezes vinculadas a universidades ou a esforços individuais de agentes envolvidos.

Ao mesmo tempo, a participante aponta um aspecto ambivalente: ainda que incipientes, essas ações são vistas como positivas, justamente por representarem uma resposta concreta às necessidades dos migrantes. Essa ambivalência revela uma tensão importante entre a existência e a qualidade/estrutura dessas políticas, isto é, entre o fato de que “há ações” e o reconhecimento de que elas são insuficientes, pouco sistematizadas e fragilizadas em termos de continuidade e alcance.

Além disso, ao indicar que esse modelo se “replica em todo o Brasil”, o excerto sugere que a lógica emergencial não é um caso isolado, mas uma característica mais ampla do campo de PLAc no país. Isso reforça a necessidade de pensar políticas linguísticas que ultrapassem esse caráter espontâneo e passem a ser institucionalizadas, com arcabouço teórico-metodológico consistente, formação adequada de professores e garantia de continuidade. Dessa forma, o trecho contribui para sustentar a crítica central da pesquisa: a de que, embora o ensino de português como língua de acolhimento seja reconhecido como necessário, ele ainda ocupa um lugar secundário e pouco estruturado no âmbito das políticas públicas.

Outro ponto importante levantado pela entrevistada diz respeito à falta de contratação de professores para atuarem no contexto de PLAc e como isso está diretamente relacionado com a forma precária com que essas políticas de acolhimento são estruturadas

(Tânia) - [...] Essas políticas linguísticas, para que se trate de política de língua, ela depende das ações dos sujeitos, de boa vontade. Então, no caso nosso aqui, dependeu da nossa boa vontade. Porque não existe uma política linguística de contratação de professores para atuarem nessas áreas em praticamente nenhuma universidade e nenhum nível governamental, nem mesmo nas escolas na nas escolas estaduais e municipais, da diretoria de ensino. Então, há algumas políticas que são efetivas, são reais, mas para que seja uma política efetiva, de ação, de prática, está sendo necessário que os sujeitos nos mobilizemos a partir de uma boa vontade, porque não há uma política de contratação de profissionais para que atuem nessa área. E isso é um problema que eu vejo que nos na próxima década será sanado. Eu quero ser esperançosa. (excerto 4 Tânia)

A fala da entrevistada evidencia de forma bastante direta, uma das fragilidades centrais das políticas linguísticas de acolhimento no Brasil: a ausência de institucionalização no que diz respeito à formação e, principalmente, à contratação de profissionais para atuar na área. Ao afirmar que essas políticas “dependem da boa vontade” dos sujeitos, a participante explicita que, na prática, sua execução tem sido sustentada por iniciativas individuais ou coletivas pouco formalizadas, reforçando ainda mais o que vem sendo construído nessa pesquisa sobre o caráter precário e instável dessas ações.

Além disso, o trecho permite problematizar a ideia de “política efetiva” apresentada pela participante. Ao mesmo tempo em que reconhece a existência de ações reais, ela aponta que sua efetividade está condicionada à mobilização dos sujeitos, o que evidencia uma contradição: políticas públicas, para serem de fato efetivas, não deveriam depender de esforços voluntaristas, mas de estruturas estáveis, financiamento adequado e reconhecimento institucional do trabalho envolvido.

Por fim, a fala se encerra com uma projeção esperançosa, o que introduz uma dimensão importante: a percepção de que o campo está em construção. Essa expectativa, embora relevante, também reforça a urgência de debates e ações no presente, sobretudo no que tange à valorização do professor formado e à criação de

políticas que garantam não apenas a existência, mas a sustentabilidade e a qualidade das práticas de ensino de PLAc.

Quanto à criação das políticas linguísticas de acolhimento e quais agentes deveriam ser responsáveis pela pauta, obtivemos a seguinte resposta:

(Tânia) - É coletivo. Vem um coletivo de sujeitos migrantes, que não é de um país, de uma língua. A gente tá lidando com um contexto multicultural, multilíngue. Tem que ser coletivo. E horizontal e vertical, quer dizer, tanto dos governos da união, Estadual, Municipal, Institucional de cada professor para atender essa demanda, essas especificidades horizontais, com ações horizontais. Eu trabalhando com meu colega da Federal de São Carlos, trabalhando com meu colega da Federal de Feira de Santana, com meu colega da Estadual de Santa Maria, entende? Tem que ser assim, ações mesmo, no sentido horizontal e vertical. De um coletivo, efetivamente de um coletivo. De sujeitos que tem esse poder, que estão no governo, por exemplo, né? Que tem esse poder como a [...] que tá na Secretaria de Ensino, e que abre esse espaço para que nós façamos. (excerto 5 Tânia)

Essa perspectiva trazida pela participante aponta um caminho descentralizador na elaboração das políticas linguísticas de acolhimento. Ao destacar que a elaboração dessas políticas deve envolver sujeitos diversos, incluindo migrantes, professores e agentes institucionais, vemos que existe uma necessidade de construção compartilhada, alinhada à complexidade de um contexto marcado pelo multiculturalismo e pelo plurilinguismo. Isso dialoga com a perspectiva teórica de que políticas linguísticas não são apenas documentos normativos, mas práticas sociais que emergem das interações entre diferentes atores.

A distinção que ela faz entre ações “horizontais” e “verticais” também é particularmente relevante. Por um lado, a dimensão vertical remete à atuação das diferentes esferas governamentais, indicando a importância da institucionalização e do apoio estatal. Por outro, a dimensão horizontal evidencia redes de colaboração entre profissionais e instituições, como universidades, que compartilham experiências, saberes e estratégias. Essa articulação sugere que políticas linguísticas de acolhimento eficazes dependem tanto de diretrizes estruturadas quanto de iniciativas colaborativas que se constroem no cotidiano.

Além disso, ao mencionar a participação de sujeitos que “têm esse poder” dentro das estruturas governamentais, a fala evidencia que a abertura institucional é um fator importante e decisivo para que essas políticas se concretizem, ou seja, não basta a mobilização de professores e pesquisadores, é necessário que haja

interlocução com instâncias de decisão que viabilizem e legitimem essas ações, retomando uma questão recorrente na pesquisa: a dependência de iniciativas locais e engajadas frente à ausência de políticas amplamente institucionalizadas.

Por fim, o excerto reforça a ideia de que pensar políticas linguísticas de acolhimento implica reconhecer os migrantes não apenas como destinatários, mas como participantes ativos desse processo. Ainda que isso apareça de forma implícita, ao mencionar o “coletivo de sujeitos migrantes”, a fala abre espaço para uma concepção mais democrática e dialógica de política pública, alinhada a uma perspectiva de direitos e de construção conjunta de soluções.

Para finalizar, colocamos também uma questão que relaciona língua e cidadania, ou seja, qual a perspectiva da entrevistada sobre isso. Daremos destaque para um trecho da fala que relaciona a possibilidade de agir no mundo através da cidadania e o conhecimento da língua

(Tânia) - Conhecimento de língua é poder. Então quanto mais você conhece uma língua, mais você conhece as relações de poder para agir como cidadão, para agir como sujeito no mundo. Eu quero entender cidadão como sujeito no mundo. Independe de que país você está. Então muitas vezes os migrantes vêm procurando isso, aquilo, porque eu quero revalidar, porque ele sabe, ele tem essa consciência como cidadão do seu país primeiro, que ele tem esse direito como cidadão e ele vem com essa consciência. Por que que ele busca aqui? Então, é intimamente vinculado à relação cidadania e língua, porque é por meio do conhecimento da língua que eu tenho acesso aos meus direitos e meus deveres como cidadão em qualquer lugar do mundo. [...] Então não tem como desassociar. E os alunos têm esse direito. (excerto 6 Tania)

Vemos expresso de maneira bastante contundente pela fala, a indissociabilidade entre língua e cidadania, ao afirmar que o “conhecimento de língua é poder”. Essa afirmação dialoga diretamente com a perspectiva adotada na pesquisa, ao compreender a língua não apenas como um instrumento de comunicação, mas como um meio de inserção social, acesso a direitos e atuação no mundo. Ao ampliar a noção de cidadania para além de um vínculo estritamente nacional, entendendo-a como a possibilidade de agir como sujeito em diferentes contextos, vemos expresso o caráter transversal da linguagem na constituição da vida social.

Além disso, ao afirmar que “não tem como desassociar” língua e cidadania, a fala sustenta a ideia de que o ensino de português como língua de acolhimento deve

ser pensado como uma política pública essencial, e não complementar. Isso reforça a crítica desenvolvida na análise documental, que aponta a ausência de diretrizes institucionais mais robustas para o ensino da língua, apesar de seu papel central no acesso a serviços, direitos e participação social.

Por fim, ao destacar que “os alunos têm esse direito”, a participante insere o ensino de PLAc no campo dos direitos linguísticos, o que implica reconhecer a responsabilidade do Estado em garantir condições para que esse aprendizado ocorra de forma acessível e qualificada. Assim, o excerto contribui para consolidar o argumento de que promover o acesso à língua é, em última instância, promover cidadania.

Na seção a seguir, trazemos a análise da entrevista com um representante do poder público municipal.

5.2.4 Entrevista com representante do poder público municipal

A escolha de entrevistar um representante do poder público do município partiu da necessidade de compreender de que maneira as políticas de acolhimento eram pensadas e executadas, em que se baseiam as ações em políticas públicas e também para conhecer um pouco melhor sobre os processos pelos quais os migrantes passam quando chegam ao município. A pessoa entrevistada atuou na coordenação da Secretaria de Direitos Humanos de Araraquara e esteve à frente da execução de muitas políticas de acolhimento no município.

A primeira questão colocada foi sobre quais eram as políticas de acolhimento a migrantes de crise que existem no município, para a qual obtivemos as seguintes respostas

(Laura)¹¹ “nós temos uma legislação municipal vigente aqui em Araraquara que prevê a oferta de curso de português em parceria com universidades públicas, prevê a regularização dos documentos. Ah, prevê ofertas de programas sociais, a inserção dos programas sociais para os imigrantes, como locação social, né, que é o aluguel social, o programa Filhos do Sol, no município atende crianças e adolescentes em estado de vulnerabilidade, prevê o PIS, que é a transferência de renda e o Bolsa Cidadania.” (excerto 1, Laura)

¹¹ Nome fictício atribuído pela pesquisadora

Somado a isso, tivemos esclarecimentos sobre como ocorre todo o processo de acolhimento desde que o migrante chega ao município, por quais órgãos administrativos ele passa e que tipo de suporte e orientação é oferecido.

(Laura) “eu cheguei enquanto coordenadora, cheguei a construir um cartaz [...] nós fizemos em quatro idiomas, que era espanhol, inglês, persa e árabe, porque eram os imigrantes que nós tínhamos acesso, né, a coordenadoria. Esse cartaz nós fizemos a construção com os CRAS. Nós fizemos, né, nas escolas e na Polícia Federal. Porque o imigrante quando ele chega, a primeira coisa que ele vai na Polícia Federal, né, que é a regularização dos documentos. E a Polícia Federal, ela vai te dar uma lista, ela não vai falar: “Olha, senta aqui, vamos acessar esse site da Polícia Federal que é muito acessível, né, que é muito didático.”. Então a gente fez uma parceria com a Polícia Federal, de todo qualquer imigrante que chegasse no município, que encaminhasse para a coordenadoria de direitos humanos e nós fizemos uma conversa com todos os CRAS, né? São nove CRAS aqui no município de Araraquara. Nós conversamos com todos os gestores, colamos essa plaquinha, na qual a gente desejava as boas-vindas para os imigrantes, e informava o local e o contato telefônico, né, para que eles pudessem entrar, né, conversar diretamente conosco. Então era o que a gente entendia que eram as principais portas de entrada. Polícia federal, por conta da documentação e o CRAS, porque eles precisavam de um auxílio social urgente, né? Porque muitas das famílias que chegam aqui, chegam em estado de vulnerabilidade muito grande” (excerto 2, Laura)

A partir dos excertos, notamos que o acolhimento aos migrantes de crise em Araraquara era realizado pensando nesse atendimento primário em que os migrantes precisam de maior auxílio, de modo que a coordenadoria de direitos humanos, em acordo com a Polícia Federal e CRAS, ficou responsável por oferecer um atendimento mais técnico e humanizado com relação às etapas pelas quais todos devem passar, como a regularização dos documentos, bem como o direcionamento e orientação sobre programas sociais. De acordo com a entrevistada, a orientação para os cursos de português era feita nessa primeira visita à coordenadoria.

(Laura) “E aí lá eles seriam então direcionados para essas para esses outros lugares, né? Como, por exemplo, o curso de português. Quando eles chegam, né? Principalmente os imigrantes que acabaram de chegar, a gente já informava: “Olha, nós temos um curso de português em andamento”. Quando ele estava muito em andamento, prestes a acabar, a gente informava a eles, né? Pegava o contato, adicionava no grupo, mas já informava que na próxima inscrição a gente já inseria todos eles. Então era uma das primeiras ofertas que a gente fazia. O documento, Auxílio Social e o curso de português. (excerto 3, Laura)

Podemos notar que o acolhimento a migrantes de crise perpassa diversas questões que precisam ser levadas em consideração, seja na elaboração das políticas públicas, seja no atendimento direto a essas pessoas. Partindo dessa perspectiva, perguntamos a participante quais eram as principais dificuldades no atendimento e acolhimento dos migrantes no município de Araraquara

(Laura) “eu penso que a principal dificuldade que você possa enfrentar é quando o gestor do governo, neste caso, por exemplo, o prefeito, ele entende que não é uma pauta importante, né? O prefeito na época colocou todas as secretarias à disposição. Então, por exemplo, nós ofertávamos o curso de português, justamente em parceria com as universidades públicas, neste caso o PLAc, da UNESP, mas nós também, nós também conseguíamos oferecer um caderno, caneta, oferecer passe de ônibus, isso facilita muito, né? E a gente chegou a fazer até alguns projetos de acolhimento das crianças, né? Que muitas vezes os pais frequentam a escola, frequentam a sala de aula, tem interesse em aprender o idioma, mas não sabe com quem deixar os menores, né? Porque muitas vezes não tem a rede de apoio. Então, isso só foi possível com a construção, né, o gestor na época que entendia a importância dessa política, então facilita muito. Então conseguimos a aprovação da lei, né, essa lei é muito robusta, na qual prevê diversos programas sociais, né, diversas inserções dos imigrantes, mas muito em razão da do interesse do gestor, né, de entender que promover política para imigrante é investimento”. (excerto 4, Laura)

Esse trecho da entrevista aborda muitos aspectos importantes sobre a elaboração e execução de políticas de acolhimento, não apenas no que diz respeito à forma como se organiza esse processo a partir da gestão municipal, mas também em relação às dificuldades concretas que os migrantes enfrentam no acesso a essas

políticas. No entanto, o que mais se destaca nesse relato, é o fato de que muitas das ações desenvolvidas no município, em prol do acolhimento da população migrante, encontram-se vinculadas a um determinado partido ou gestão governamental. Dessa forma, quando ocorrem mudanças no cenário político-administrativo, observa-se também a descontinuidade ou reconfiguração dessas iniciativas. Diante disso, retomamos alguns dos episódios apresentados na análise documental sobre o curso PLAc e os acontecimentos que marcaram sua trajetória recente, como forma de reforçar essa constatação.

Essa situação pode ser compreendida como um dos limites enfrentados pelas políticas públicas quando não se consolidam como políticas institucionais, mas permanecem restritas ao âmbito das políticas de governos. Como discutido anteriormente, a efetivação de políticas de acolhimento exige não apenas a elaboração de diretrizes legais, mas também a criação de estruturas institucionais estáveis que garantam sua continuidade e implementação ao longo do tempo. Quando essas ações ficam condicionadas a projetos políticos específicos ou à atuação de determinados gestores, tornam-se instáveis e suscetíveis a interrupções e cortes, o que impacta diretamente os sujeitos que delas dependem. Retomando Camargo (2019), quando políticas de acolhimento não são pensadas a partir de uma perspectiva de direitos, elas acabam sendo substituídas por ações pontuais, muitas vezes, marcadas por uma lógica assistencialista ou emergencial. Nesse contexto, iniciativas importantes como o curso PLAc, passam a depender mais da vontade política de determinados agentes ou instituições do que de um compromisso institucional mais amplo com a garantia de direitos.

Como complemento à questão anterior feita à participante, perguntamos quais eram as principais dificuldades relatadas pelos migrantes nesses atendimentos e suas principais necessidades

(Laura) “Nós construímos ações políticas conforme as necessidades dos imigrantes né? Então, conforme a gente ia sentindo, a gente ia construindo. O imigrante, ele tem necessidade de, primeira coisa, fazer sua regularização de documento, né? Porque sem o documento ele não consegue obter um emprego formal, né?. Ele não consegue se inscrever numa nova universidade. Essa era a primeira questão, né? A segunda questão era o idioma, né? Porque uma vez que você não tem o domínio do idioma, né? A dificuldade de você ter um diálogo com a sociedade, de saber quais eram os

serviços públicos e gratuitos que eram ofertados, enfim, de saber os seus direitos, também era um dos principais obstáculos, a questão do idioma. Ah, a questão também do aluguel social, que nós conseguimos inserir para o imigrante e o refugiado como um dos requisitos de urgência. A oferta de algum programa social que ofertasse alguma renda como bolsa família, também era muito importante. [...] Então nós tínhamos nós tivemos uma época que os imigrantes, hoje também, os imigrantes eles têm muito interesse em serem inseridos na universidade pública, né? Mas a gente vai trabalhando as ações conforme as necessidades deles. Nós tivemos uma época que nós fomentamos o empreendedorismo, que eles queriam muito. Então a gente fez a parceria com o Sebrae, com o Sebrae neste caso, né? Abrimos CNPJ e MEI de uma galera que tinha interesse em ofertar seus produtos. (excerto 5, Laura)

Esse excerto dialoga diretamente com o anterior e levanta as mesmas problemáticas no que diz respeito à elaboração e execução das políticas de acolhimento. Nesse sentido, percebe-se uma falta de planejamento estruturado e contínuo em relação às políticas migratórias, reforçando a ideia de políticas emergenciais. Pensando especificamente no ensino da língua portuguesa, ou seja, em políticas linguísticas de acolhimento, e a relação dessas políticas com o que foi observado na análise documental, a falta de diretrizes federais para elaboração de cursos de PLAc culmina em uma má gestão das políticas linguísticas municipais. Ainda que essa lógica adaptativa às demandas dos migrantes pareça bom, na realidade, indica falta conhecimento e despreparo por parte do poder público.

Outro aspecto importante que buscamos abordar, foi sobre o impacto do aprendizado da língua portuguesa na vida dos migrantes, ao que a entrevistada respondeu da seguinte forma

(Laura) “A gente sente que o impacto do curso de português ele se dá de diversas formas, né? Desde facilitar na comunicação, para acessar um serviço público, desde conseguir ser inserida no mercado de trabalho, né, conseguir um trabalho com uma remuneração melhor, né, e desde a questão até social dentro do curso de português, né? Então, a gente via muito isso, né? Imigrantes que iam para o curso porque gostavam das aulas, né? E porque gostavam do ambiente, porque eles se identificavam muito, né? Ele olhava pro lado, ele via um outro imigrante ainda que fosse de uma outra nacionalidade, então, eles se reconhecem, né? [...] Ainda que

de nacionalidade diferente, mas eles entendem a dor um do outro, né? Eles entendem as saudades que um tem da família, do amigo, porque esse se compartilha do mesmo sentimento, que é muito bacana” (excerto 6, Laura)

Esse relato aponta para uma dimensão menos institucional, mas igualmente significativa, do processo de aprendizagem da língua: o espaço de socialização proporcionado pelo curso. Ao mencionar que muitos migrantes frequentavam as aulas não apenas pelo aprendizado linguístico, mas também pelo ambiente de convivência e identificação com outros participantes, a entrevistada evidencia que o curso se configurava como um espaço de encontro e compartilhamento das experiências migratórias. Nesse sentido, o ambiente do curso ultrapassa sua função pedagógica e passa a atuar como um espaço de acolhimento simbólico, no qual os migrantes podem construir redes de apoio mútuo.

Por fim, o último questionamento dirigido à participante abordou os processos de interiorização de migrantes de crise no território brasileiro. Considerando que muitos municípios não contam com parcerias entre o poder público e universidades para a oferta de cursos de língua portuguesa, buscou-se compreender como, nesses contextos, poderiam ser implementadas políticas linguísticas de acolhimento. A esse respeito, a participante afirma:

(Laura) “É, eu acho que neste caso, aí seria a partir do momento que você constrói algum projeto, né, na qual você incumbe um município de promover política pública para imigrantes e refugiados, pense que a primeira alternativa são as universidades públicas, né? Na inexistência física delas, né, a gente falando da da inexistência física, é do próprio município ofertar o curso de português, juntamente com o servidor que, que é concursado. Se não tem a universidade, pública, presente fisicamente, ou você recorre a particular, de repente, fazendo uma parceria, e se na também a ausência de uma particular, eu penso na questão do servidor de carreira.” (excerto 7, Laura)

Essa questão foi levantada considerando que, muitas das políticas linguísticas de acolhimento no Brasil, são realizadas em parceria com universidades públicas através de projetos de extensão, ou por instituições não governamentais, dialogando com a fundamentação teórica e análise documental. Nesse sentido, nos espaços onde não há a possibilidade dessas parcerias, surgiu o questionamento de como

poderiam ser executadas as políticas linguísticas de acolhimento, especialmente os cursos de português. O que mais chama atenção na resposta é o fato de não se considerar a contratação de professores de língua portuguesa que já atuem nas escolas regulares com a possibilidade de ofertar uma formação específica ao contexto de língua de acolhimento.

Levando em consideração o que foi debatido na fundamentação teórica sobre Português como Língua de Acolhimento, o ensino e aprendizagem de língua perpassa muitos aspectos sociais que impactam diretamente no planejamento das aulas. Nesse sentido, a formação profissional em licenciatura e mais especificamente em Letras, é de extrema importância para alcançar uma reflexão crítica sobre o trabalho docente e sobre os processos sociais imbricados na educação. Diante disso, compreendemos que recorrer a servidores públicos, mesmo que concursados, é uma escolha que advém do mesmo despreparo que leva à elaboração de políticas públicas emergenciais e sob demanda. O ensino de língua também deve ser encarado como uma prática possível de transgressão das injustiças sociais que se impõem, especialmente no contexto das migrações de crise.

Na seção seguinte, trazemos as considerações finais discutindo brevemente o que foi possível compreender sobre a relação entre o aprendizado da língua portuguesa e o acesso à cidadania no contexto migratório de crise, levando em consideração a análise dos dados documentais e das entrevistas. Trazemos também uma breve explanação sobre as principais dificuldades que encontramos no desenvolvimento da pesquisa, além dos encaminhamentos para pesquisas futuras.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Revisitando as perguntas e objetivos que estruturaram esta investigação, partimos do questionamento acerca do lugar da língua portuguesa como política de acolhimento e buscamos compreender como se caracterizam as políticas linguísticas voltadas ao ensino e aprendizagem da língua para migrantes de crise em diferentes

escalas: federal, estadual e municipal. Assim, considerando a hipótese de que o acesso à língua nesse contexto de ensino e aprendizagem impacta diretamente o acesso à cidadania de migrantes de crise, articulamos análise documental e entrevistas, a partir de uma perspectiva narrativa, para a obtenção de dados que possibilitassem não apenas mapear essas políticas, mas também compreender seus efeitos concretos no cotidiano dos sujeitos envolvidos, evidenciando suas potencialidades, limites e contradições no contexto investigado.

A partir da análise documental, verificamos um aparato jurídico robusto no que diz respeito às políticas migratórias, ou seja, há uma legislação que aborda muitos aspectos relacionados a questões de imigração, especialmente em âmbito federal e municipal. No entanto, apesar da existência de dispositivos legais que asseguram o acesso a direitos básicos, como saúde, educação e trabalho, o ensino da língua portuguesa aparece de forma pouco expressiva nas políticas institucionais voltadas ao acolhimento de migrantes de crise. Em muitos casos, a língua é mencionada apenas como uma barreira de acesso a serviços ou como requisito para o cumprimento de tarefas burocráticas, como processos de naturalização ou revalidação de diplomas, sem a previsão de políticas públicas consistentes que viabilizem o aprendizado da língua. Com isso, o que se percebe são ações em política linguística de caráter emergencial e não institucionalizadas, deixando essas políticas sob a responsabilidade de outros agentes que não o Estado, reverberando em políticas precarizadas.

Com relação aos dados coletados em campo, no contexto do município de Araraquara, as entrevistas com os participantes revelaram tanto a importância de iniciativas em política linguística quanto as fragilidades que atravessam sua elaboração. As entrevistas indicam que o aprendizado da língua portuguesa exerce impactos significativos na vida dos migrantes, facilitando o acesso a serviços públicos, ampliando oportunidades de inserção no mercado de trabalho e contribuindo para a construção de redes de sociabilidade.

Por outro lado, nota-se também que a falta de acesso e de esclarecimentos sobre o ensino da língua portuguesa traz diversas consequências negativas para a vida dos migrantes, material e simbolicamente. Outro aspecto importante de retomar no qual se observa essa precarização das políticas linguísticas de acolhimento, é o trabalho voluntário atribuído de maneira compulsória nesse contexto de ensino e

aprendizagem, evidenciando não apenas a precarização das políticas linguísticas, mas também trabalho docente qualificado.

A construção da pesquisa se deu de forma bastante reflexiva, especialmente ao estabelecer relação entre a fundamentação teórica e a análise dos dados. Isso porque as ações em políticas públicas no contexto migratório de crise apresentam muitas contradições e complexidades. Desse modo, assumimos uma postura crítica diante da literatura já produzida na área de PLAc, estabelecendo condições para analisar os dados através de uma perspectiva política. Assim, compreendemos que o ensino do português como língua de acolhimento deve necessariamente estar atrelado à garantia de direitos e à promoção da cidadania, não podendo ser reduzido a uma dimensão meramente instrumental ou funcional da língua. Assim, defendemos que o ensino de PLAc deve ser pensado como uma prática social e política, que considera os sujeitos migrantes em sua historicidade, suas trajetórias e suas demandas concretas de inserção no território.

As contribuições desta pesquisa estão principalmente na promoção da reflexão crítica sobre a formação teórico metodológica na área, e também sobre a elaboração de políticas linguísticas. Destacamos também, na construção da metodologia, a ideia de afetar e ser afetado pelo contexto em que se desenvolve a pesquisa, de modo que o pesquisador deve compreender sua posição e o desenvolvimento da investigação como elementos indissociáveis do próprio processo de produção de conhecimento.

Nesse sentido, a pesquisa não se constrói a partir de uma posição neutra ou distanciada, mas por meio de um envolvimento ético, político e afetivo com o campo e com os sujeitos que o constituem. Essa postura permitiu não apenas uma compreensão mais aprofundada das dinâmicas que atravessam as políticas linguísticas de acolhimento, mas também a problematização de práticas e discursos naturalizados nesse contexto. Além disso, ao evidenciar as tensões entre teoria e prática, entre institucionalização e precarização, o estudo contribui para ampliar o debate na área de PLAc, apontando para a necessidade de uma formação docente mais crítica e situada, bem como para a urgência de políticas públicas mais estruturadas, comprometidas com a garantia de direitos e com a promoção efetiva da cidadania de migrantes de crise.

REFERÊNCIAS

AGIER, Michel. *Managing the undesirables: refugee camps and humanitarian government*. Translated by David Fernbach. Cambridge, UK: Polity Press, 2011.

ALMEIDA, Jessica Chagas de. *Ensino de Português para Estrangeiros: Por uma historicidade de institucionalização no Brasil*. Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Linguística e Língua Portuguesa da UNESP-Araraquara, 2021. 209 f.

AMARAL JÚNIOR, Alberto do. Apresentação. In: JUBILUT, Lyra Liliana. *O Direito Internacional dos Refugiados e sua Aplicação no Ordenamento Jurídico Brasileiro*. São Paulo: Editora Método, 2007. Disponível em: <<https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2018/02/O-Direito-Internacional-dos-Refugiados-e-sua-Aplica%C3%A7%C3%A3o-no-Ordenamento-Jur%C3%ADdico-Brasileiro.pdf>>. Acesso em: 22 set. 2023.

ARARAQUARA (Município). Lei Ordinária n.º 10.653, de 2023. Legislação Digital, Araraquara, 2023. Disponível em: <<https://www.legislacaodigital.com.br/Araraquara-SP/LeisOrdinarias/10653>>. Acesso em: 2 set. 2025.

ARARAQUARA (SP). Câmara Municipal. Indicação nº 5.398/2021. Autor: Vereadora Fabi Virgílio. Indica estudos para criação de Política Municipal de Acolhimento das Pessoas em Deslocamento Forçado, criação de um Convênio em parceria com o Município de Araraquara e a UNESP (FCLAr), assim como criação de um Centro de Referência e Atendimento para Imigrantes, Migrantes e Refugiados. Araraquara, 8 de dezembro de 2021. Disponível em: <<https://consulta.camara-arq.sp.gov.br/arquivo?Id=261420>>. Acesso em: 10 de maio de 2026.

ARARAQUARA (SP). Câmara Municipal. Projeto de Lei nº 0348/2023. Institui a Política Municipal de Atendimento ao Refugiado e ao Imigrante, e dá outras providências. Araraquara, 23 de novembro de 2023. Disponível em: <<http://antigo.camara-arq.sp.gov.br/Siave/Documentos/Arquivo/297476>>. Acesso em: 10 de maio de 2026.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Projeto de lei n.º 434, de 2020. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, São Paulo, 2020.

Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/propositura/?id=1000173472>>. Acesso em: 2 set. 2025.

BARKHUIZEN, Gary; BENSON, Phil; CHIK, Alice. *Narrative Inquiry in Language Teaching and Learning Research*. New York: Routledge, 2014.

BLANDINO, Paulo Rogério. "Todos os brasileiros comem o mesmo café da manhã?" - Perspectivas interculturais nos cadernos de apoio de língua inglesa do currículo paulista para o ensino fundamental. 2022. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/20.500.14289/16948>.

BORGES, Luis Paulo Cruz; ALMEIDA, Sandra Maciel de; VASCONCELLOS, Suziane de Santana. O trabalho de campo na etnografia: o estar lá e escrever aqui. *Cadernos de Pesquisa*, v. 31, n. 2, p. 1–21, 30 jun. 2024. Disponível em: <<https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/cadernosdepesquisa/article/view/23695>>. Acesso em: 5 mar. 2026.

BRASIL. Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997. Define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, e determina outras providências.

BRASIL. Ministério da Educação. *Ações internacionais*. Governo Federal, Brasília, [s.d.]. Disponível em: <<https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/acoes-internacionais>>. Acesso em: 2 set. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. *BRICS – Educação*. Governo Federal, Brasília, [s.d.]. Disponível em: <<https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/acoes-internacionais/brics>>. Acesso em: 2 set. 2025.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Comitê Nacional para os Refugiados – CONARE. Portal de Imigração, Brasília, [s.d.]. Disponível em: <<https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/component/content/category/1723-conare?Itemid=101>>. Acesso em: 2 set. 2025.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. *Iniciativa do Governo Federal garantirá permanência digna de afegãos no Brasil*. Governo Federal, Brasília, 2021. Disponível em: <<https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/noticias/iniciativa-do-governo-federal-garantira-permanencia-digna-de-afegaos-no-brasil>>. Acesso em: 2 set. 2025.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. *MJSP lança programa de língua portuguesa para população haitiana*. Governo Federal, Brasília, 10 jul. 2023. Disponível em:

<<https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/noticias/mjsp-lanca-programa-de-lingua-portuguesa-para-populacao-haitiana>>. Acesso em: 2 set. 2025.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. *Refúgio: seus direitos*. Governo Federal, Brasília, [s.d.]. Disponível em: <<https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/seus-direitos/refugio>>. Acesso em: 2 set. 2025.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Secretaria Nacional de Justiça (SENAJUS). *Políticas Públicas de Justiça e Segurança Pública*. Brasília: MJSP, 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. *Nota Técnica nº 8/2024-CAEQ/CGESCO/DESCO/SAPS/MS*, de 22 de março de 2024. Brasília, 2024. Disponível em: <<https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/saps/publicacoes/notas-tecnicas/nota-tecnica-no-8-2024-caeq.pdf>>. Acesso em: 06 set. 2025.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Divisão de Temas Educacionais. Governo Federal, Brasília, [s.d.]. Disponível em: <<https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/cultura-e-educacao/temas-educacionais/divisao-de-temas-educacionais>>. Acesso em: 2 set. 2025.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *Programas de estudo para estrangeiros*. Governo Federal, Brasília, [s.d.]. Disponível em: <<https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/cultura-e-educacao/temas-educacionais/programas-de-estudo-para-estrangeiros>>. Acesso em: 2 set. 2025.

CALVET, Louis-Jean. *As políticas linguísticas*. Tradução de Isabel de Oliveira Duarte, Jonas Tenfen e Marcos Bagno. São Paulo: Parábola Editorial; Florianópolis: IPOL, 2007.

CAMARGO, H. R. E. Acolhimento e Português como Língua de Acolhimento: por uma acepção política dos termos. In: VIEIRA, Daniela Aparecida; LIBERALI, Fernanda Coelho (org.). *Português para Imigrantes: denunciando injustiças sociais*. Campinas: Pontes, 2022. p. 49–66.

CAVALCANTI, L.; OLIVEIRA, T.; SILVA, S. L. *Relatório Anual OBMigra 2024*. Série Migrações. Brasília: OBMigra, 2024.

CNN BRASIL. *Conseguir emprego é a maior dificuldade de refugiados no Brasil*. São Paulo, 20 jun. 2022. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/pesquisa-conseguir-emprego-e-a-maior-dificuldade-de-refugiados-no-brasil>>. Acesso em: 2 set. 2025.

CNN BRASIL. *Quase 68% dos imigrantes não estão inseridos no mercado de trabalho, diz pesquisa*. São Paulo, 21 jun. 2022. Disponível em:

<<https://www.cnnbrasil.com.br/economia/macroeconomia/quase-68-dos-imigrantes-nao-estao-inseridos-no-mercado-de-trabalho-diz-pesquisa>>. Acesso em: 2 set. 2025.

COSTA, E.; TAÑO, R. Ensino de português como língua de acolhimento a imigrantes e refugiados em São Paulo. *Revista BTecLE*, v. 1, n. 2, p. 75–97, 2017.

DINIZ, L. R. A. O “Quadro Europeu Comum de Referência para as línguas” – sujeitos, Estados nacionais e mercado. In: *Anais do XII Seminário de Teses em Andamento (SETA)*. Campinas, 2007. p. 363–369.

EDWARDS, Adam. *Refugiado ou migrante?* ACNUR Brasil, 2022. Disponível em: <<https://www.acnur.org/portugues/2015/10/01/refugiado-ou-migrante-o-acnur-incentiva-a-usar-o-termo-correto>>. Acesso em: 22 set. 2022.

FAVRET-SAADA, Jeanne. Ser afetado. *Cadernos de Campo*, v. 13, n. 13, p. 155–161, 2005.

FIORELLI, Carolina Moya. *Convergências e especificidades na relação entre o ensino de português língua de acolhimento e línguas para fins específicos*. 2022.

JUNGER DA SILVA, Gustavo; CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Antônio Tadeu Ribeiro. *Refúgio em Números – 10ª edição*. Brasília: OBMigra, 2025.

LEGISLAÇÃO migratória compilada. Organização de Alcebíades Gomes Pereira Júnior e Diego Ferreira Theodoro. Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública, 2021.

LIMA, M. P. Noções básicas de conceitos em Bakhtin. In: *III Encontro de Pós-Graduação*. Marabá, 2018.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 2012.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Fundamentos de metodologia científica*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

MELO NETO, João Cabral de. *Morte e vida severina e outros poemas em alta voz*. 8. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1976.

MOITA LOPES, Luiz Paulo da. *Oficina de linguística aplicada*. Campinas: Mercado de Letras, 1996.

MOITA LOPES, Luiz Paulo da. Pesquisa interpretativista em linguística aplicada. *D.E.L.T.A.*, v. 10, n. 2, p. 329–338, 1994.

MOYA, C. F.; SENE, L.; ROCHA, N. A.; BALLESTRINI, D. O ensino de português língua de acolhimento para venezuelanos no interior paulista. In: ROCHA, N. A.;

GILENO, R. S. S. (org.). *Português Língua Estrangeira e suas interfaces*. Campinas: Pontes, 2021. p. 89–104.

NASCIMENTO, Valéria Ribas do; MORAES, José Luís Bolzan de. A cidadania e a Constituição: uma necessária relação simbólica. *Revista de Informação Legislativa*, v. 44, n. 175, p. 163–174, 2007.

PAIVA, Vera Lúcia Menezes de Oliveira. *Manual de pesquisa em estudos linguísticos*. São Paulo: Parábola, 2019.

PORTAL G1. *Moïse Kabagambe: o que se sabe sobre a morte do congolês no Rio*. Rio de Janeiro, 31 jan. 2022. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2022/01/31/moise-kabamgabe-o-que-s-e-sabe-sobre-a-morte-do-congoles-no-rio.ghtml>>. Acesso em: 08 set. 2025.

SCOLA DUTRA , G., MARILIA FRANÇA LIMA MARQUES , C., MACHADO STURZA , J., & REGINA MARTINI , S. (2024). ACESSO AO DIREITO HUMANO À SAÚDE DE PESSOAS MIGRANTES NO CONTEXTO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE: UMA ANÁLISE DA NOTA TÉCNICA Nº 8/2024-CAEQ/CGESCO/DESCO/SAPS/MS SOB A ÓTICA DO DIREITO FRATERNAL. *Salão Do Conhecimento*, 10(10). Recuperado de <https://www.publicacoeseventos.unijui.edu.br/index.php/salaconhecimento/article/view/26356>

APÊNDICE A - ROTEIRO DAS ENTREVISTAS

ENTREVISTA COM OS ALUNOS PLAc

BLOCO 1: Língua como Instrumento de Integração

Quero saber de forma mais direta se e como essas pessoas pensam na língua como um instrumento importante para sua integração na sociedade brasileira.

- Você acha que o aprendizado da língua portuguesa é importante para a sua integração na sociedade brasileira? Por que?
- Em quais aspectos você acha que esse aprendizado faz mais diferença?
- Quando você chegou no Brasil, quais tipos de assistência foram oferecidas para você?
- Você foi orientado ou direcionado a alguma instituição que fornecesse o ensino da língua portuguesa gratuitamente?
- Em que momento, a partir da chegada ao Brasil, você acredita que seria ideal começar a estudar a LP de maneira mais formal?
- Como esse processo ocorreu com você?

BLOCO 2: Língua para acesso à cidadania

Focando mais no que diz respeito ao acesso a serviços e direitos básicos, pensando em situações práticas, experiências e vivências, em quais momentos/situações o conhecimento da língua ajudou ou atrapalhou? Por exemplo: na busca por trabalho, serviços de saúde/educação/lazer/segurança. Quais tipos de serviços essa pessoas busca mais, em quais meios ela costuma circular (trabalha/estuda...)

- De que forma você percebe a relação entre o aprendizado da LP e o acesso à serviços e direitos básicos?

- Você acredita que aprender a LP é essencial para que pessoas refugiadas acessem serviços e direitos? Por que?
- Você passou por alguma situação na qual precisou de algum serviço como saúde/educação/segurança/lazer e teve dificuldade para conseguir o que queria por conta da barreira da língua? Descreva essa situação.
- Dos espaços nos quais você circula, onde você percebe que há uma exigência maior do conhecimento da LP? (Ou em quais situações?)

BLOCO 3: Língua como barreira

Quero saber se o nível de conhecimento da língua portuguesa já foi motivo de impedimento na busca por serviços (ou mesmo de socializar) oferecidos pelo município

- Você já deixou de buscar algum tipo de serviço municipal devido ao seu nível de conhecimento do português?
- Você já deixou de interagir socialmente por conta do nível de conhecimento do português? Explique.

ENTREVISTA COM OS PROFESSORES PLAc

- Na sua perspectiva de professor e de alguém que estuda linguagem, como você enxerga a relação entre ensino e aprendizagem de língua e cidadania, no contexto de refúgio?
- Qual sua opinião sobre a criação de cursos como o PLAc?
- Você acha que a criação de cursos como estes são políticas linguísticas efetivas? Explique.
- Em sua opinião, quem deveria ser responsável pela criação e implementação de políticas linguísticas para esse público-alvo?
- Como foi a sua experiência participando do projeto PLAc?

ENTREVISTA COM MEMBROS DA PREFEITURA E DIRETORIA DE ENSINO, QUE PARTICIPAM/AM DA ESTRUTURAÇÃO DOS CURSOS PLAc

- Quais são as políticas públicas que existem para o atendimento aos refugiados em Araraquara?
- Quais são as principais dificuldades relatadas pelos refugiados em Araraquara?

- Quais são as principais dificuldades enfrentadas para atender a esses refugiados em Araraquara?
- De quem partiu a iniciativa de criação do curso de PLAc em parceria com a UNESP?
- Como se dá o processo de acolhimento passo a passo desses refugiados? Por quais secretarias e/ou órgãos ele/a passa antes de chegar em nossos cursos?
- Como vocês avaliam os resultados dos cursos de PLAc da UNESP?
- Em sua opinião, o quão importante é o ensino de língua portuguesa para a garantia da cidadania a esse público-alvo?
- Como você lidaria com o ensino de PLAc sem a existência de um curso de Letras para apoiá-lo(a)? A quem vocês recorreriam?